

Azânia Mahin Romão Nogueira

TERRITÓRIOS NEGROS EM FLORIANÓPOLIS

Dissertação submetida ao Programa de
Programa de Pós Graduação em
Geografia da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Nazareno José de
Campos

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Nogueira, Azânia Mahin Romão

Territórios negros em Florianópolis / Azânia Mahin Romão
Nogueira ; orientador, Nazareno José de Campos, 2018.
137 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Territórios negros. 3. Segregação racial. 4. Geografia
decolonial. I. Campos, Nazareno José de . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

Azânia Mahin Romão Nogueira

Territórios negros em Florianópolis

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 30 de maio de 2018.

Profa. Dra. Rosemy da Silva Nascimento
Coordenadora do PPGG/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina

Leila Duarte
Profa. Dra. Leila Christina Duarte Dias
Universidade Federal de Santa Catarina

Beatriz Gallotti Mamigonian
Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Universidade Federal de Santa Catarina

Para Dona Zulma, minha avó materna,
que me acompanha sempre, Okê Arô!
Dona Zeza, minha avó paterna,
matriarca do primeiro território negro
que pus meus pés,
Dona Valdionira, minha tia-avó
materna e apaixonada pela Geografia
muito antes de mim.
As três mostram que meus passos vêm
de longe e quão longe eu posso
chegar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Nazareno por ter acolhido minha pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Jeruse e Nogueira, e Joana, cujo papel na minha vida não existe substantivo que descreva, pelo apoio na mais ampla forma de significado dessa palavra. Vocês sempre me guiaram pelo exemplo e são minhas principais referências e estímulos. Sei da sorte e do privilégio que é ser filha de vocês e não subestimo isso.

Agradeço aos meus irmãos, Nyame – cuja paciência e generosidade foram essenciais para a existência desta dissertação -- e Kaiodê, e a Tia Dica, que facilitaram enormemente meu dia a dia durante esta pesquisa.

Agradeço a Elisa Prestes, Livia Crispim e Mariana Maragno, minhas amigas desde a graduação e que acompanharam e facilitaram diversos momentos do mestrado. Agradeço por estar constantemente aprendendo com vocês, dentro e fora das salas de aula.

Agradeço a Matheus Negro, Lucas Dias, Elenita Sales, Walter Dias Filho, Amanda Koschnik, Pamela Cristina, Maria Eduarda Padilha, Samuel Girdi, Andressa Santin e Charles Christ por também contribuírem de algum modo durante esses dois anos. O apoio incondicional de vocês é muito apreciado.

Agradeço as minhas amigas e amigos do movimento negro estudantil da UFSC, por renovarem minhas energias quando necessário. Eu sou porque nós somos.

Agradeço a todas e todos do grupo de estudos Espacialidades Marginais e Debates Epistemológicos, em especial a sua coordenadora, a professora (e amiga) Maria Helena Lenzi, pelas enormes contribuições que alteraram ou reforçaram diversos pontos dessa dissertação. Agradeço também a todas e todos do grupo de estudos Alteritas: Diferença, Arte e Educação, pelos espaços de debate que muito contribuíram para esta pesquisa.

Agradeço a Lucas, por muito mais coisas do que caberiam aqui, mas você sabe bem quais são.

Agradeço também a comunidade do Monte Cristo, que me recebeu inúmeras vezes durante estes dois anos.

RESUMO

O presente estudo, intitulado “Territórios Negros em Florianópolis”, teve como finalidade investigar os territórios negros a partir de sua construção conceitual e espacial. Os territórios negros diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação territorial pela qual essas pessoas se apreendem destes espaços, caracterizando-se pela resistência à colonialidade, seja essa resistência engajada ou não. Sendo assim, é possível falar de territórios negros mesmo quando falamos de espaços onde a população é majoritariamente negra, como no Brasil, pois não se trata de um processo de formar guetos em espaços brancos, mas do reconhecimento da multiplicidade do espaço e seu potencial político e social. Os territórios negros são definidos a partir de relações de poder focada na perspectiva racial, onde a identidade negra se faz presente, seja pela auto declaração daqueles que se apropriam daquele espaço, mesmo que não de forma absoluta, seja pela presença de marcadores culturais e simbólicos. Estes marcadores, que podem ser organizações sociais, como ONGs do Movimento Negro; culturais, como escolas de samba, grupos de capoeira, clubes negros, bailes de música negra, rodas de samba e pagode; religiosas, como irmandades negras e terreiros de religiões de matriz africana; políticas, que vão desde atuação de partidos, como a Frente Negra, na década de 1950, até a posição de poder dentro destes territórios ocupada por negros, como líderes religiosos, políticos, moradores antigos ou de maior prestígio social, comerciantes, professoras, benzedeadas e outros espaços que “ditam a pauta” dos territórios investigados. Após um estudo de caso no bairro Monte Cristo, localizado em Florianópolis, Santa Catarina, se observa que é inegável o papel do fator racial na distribuição espacial dos negros, sendo isso um reflexo das relações raciais presentes no âmago da sociedade brasileira a partir de sua formação, onde até hoje não-brancos têm acesso à oportunidades de forma diferente do que brancos.

Palavras-chave: Territórios negros. Segregação racial. Geografia decolonial.

ABSTRACT

The present study, titled "Black Territories in Florianópolis", aimed to investigate the black territories from its conceptual and spatial construction. Black territories are differentiated not only by the mere presence of black people, but by the processes of territorial identification by which these people seize these spaces, characterized by resistance to coloniality, whether that resistance is engaged or not. Thus, it is possible to discuss black territories even when we talk about spaces where the population is mostly black, as in Brazil, because it's not a process of forming ghettos in white spaces, but of the recognition of the multiplicity of space and its political and social potential. Black territories are defined by relations of power focused on the racial perspective, where black identity is present, either by the self-declaration of those who appropriated that space, even if not absolutely, or by the presence of cultural and symbolic markers. These markers, which may be social organizations, such as Black Movement NGOs; cultural activities, such as escolas de samba, capoeira groups, black social clubs, black music dances, rodas de samba and pagode; religious, as black brotherhoods and terreiros of religions of African matrix; politics, ranging from the Frente Negra in the 1950s to the position of power within these territories occupied by blacks, such as religious leaders, politicians, older or more socially privileged residents, merchants, teachers, and other spaces that "dictate the agenda" of the territories investigated. After a case study in the Monte Cristo neighborhood, located in Florianópolis, Santa Catarina, it is observed that the role of the racial factor in the spatial distribution of blacks is undeniable, being a reflection of the racial relations present at the heart of Brazilian society from its where non-whites have access to opportunities differently than whites.

Keywords: Black territories. Racial segregation. Decolonial geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal O Moleque	59
Figura 2 – Canalização do Rio da Bulha nos anos 1920	61
Figura 3 - Avenida Hercílio Luz nos anos 2010, com parte do Maciço do Morro da Cruz visível ao canto direito.....	61

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Florianópolis: distribuição espacial da população negra por distrito	71
Mapa 2 – Florianópolis: Proporção da população negra em cada distrito	72
Mapa 3 - Monte Cristo: Localização	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População absoluta e proporcional negra no Distrito Sede, por bairro	73
Quadro 2: Contingente populacional autodeclarado preto/pardo em Florianópolis, por bairro	74
Quadro 3: Proporção da população autodeclarada preta/parda em Florianópolis, por bairro	75
Quadro 4: Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em cada cor ou raça, segundo as classes de rendimento nominal mensal em Florianópolis	79
Quadro 5: Cinco candidatos mais votados no bairro Monte Cristo nas eleições municipais para vereador, em 2016	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	TERRITÓRIOS NEGROS	35
2.1	CONSTRUÇÃO CONCEITUAL	35
2.2	CONSTRUÇÃO ESPACIAL.....	45
3	NEGROS EM FLORIANÓPOLIS	51
3.1	LÓGICA DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO PELA POPULAÇÃO NEGRA	54
3.2	TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO INTERACIONAL: A população negra no Centro de Florianópolis.....	65
3.3	TERRITÓRIOS NEGROS: BAIRROS COMO LÓCUS	70
3.3.1	Bairro como território: o Monte Cristo	76
	<i>a) Marcadores socioeconômicos</i>	77
	<i>b) Marcadores políticos</i>	90
	<i>c) Marcadores culturais</i>	97
3.3.2	Bairro como território: racismo institucional e “coincidências” demográficas	107
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICE A – População negra em Florianópolis por bairros, nominal e proporcional, em 2010	135

1 INTRODUÇÃO

No último censo realizado pelo IBGE, em 2010, negros e negras voltaram a constituir oficialmente a maioria do contingente populacional brasileiro, apesar da desaceleração do crescimento demográfico. No município de Florianópolis, capital de Santa Catarina, o estado com menor proporção de negros no país, 14,69% da população de 421.240 habitantes se declara como negra¹, um crescimento de 5,2% em relação ao censo anterior do ano 2000, apesar da redução da taxa de crescimento populacional também observada no município. O IBGE afirma que a justificativa mais plausível para isso é um crescimento também no sentimento de pertencimento racial, fomentado pelo Movimento Negro e pelas políticas de ações afirmativas postas em prática a partir do governo Lula (GARCIA, 2012). Considerando estes fatos, e o aumento especialmente na categoria preto, percebe-se a politização de tal identidade racial.

Por muito tempo, o mito da democracia racial, que defende a existência de uma convivência pacífica entre os grupos raciais distintos que compõe a nação, impediu uma discussão aprofundada das relações raciais em nossa sociedade. Este quadro, que se modificou especialmente com a abertura política, no fim da década de 1970, possibilitou a reorganização do Movimento Negro. Contudo, apesar dos avanços nas últimas décadas referentes à questão racial no Brasil, a categoria raça ainda não é considerada estruturante da sociedade no discurso acadêmico hegemônico, inclusive na Geografia contemporânea. Em boa parte, fundamentada no materialismo dialético marxista, “a mais difundida e mais eurocêntrica das vertentes derivadas da heterogênea herança de Marx” (QUIJANO, 2014, p. 288, tradução nossa). A produção hegemônica da Geografia brasileira após os anos 1970 tende a não discutir outros pontos além da classe social como fator da desigualdade socioespacial, naturalizando as desigualdades raciais e a forma em que os mecanismos que as mantêm atuam na sociedade (RATTS, 2010; CIRQUEIRA, CORRÊA, 2014; PASSOS, NOGUEIRA, 2018, no prelo).

Diogo Marçal Cirqueira (2015), ao investigar as inscrições da racialidade no pensamento geográfico entre 1880 e 1930, aponta a presença da raça como conceito analítico na Geografia desde sua

1 Sendo no total 61.848 habitantes, dos quais 20.839 declarados como pretos e 41.009 como pardos.

formação moderno-colonial, quando as leituras racializadas eram incorporadas às discussões de espaço. Cirqueira também ressalta que

(...) por conta de uma história que envolveu mudanças na forma de interpretar o étnico-racial e a nação, bem como, a ocorrência de giros epistemológicos na própria Geografia, esse tema, compreendido como maldito, foi soterrado na ‘memória’ profunda da disciplina (...). (CIRQUEIRA, 2015, p. 18)

E ainda que

(...) a fetichização da classe pelos geógrafos críticos conduziu ao sequestro das outras categorias de diferença (que não fossem a de classe) e a conformação de uma amnésia na disciplina acerca dos debates sobre etnia e raça – do mesmo modo, gênero. (CIRQUEIRA, 2015, p. 28)

Mais do que uma amnésia, a ausência de outras categorias além da classe se dá por escolhas epistemológicas, portanto, políticas. Com o predomínio do discurso marxista, nos anos 1970², que as demais categorias analíticas além da classe, como raça e gênero, passam a ser vistas como secundárias. David Harvey (1989 apud SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017) alega que a classe seria a diferença social universalizadora, diferente de raça ou gênero, por exemplo, que estariam na escala do particular. O argumento de Harvey parece não considerar que o poder não é binário e, portanto, como argumenta Audre Lorde (2017 [1983]), não existem hierarquias de opressões. Assim sendo, não há uma categoria mais ou menos capaz de construir uma unidade política por si só. O próprio Harvey afirma que

(...) a questão sobre qual tipo de cidade queremos não pode estar divorciada da questão sobre qual tipo de pessoas desejamos ser, quais tipos de relações sociais buscamos, qual relação nutrimos

2 Apesar de já estar presente no discurso acadêmico geográfico brasileiro, o 3º Encontro de Geógrafos organizado pela AGB no ano de 1978 em Fortaleza marcou uma ruptura epistemológica, onde se percebeu a adoção da chamada Geografia Crítica como discurso hegemônico.

com a natureza, qual modo de vida desejamos.
(HARVEY, 2009, p. 9)

Considerando que Harvey, bem como os demais marxistas, teoricamente defendem um modo de vida mais igualitário, investigar e combater as assimetrias nas relações sociais tendo como enfoque raça (e gênero, geração, orientação sexual, capacitismo, entre outros) é fundamental para construir a cidade que queremos.

É importante notar, como apontam Joseli Silva, Márcio Ornat e Alides Chimin Júnior (2017), que, apesar da baixa criticidade à capacidade compreensiva do marxismo no Brasil, o mesmo não pode ser dito em países anglófonos. Nestes, as geógrafas feministas, principalmente, promovem profundos debates visando ao reconhecimento de múltiplas subjetividades além da classe (gênero, raça, sexualidade, geração) como categorias de análise importantes para a compreensão da realidade espacial.

Dessa maneira, é necessário retomar o debate no discurso acadêmico geográfico hegemônico³ que considera a raça conceito analítico da Geografia e variável da desigualdade socioespacial. Utilizo⁴ neste trabalho a expressão raça e suas variáveis levando em consideração a abordagem conceitual sociológica. O uso do conceito de raça aqui é político, por acreditar que qualquer alternativa seria eufemizar a segregação racial e suas consequências práticas, que são reais, apesar da inexistência de diferenciação racial biológica entre grupos étnicos. Nesse sentido, Marcelo Paixão e Luiz Carvano (2008) afirmam que:

3 Por discurso acadêmico geográfico hegemônico, entendo a produção acadêmica, os currículos dos cursos nas instituições de ensino superior, as temáticas dos eventos, as publicações em livros e periódicos, as produções e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, entre outros. Isso não significa que não existam discursos dissonantes. Como em qualquer espaço de poder, as tensões existem, sendo traduzidas em produções heterogêneas, mas que ainda ocupam um lugar secundário no pensamento geográfico. Além disso, o discurso geográfico não é construído apenas no âmbito acadêmico, mas é a este que me refiro neste momento.

4 Nesta dissertação utilizarei a primeira pessoa do singular por dois motivos principais: localizar minhas contribuições e diferencia-las dos momentos de diálogo com e a partir de outras/os autoras/es, me responsabilizando assim pelas posições aqui tomadas. Em alguns momentos, o emprego da primeira pessoa do plural tem como o objetivo dialogar com o/a leitor/a e convidar-lo/a a participarmos deste processo de aprendizagem juntos. Além disso, utilizo para reconhecer que os processos coletivos de construção do conhecimento.

Supor que o mero abandono do termo raça por parte dos que sofrem o drama do racismo poderá ser uma causa eficiente para superação do problema padece de uma lacuna fundamental: esquecer que a persistência do termo é fruto, primeiro, das estratégias de contingentes beneficiados com o atual quadro de assimetrias (ainda que seja notório que nem todos os indivíduos que possuem aquelas formas físicas concordem ou adotem semelhante postura) sendo seu interesse que esse quadro perdure indefinidamente. Assim, a linha racalista anti-racista resgata um termo originalmente utilizado pelos colonizadores europeus, raça, e o recria no sentido mesmo da busca da superação da própria terminologia que somente poderá deixar de existir quando do estabelecimento de uma efetiva igualação das condições de vida dos distintos contingentes no interior das sociedades onde o problema ocorre. (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 32)

Portanto, a utilização de raça diferencia-se do uso de etnia, sendo o último um conceito antropológico, que se refere a grupos que compartilham aspectos culturais coletivos. Na sociedade brasileira, a homogeneização de grupos étnicos distintos, tanto aqueles provindos do continente africano, quanto etnias indígenas nativas, em raças, também foi uma técnica de dominação que “objetiva a redução de participação na economia, na política e na cultura, propiciando também a alienação” (MALACHIAS, 2006, p. 3). Porém, o conceito foi transformado num elemento agregador da luta antirracista no Brasil. A partir da ideia de raça, os Movimentos Negros desenvolveram suas estratégias de luta para a conquista da igualdade racial e a superação do racismo. Uma dessas estratégias, como apontam Nilma Lino Gomes (2011) e Boaventura de Souza Santos (2007), é a produção de intelectuais negros engajados que percebem a questão racial como questão social, elaborando pesquisas que desafiam a reprodução do conhecimento hegemônico, articulando as vivências de sujeitos e movimentos até então considerados apenas objetos de pesquisa, amplificando outras vozes na academia.

Sendo assim, a ausência (ou deslegitimação) do debate acerca das relações raciais acaba por naturalizar as desigualdades raciais, ao reforçar uma “desracialização” das relações sociais brasileiras,

reforçando o mito da democracia racial. Mais do que perceber a raça como conceito analítico, é fundamental compreender que essa categoria de análise existe porque essa população existe. Assim, a omissão com relação a este debate é também a negação da espacialidade dessa população. E ainda, como aponta o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade,

além do inaceitável tamanho da pobreza no país, constata-se a enorme sobre-representação da pobreza entre os negros brasileiros. Nascer negro no Brasil implica maior probabilidade de crescer pobre. A pobreza no Brasil tem cor. A pobreza no Brasil é negra. (INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE, 2001, p. 14)

Antes disso, em 1957, Guerreiro Ramos afirmava que:

O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional. (RAMOS, 1995[1957], p. 200)

Portanto, falar de classe sem falar de raça é negligenciar um dos aspectos estruturantes daquela categoria. Essa ausência é política, visto que a constituição do campo científico se dá a partir de “forças e privilégios que são mascarados por conceitos e métodos aparentemente neutros, objetivos e imparciais” (SILVA; ORNAT, CHIMIN JÚNIOR, 2017, p. 14). Sendo o conhecimento uma interpretação da realidade, as subjetividades das pessoas engajadas em seu processo de construção têm papel fundamental no resultado final. Apesar da presença crescente de mulheres na academia, a ciência, e consequentemente a universidade, ainda é um espaço de poder branco, masculino e heterossexual, pois “não é nem nunca foi neutra do ponto de vista de gênero, classe, raça/etnia” (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 2). Assim sendo, a prática de pesquisa protagonizada por grupos subalternizados, em que seus corpos e trajetórias são colocados como elementos ativos no processo de pesquisa, é essencial para a transformação da ordem social, indo além de

estatísticas ou categorias de análises universalizadoras ausentes de corporeidade.

Tendo em vista o entendimento em relação à questão racial no Brasil, Milton Santos (1996/1997) aponta a necessidade de compreender os modelos sustentadores da sociedade brasileira, em seus aspectos cívicos, culturais e políticos. Falando de sua própria vivência, Santos afirma que não é um cidadão no Brasil, pois sua cidadania está mutilada. Isso acontece porque a classe média brasileira “não é preocupada com direitos, mas com privilégios” (SANTOS, 1996/1997, p. 133), o que resulta num impedimento para que outras(os) possuam direitos no país. O geógrafo ainda aponta:

O meu caso é como o de todos os negros deste país, exceto quando apontado como exceção. E ser apontado como exceção, além de ser constrangedor para aquele que o é, constitui algo de momentâneo, impermanente, resultado de uma integração casual. (SANTOS, 1996/1997, p. 135)

Assim, percebe-se que somente a classe ou status social não garante a “cidadania integral” a um negro. Anteriormente, Milton Santos afirmou também que cada indivíduo “vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (SANTOS, 1987, p. 81). Corroborando essa ideia, Carlos Walter Porto-Gonçalves discorre acerca das diferentes configurações espaciais resultantes do racismo⁵ presente nas relações da sociedade, que apresentam em sua

geografia, lugares e espaços com as marcas dessa distinção social: no caso brasileiro, a população negra é francamente majoritária nos presídios e absolutamente minoritária nas universidades. (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 2)

Esses lugares ganham valores e, a partir deles, seus habitantes também são valorados. E a raça é um dos fatores que define quais

5 Entendo racismo como definido por Carlos Hasenbalg: “Negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos” (1982, p. 69), com o objetivo de dominação cultural, econômica ou outra. Assim, apesar do foco na população negra, nesta pesquisa não se ignora o fato de que ela não é a única a ser afetada pelo racismo. Compreende-se que as relações raciais não devem ser marcadas pela oposição binária e sim pela diversidade de grupos raciais.

lugares serão prestigiados e quais serão estigmatizados, criando uma relação dialética entre território e lugar social.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik apontou, no fim da década de 1980, a necessidade de mapear a “inserção territorial dos pretos e pardos nas cidades, seja localizando esse grupo mais precisamente no tecido urbano, seja penetrando em seus espaços cotidianos de vida e socialização” (ROLNIK, 2007, p. 75). Desde então, foram publicadas diversas pesquisas mostrando o papel das relações raciais nas desigualdades socioespaciais em cidades brasileiras (BANDEIRA, 1988; FARIA *et al.*, 2008; GARCIA, 2009; SANGLARD; ARAÚJO; SIQUEIRA, 2013; SANTOS, 2007b; SILVA, 2006; SODRÉ, 1988), especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, e inclusive no Sul do Brasil (ALMEIDA, 2004; LEITE, 1996; SILVA; SANTOS; CARNEIRO, 2010; SILVA; PANTA, 2014) e em Santa Catarina (NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS, 2006; MANOEL, 2008). Mas poucos foram os esforços para fazê-lo em Florianópolis, pensando a população negra contemporânea. Pretendi, com esta pesquisa, avançar no preenchimento dessa lacuna. Para isso, investigarei como se caracterizam os territórios negros e se eles existem em Florianópolis, Santa Catarina, a partir dos bairros que compõem o município. Este debate é importante também para a própria população negra, como aponta Octavio Ianni (1987), ao dizer que para o branco é conveniente que a população negra⁶ não saiba quantos são, onde estão, como vivem e de que forma participam da renda, da cultura e das decisões políticas da sociedade.

A intenção, com esta pesquisa, não é fazer um “recorte” ou apontar a presença negra como dissociada da identidade nacional. A população negra é majoritária no Brasil, como apontado pelo Censo Demográfico de 2010. Só o fato de sermos a maior nação negra fora do continente africano já poderia permitir que o país fosse considerado um território negro. O que pretendi aqui é fazer um **realce**, percebendo como as relações raciais se apresentam na formação socioespacial. Sendo os territórios negros espaços de resistência frente ao racismo ainda existente em nossa sociedade, meu objetivo principal é definir esses territórios e identificá-los no município, a partir da análise dos bairros de Florianópolis.

Antonia dos Santos Garcia (2009) aponta o “paradoxo contemporâneo brasileiro”, que reconhece a existência do racismo, mas

6 E também as populações indígenas, caboclas e inúmeras outras nomeadas como tradicionais.

não a existência de mecanismos sociais que perpetuam as desigualdades raciais. Nesse sentido, Edward Telles afirma que desde a abolição da escravidão, em 1888, três fatores importantes têm caracterizado as relações raciais brasileiras: “1) um *continuum* cromático, em vez de uma linha de cor; 2) uma ideologia racial peculiar ao Brasil; e 3) a omissão do governo brasileiro em relação a qualquer legislação que mencione raça” (TELLES, 1993, p. 5-6). Telles ainda ressalta que após 1888 a única legislação brasileira de teor racial é a lei 1.390/51, que considera o racismo uma contravenção penal. Esta lei foi alterada em 1988 pela lei 7.716, que criminaliza o ato, e, em 1997, quando o alcance da lei foi ampliado. Somente em 2003, primeiro ano do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), o Estado brasileiro se propôs formalmente a combater as desigualdades raciais existentes em nossa sociedade, a partir da promoção de igualdade de oportunidades e não apenas através de políticas antirracistas, criando a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Doze anos depois, houve um recuo no enfrentamento institucional, quando a SEPPIR foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2015, ministério extinto imediatamente após a posse do então presidente interino Michel Temer (PMDB), após o golpe parlamentar em 2016.

A extinção do Ministério fez com que a Secretaria fosse absorvida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Essa mudança ilustra o modo de pensar as políticas de promoção de igualdade racial e o combate ao racismo pelo partido agora em poder, confinando-os à esfera jurídica. Ao observar os orçamentos da SEPPIR para o exercício financeiro de 2015 a 2018, é notável a redução dos mesmos, chegando a inexistência. O orçamento da secretaria para 2015, ainda com status de ministério, foi de R\$ 75.232.571 (BRASIL, 2014). Em 2016, já dentro do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o orçamento da SEPPIR foi de R\$ 35.257.692 (BRASIL, 2015). Em 2017, desta vez incorporada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a SEPPIR passou a ter um orçamento de R\$ 19.657.165. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018 não dispõe orçamento algum para a SEPPIR (BRASIL, 2017). O esvaziamento do orçamento reflete-se também no enfraquecimento da autonomia da SEPPIR, fruto da luta dos movimentos negros, e demonstra que as políticas de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo não são prioridade para o atual governo.

É perceptível que as desigualdades raciais, concomitantemente, se refletem e são produto da relação dos diversos grupos raciais que compõem a sociedade brasileira com as estruturas do Estado. Isso se dá porque o racismo não é apenas fruto do passado colonial, mas também estruturador da sociedade de classes. Consequentemente, não há dúvida no papel da classe social na distribuição da população negra no espaço, mas é indispensável a discussão sobre raça.

Considerando que a produção acadêmica não está livre dos efeitos dessas relações raciais, adoto o Pensamento Decolonial como perspectiva teórica nesta dissertação, pelo desejo de contribuir para a construção de outra ciência, rompendo com a dominação epistemológica no âmbito da produção do conhecimento. Esse movimento epistemológico chama a atenção para o legado do colonialismo, a Colonialidade, que permanece presente nas “estruturas e instituições e também nas mentalidades, imaginários, subjetividades e epistemologias, e até hoje dão forma e conteúdo às sociedades atuais” (ALMEIDA; SILVA, 2015, p. 47), especialmente nas esferas do poder, saber e ser.

Aníbal Quijano (2014), pesquisador decolonial, desenvolveu o conceito de colonialidade do poder, incluindo o controle da economia, da política e também dos territórios. Nesse controle, o racismo tem papel fundamental, sendo o “princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123). Já a colonialidade do saber tem como um de seus instrumentos de propagação o epistemicídio, que Sueli Carneiro define a partir de Boaventura Sousa Santos como “processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização” (CARNEIRO, 2005, p. 96) dos povos subjugados. Além disso, como Carneiro aponta, o epistemicídio se caracteriza pela

Negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Somado a isso, acrescento a deslegitimação da produção de conhecimento sobre a população negra, relegando-o a um patamar de

inferioridade. A ideia de propor novas interpretações de mundo, novos conceitos e categorias de análise é fundamental, pois, como alerta Milton Santos, “a teoria não é atemporal, porque os conceitos são datados” (SANTOS, 2004 apud SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2016, p. 36).

Portanto, pensar decolonialmente é pensar também rompendo com os moldes da ciência europeia, compreendendo que as estruturas presentes na construção do conhecimento afetam o que é produzido na academia, mas vão além, atingindo as experiências cotidianas, ao, por exemplo, embasar políticas públicas e instrumentalizar movimentos sociais.

Outro aspecto importante do Pensamento Decolonial é compreender as relações raciais como fator estruturante da sociedade moderna, pois a ideia de raça é percebida como uma das formas pela qual a Colonialidade se manifesta, e dimensão geográfica da decolonialidade, que percebe a América Latina como lugar geopolítico central para se pensar as formas de organização do mundo, rompendo com a lógica da “crítica eurocêntrica ao eurocentrismo” (GROSGOUEL, 2008, p. 115). Grosfoguel (2008) utiliza esta expressão ao se referir a uma das razões para a desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos: a oposição entre os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que para o autor representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) e aqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que para ele representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). O autor afirma que é necessário transcender epistemologicamente, descolonizando a epistemologia e o cânone ocidental e eurocêntrico. O rompimento com paradigmas tradicionais acadêmicos é necessário para melhor compreensão da sociedade por todos(as), e também, no caso dos(as) pesquisadores negros(as), para possibilitar aquilo que bell hooks⁷ chamou de principal prioridade dos(as) intelectuais negros(as): “a criação ou reativação de redes institucionais que promovam hábitos críticos de alta qualidade basicamente com o objetivo de insurgência negra” (hooks, 1991, p. 475).

7 Ao me referir à bell hooks, rompo com as normas da ABNT seguindo o desejo da autora em ser referenciada em minúsculas. Ela escreve seu pseudônimo dessa forma para diferenciar-se de Bell Hooks, sua avó.

Charles Mills aponta que, com a inversão epistemológica proporcionada pelo epistemicídio, aqueles que compactuam com uma visão “desracionalizada” da sociedade concordam em

interpretar mal o mundo. A pessoa tem de aprender a ver o mundo erroneamente, mas com a segurança de que esse conjunto de percepções equivocadas vai ser validado pela autoridade epistêmica branca, quer religiosa, quer secular. (MILLS, 1997 apud CARNEIRO, 2005, p. 100)

Apesar disso, não é objetivo do Pensamento Decolonial ignorar a importância dos avanços conquistados no campo acadêmico por outras perspectivas, de forma que cânones que se alinham fora deste método de análise também são bem-vindos, porém em uma leitura direcionada, tendo a raça como categoria analítica principal de pesquisa. É necessário, portanto, dar posição aos conhecimentos, bem como os produtores deles, considerando que existe uma ligação entre o lugar ocupado pelos pesquisadores e sujeitos pesquisados e o discurso acadêmico produzido na pesquisa.

A posicionalidade é aspecto fundamental na Perspectiva Decolonial e também na Geografia Feminista, outra perspectiva epistemológica que orienta a presente pesquisa. Gillian Rose fala em saberes localizados, considerando que “todo saber é produzido em circunstâncias específicas e essas circunstâncias o moldam de alguma forma” (ROSE, 1997, p. 305, tradução nossa). Assim, a minha posicionalidade, considerando meu pertencimento racial, étnico, de gênero, social, etário, de nacionalidade, de orientação sexual, de “capacidade”, de status econômico, entre outros, pode influenciar a produção do discurso acadêmico, que é apenas uma perspectiva parcial da realidade. Rose nos acalma ao dizer que

Não podemos saber tudo, nem podemos pesquisar o poder como se pudéssemos compreendê-lo, controlá-lo ou redistribuí-lo. O que podemos fazer é algo bem mais modesto, mas, talvez, um pouco mais radical: inscrever em nossas práticas de pesquisa algumas ausências e falhas, enquanto reconhecemos que o significado disso não recai inteiramente em nossas próprias mãos. (ROSE, 1997, p. 319)

É a isto que me proponho nesta pesquisa, compartilhar os avanços e os tropeços, as possibilidades e as ausências, considerando minha posicionalidade e particularidades. Rose ainda aponta que, a partir da flexibilidade nas metodologias de pesquisa, podemos evitar a falsa neutralidade e universalidade do conhecimento acadêmico, considerando o nosso próprio lugar na assimetria de poder inerente nas relações presentes na construção de discursos científicos, especialmente sobre sujeitos subalternizados.

A Geografia Feminista, segundo aponta Larry Knopp, “forçou a consideração de espaços genericados e a espacialização do gênero” (KNOPP, 2007, p. 49, tradução nossa), indo além, produzindo uma visão metodológica da pesquisa geográfica. Portanto, não se trata meramente de uma subdisciplina geográfica, mas um modo de pensar a Geografia.

A Perspectiva Decolonial e a Geografia Feminista são respostas epistêmicas de grupos subalternizados, considerando que a hierarquização das relações sociais tanto afeta quanto reflete as estruturas da sociedade. Porém, são mais do que projetos confinados na academia, pois compreendem que escolhas epistemológicas são também escolhas políticas. Nesse sentido, concordo com a descrição de Doreen Massey feita por Rogério Haesbaert, que a caracterizou da seguinte forma:

nada lhe poderia ser mais avesso do que um pensamento acadêmico abstrato, sem vinculação direta com a realidade vivida e com o compromisso pela mudança em prol dos grupos subalternos. (HAESBAERT, 2017, p. 6)

É por compreender que esse compromisso é também papel social da Geografia, e da academia como um todo, que adoto esses posicionamentos.

É importante pontuar nesse momento que no decorrer desta pesquisa ocupo dois lugares, que aparentam ser semelhantes, mas são distintos. O primeiro deles é como negra pesquisadora. Esse lugar é observado quando estou na universidade e transitando em outros espaços acadêmicos, onde a relevância desta pesquisa e da minha capacidade como pesquisadora são questionadas abertamente, ou de formas mais sutis, especialmente no tocante à validade deste trabalho, no âmbito da Geografia. Reflexo do racismo institucional e do desmerecimento da discussão acerca das relações raciais. O segundo

lugar é como pesquisadora negra. Esse lugar é ocupado nos momentos de interação direta com os demais participantes desta pesquisa, em sua maioria pessoas negras, que, portanto, enxergam minha posição como pesquisadora antes do pertencimento racial. Isso se dá, pois, como argumenta Gillian Rose (1997), as relações de poder presentes no processo investigativo hierarquizam os participantes. Além disso, como aponta Gill Valentine (2007), existem momentos onde certos elementos identitários são ativados ou não, dependendo das relações postas em determinadas situações. A percepção desses lugares ocupados por mim durante o desenvolvimento desta pesquisa mostra que, por mais próxima que possa vir a ser do meu objeto de estudo, é impossível, e fui constantemente lembrada disso, ocupar o mesmo lugar que os pesquisados.

O processo metodológico se deu a partir da análise de como as relações raciais se fazem presentes na distribuição da população negra no espaço e como se dá a organização social dos negros e negras em seus territórios. Assim, apresentarei a presente pesquisa em três etapas. Na primeira, com base na revisão bibliográfica feita durante este estudo, tenho como objetivo contribuir na discussão referente à formação de territórios negros, tanto academicamente, como conceito, quanto materialmente, no espaço geográfico. A concepção de território negro a partir da identidade diaspórica africana é importante para demonstrar que estes espaços não são núcleos de isolamento racial, mas, sim, parte de uma estratégia de resistência.

Na segunda etapa, proponho pensar em territórios negros no município de Florianópolis, tendo os bairros como lócus. A partir da análise de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, construí mapas para visualizar a distribuição espacial dos negros no município. Posteriormente, investigo a sobre ou sub-representação proporcional dessa população nos bairros, tendo como referência a porcentagem de negros no município. Com isso, realizo um estudo de caso do Monte Cristo, bairro com maior proporção e número absoluto de população negra, considerando os marcadores discutidos na etapa anterior, bem como o acesso a bens e serviços e a hierarquia social desses territórios. Para isso, além de leituras sobre o bairro, realizei visitas para observar alguns aspectos, especialmente para checar a presença de marcadores culturais.

Importante pontuar que considero a população negra composta pela soma das categorias pretos e pardos do IBGE. Nesse sentido, Carvalho *et al.* (2003) apontam que no Brasil “raça e cor são conceitos

mais associados à aparência do indivíduo e sua inserção na sociedade (SKIDMORE, 1972 e 1992; PENHA-LOPEZ, 1996) do que à sua ‘carga hereditária’” (CARVALHO *et al.*, 2003, p. 29). Essa estruturação da sociedade brasileira, que se difere da estadunidense, por exemplo, onde as linhas de cor são mais nítidas, permite que um pardo tenha mais prestígio social do que um preto, demonstrando os efeitos ainda presentes da política de branqueamento que se intensificou no Brasil após a abolição da escravatura, buscando desagregar a população negra do projeto de nação. Porém, a situação econômica e social do pardo é muito mais próxima da do preto do que da do branco, considerando que ambos os grupos não têm acesso aos privilégios, simbólicos ou não, que a identidade branca possibilita, sendo assim agrupados em uma única categoria analítica.

Concluo discutindo o que podemos observar do papel da raça na distribuição da população negra em Florianópolis.

2 TERRITÓRIOS NEGROS

2.1 CONSTRUÇÃO CONCEITUAL

O território é, junto com paisagem, região, lugar e espaço, um conceito essencial para a Geografia, conforme argumenta Corrêa (2011). Nesta pesquisa, o debate sobre esses fragmentos socioespaciais negros poderia ser feito a partir dos conceitos de paisagem ou lugar, por exemplo. A escolha pelo território se dá pela importância das relações de poder neste conceito e a necessidade de debater o racismo como estratégia de hierarquização de grupos raciais distintos. É, assim, um exercício sobre as relações de poder. Além disso, o conceito de território negro já é discutido por diversas correntes do Pensamento Negro em outras ciências, como Antropologia e Arqueologia, como veremos adiante. Considerando a importância do território para a Geografia, é fundamental que esta ciência traga seu olhar para o debate.

A produção em torno do conceito de território na Geografia começa, segundo a historiografia europeia ocidental, com Friedrich Ratzel (1990 [1882]), no final do século XIX. Na época, o conceito era em grande parte associado ao substrato do Estado. Desde então, passou por transformações, decorrentes das mudanças epistemológicas na ciência geográfica ao longo da história. Ratzel já se preocupava, a partir da Antropogeografia, com o estudo da formação dos territórios e da distribuição das sociedades no mundo, onde a raça tinha importante papel. O conceito de raça, apesar de aparecer associado a características fenotípicas, também era utilizado por Ratzel como sinônimo de povo, fortemente associado ao solo, enquanto o território é percebido como “espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade” (MORAES, 1990, p. 23). Portanto, neste momento do discurso geográfico, território, raça e identidade possuem uma conexão direta.

Na discussão epistemológica contemporânea, Marcelo Lopes de Souza conceitua o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2011, p. 78). Essa interpretação de território é muito difundida atualmente no discurso hegemônico da geografia acadêmica e é um dos elementos que motiva esta pesquisa, considerando a necessidade de pensar o território e as relações de poder que o limitam além da classe social, interpretação comum observada nos trabalhos sobre segregação espacial. Claude Raffestin (1993, p. 51) afirma que poder é uma palavra ambígua, “rebelde a qualquer definição”, fazendo parte da essência de todas as relações, sendo multidimensional e interescalar. As relações raciais

também são, a partir da hierarquização das raças e etnias, relações de poder, e o racismo é, portanto, uma forma de exercício desse poder de um grupo sobre outro. Nesse sentido, Marta Araújo, Maria Paula Meneses e Sílvia Rodríguez Maeso afirmam que a abordagem positivista

constrói o racismo como irracionalidade e ignorância, enquanto simultaneamente evade a possibilidade de articulação de um discurso sobre a relação, historicamente construída, entre raça e poder. (ARAÚJO; MENESES; MAESO, 2010, p. 116)

Portanto, falar do racismo não apenas como um desvio de caráter, fato histórico passado ou algo reproduzido apenas por grupos extremistas, e sim como uma força de poder estruturante da sociedade, é fundamental para identificá-lo e combatê-lo.

As relações de poder vão além da dimensão política, considerando também os aspectos simbólicos, como a identidade, que também tem forte papel na constituição de territórios. Nesse sentido, Bonnemaison e Cambrèzy afirmam que

o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico. (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996 apud HAESBAERT, 2002, p. 50)

Ambos deixam explícita a importância do pertencimento e da identidade ao falar de território. Maria Laura Silveira também fortalece essa ideia ao dizer que “se podemos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2011, p. 39). Ou seja, a construção da identidade se faz a partir do território, e vice-versa.

Robert David Sack caracteriza a territorialidade como “o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (SACK, 2011, p. 63). Nesse sentido, considero aqui a territorialidade como os processos exercidos por um grupo para se apoderar em um território e as

estratégias de controle que esse grupo exerce. Ou, como explicou Alicia Lindón, “o conjunto de relações tecidas pelo indivíduo, como membro de uma sociedade, com o seu entorno [...] é o que vincula o sujeito com seu lugar” (LINDÓN apud SILVEIRA, 2013, p. 43). Essas formas de apropriação dos territórios negros estão intimamente relacionadas à identidade racial do grupo, como veremos adiante.

João H. Costa Vargas lembra que a neutralidade não existe, quando tratamos dos espaços urbanos, sendo estes “produtos de lutas históricas de poder, e as relações sociais derivadas de tais lutas tornam-se espacializadas de acordo com a ordem política hegemônica (...)” (VARGAS, 2005, p. 92). Considerando o contexto no qual se insere a discussão acerca do conceito apresentado aqui, entendo território como projeção espacial das relações de poder, como o racismo, incorporando também marcadores culturais que, a partir da identidade, identificam a apropriação do espaço no qual o território se manifesta.

Já a discussão acerca do conceito de território negro propriamente dito transpassa diversas áreas do conhecimento. A socióloga Vera Lúcia Benedito, em *Cor e territórios na cartografia das desigualdades urbanas*, é enfática ao afirmar que “entre os estudiosos do território urbano não há consenso quanto à definição de ‘território negro’” (BENEDITO, 2013, p. 98). Segundo ela, a presença negra por si só não define território negro, pois

Não há um só bairro ou distrito na cidade onde a presença negra ou afrodescendente seja 100% [da população]. Mas é justamente na inscrição ou marcadores culturais e simbólicos que a predominância racial se acentua, por meio de organizações sociais, culturais e políticas as quais efetivam um devir e identidades de memória coletiva negra e afrodescendente. É no percurso do tempo e espaço que a história coletiva, marcada por carências sociais, mas também por articulações de lutas, e os microterritórios étnicos e raciais justificam sua razão de ser. (BENEDITO, 2013, p. 99)

Esse aspecto é relevante para a discussão, especialmente no caso brasileiro, onde, diferentemente do observado nos Estados Unidos ou na África do Sul, a segregação racial não é resultante de uma política de Estado específica e sim do racismo presente na sociedade. Dessa forma, territórios exclusivamente compostos por negros são raros no Brasil,

considerando que outros fatores, como a segregação social, também constituem o espaço. Assim, são outros elementos que caracterizam os territórios negros, que Benedito chama de “marcadores culturais e simbólicos”. Esses marcadores podem ser organizações sociais, como ONGs do Movimento Negro; culturais, como escolas de samba, grupos de capoeira, clubes negros, bailes de música negra, rodas de samba e pagode; religiosas, como irmandades negras e terreiros de religiões de matriz africana; políticas, que vão desde atuação de partidos, como a Frente Negra⁸, na década de 1950, até a posição de poder dentro desses territórios ocupados por negros, como líderes religiosos, políticos, moradores antigos ou de maior prestígio social, comerciantes, professoras, benzedeadas e parteiras.

Muniz Sodré, ao estudar os terreiros e as cidades brasileiras, aponta que o território é “um dado necessário à formação da identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros” (SODRÉ, 1988, p. 14), e ainda que

a ideia de território coloca de fato a questão da identidade, por referir-se à demarcação de um espaço na diferença com outros. Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente. (SODRÉ, 1988, p. 23)

Sodré, portanto, dá importância ao território no sentido de que o mesmo é fundamental para a formação e demarcação das identidades e atividades referentes ao grupo social que ocupa determinado espaço.

Complementando esta ideia, o antropólogo José Maurício Andion Arruti fala em territórios negros ao tratar de comunidades quilombolas rurais, utilizando o conceito de “memórias rituais” ao se referir a elementos que carregam “a própria identidade do grupo” (ARRUTI, 2016, p. 6). Agregamos, portanto, aspectos rotineiros, que fazem parte da coletividade daquele território em sua construção histórica.

8 A Frente Negra Brasileira (FNB), entidade fundada em outubro de 1931, tinha filiais em todo o país. Existem apenas suposições de quantos eram seus membros no território nacional, mas estima-se que havia ao menos seis mil associados na cidade de São Paulo. A FNB possuía seu próprio jornal (A Voz da Raça), grupo musical (Rosas Negras), consultório dentário, cabeleireiro e uma escola. Além disso, realizava cursos, oficinas e seminários em sua sede, e também bailes e festivais de música. Tinha prestígio social, de forma que jovens buscavam a Frente para serem indicados a vagas de emprego. As pessoas associadas também se ajudavam financeiramente, através da caixa beneficente (GOMES, 2005).

Celebrações culturais e de devoção, formas de organização socioespacial e outros costumes que formam a identidade coletiva dos ocupantes do território também são fatores que o constituem.

A também antropóloga Maria de Lourdes Bandeira, ao estudar Vila Bela, em Mato Grosso, afirma que a cidade é um espaço negro e que “esse espaço étnico localizava geograficamente uma territorialidade negra reconhecida, legitimada e acordada entre brancos e negros na região” (BANDEIRA, 1988, p. 43), notando-se as relações de poder se efetivando no processo de validação daquele território, tanto por aqueles que nele se identificavam, quanto por aqueles que a ele não pertenciam. Mais tarde, Bandeira (1988) fala como a territorialidade negra é referida na identidade coletiva deste grupo, não de uma apropriação individualizada. Portanto, os territórios negros são construídos na alteridade, mas também são construídos na coletividade, a partir das relações internas a eles.

O geógrafo Renato Emerson dos Santos (2012) não trata de territórios negros diretamente, no artigo *Sobre especialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano*, mas discorre acerca das expressões espaciais geradas pela segregação racial, que ajudam a pensar nos marcadores dos territórios negros, como clubes, escolas de samba e batalhas de rap. O autor também aborda a toponímia da resistência, onde alusões à África e a figuras afrobrasileiras se fazem presentes nos nomes de localidades de referência ou na larga presença da população negra. Em Florianópolis, o Morro do Quilombo, no bairro Itacorubi, ou a praia do Quilombo, no bairro Santo Antônio de Lisboa, são exemplos dessa toponímia da resistência.

A antropóloga Ilka Boaventura Leite traz importante colaboração para a discussão conceitual de territórios negros. Ela afirma que:

Apesar da tendência de se intitularem “territórios negros”, quando pensados na sua dimensão política, a partir da ótica da RESISTÊNCIA, ou seja, como forma de defesa organizada numa situação de conflito, de tensão étnica e social e principalmente como suporte sob o qual se assentam atitudes coletivas de enfrentamento, a noção genérica de território negro não esclarece a complexidade das formas de apropriação do espaço por estes grupos. (LEITE, 1990, p. 40)

O destaque ao termo “resistência” dado pela autora corrobora a ideia de que os territórios negros não são fruto de um isolamento autoinduzido ou sem motivação, e sim uma “forma de defesa” frente ao racismo, visto que, como apontado por Raffestin, “onde há poder, há resistência” (RAFFESTIN, 1990, p. 53). Leite então se propõe a classificar os territórios negros em dois grupos, para expor a complexidade das estratégias de resistência desse grupo racial: os territórios de ocupação residencial, que se caracterizam por ser fixos, demarcados geograficamente por fronteiras de ocupação territorial, sendo que estes podem ou não ser documentados legalmente, em que seus ocupantes se utilizam de estratégias coletivas para sua subsistência, através de códigos específicos de sociabilidade; e os territórios de ocupação interacional, que são pontos de encontro e troca, nem sempre fixos, mas caracterizados por códigos simbólicos.

A categorização proposta por Leite como territórios de ocupação interacional vai ao encontro do que Marcelo Lopes de Souza (2011) chama de territórios cíclicos, onde o território se desloca ou se transforma durante um curto período de tempo, como por exemplo, o Largo da Alfândega, no Centro de Florianópolis, que semanalmente torna-se um território de ocupação interacional ao receber a maior batalha de rap de Florianópolis. Esse território se transforma, a partir dos diversos sujeitos que se apoderam do espaço, legitimados pelos seus pares, expressando as relações de poder que se desenham na dinâmica do município.

Já os códigos específicos de sociabilidade dos territórios de ocupação residencial se assemelham às ideias de marcadores identitários e de memórias rituais percebidas nas demais conceituações apresentadas, aspectos cotidianos das práticas dos sujeitos.

O geógrafo Alex Ratts (2012) analisa o pensamento geográfico na produção da antropóloga Lélia Gonzalez, que discute o “lugar de negro”, resultado da segregação racial e espacial, e “lugar negro”, resultado do reconhecimento desse grupo em um determinado espaço. Essa diferenciação é interessante por apontar a naturalização presente na sociedade brasileira de alocar os negros em lugares com menos prestígio, ao mesmo tempo em que combate tal estigma, ao valorizar o lugar negro, aquele em que este grupo racial ocupa por identificação. Nesse sentido, bell hooks conceitua a marginalidade como um local de transformação, onde a subjetividade negra libertadora pode emergir plenamente, diferenciando uma marginalidade que é imposta pela estrutura opressiva da sociedade da marginalidade que é escolhida como local de resistência. A autora ainda diz que “entender marginalidade

como posição e lugar de resistência é crucial para as pessoas oprimidas, exploradas e colonizadas” (hooks, 1991, p. 150, tradução nossa), e não apenas como um espaço de ausências. Ao mesmo tempo, hooks alerta para a necessidade de “não romantizar a noção de que o espaço da marginalidade onde os oprimidos vivem separados de seus opressores é ‘puro’” (hooks, 1991, p. 151, tradução nossa), e sim romper com o silenciamento da discussão sobre locais marginais como espaços de resistência.

A distinção entre a marginalidade como espaço de repressão e espaço de resistência faz mais sentido nos Estados Unidos, terra natal de hooks, onde a população negra é minoritária e constitui guetos nas grandes cidades. No Brasil, apesar de se observar em diversos momentos históricos a constituição de locais majoritariamente negros como forma consciente de resistência, como os quilombos e as estratégias de financiamento de moradia promovidas pela Frente Negra Brasileira, estes podem ser percebidos não como locais marginais, mas novos centros, com formas próprias de organização política, econômica e social. Milton Santos é enfático ao dizer que “temos que recusar o gueto em que nos querem confinar os que mandam na sociedade brasileira e buscar lugares mais importantes dentro da sociedade” (SANTOS, 1996/1997, p. 140).

No debate acerca do território negro no Brasil, Alex Ratts afirma que são espaços “apropriados, marcados, qualificados por grupos negros, ainda que não sejam exclusivos” (RATTS, 2012, p. 232), em acordo com as proposições expostas até aqui. Além disso, em *As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos*, Ratts reforça que não é apenas a predominância da população negra em um espaço que o define como um território negro, mas a presença de “um conjunto de códigos e símbolos compartilhados, enfim, um modo de vida” (RATTS, 2004, p. 85).

Considerando a perspectiva decolonial e também a das geografias feministas sobre as limitações de algumas categorias analíticas forjadas pelas epistemologias eurocentradas para a interpretação da realidade, é necessário ressignificar conceitos. Orientada pelas produções aqui apresentadas para construir o objeto de pesquisa, compreendo os territórios negros como aqueles definidos a partir de relações de poder focadas na perspectiva racial, onde a identidade negra se faz presente, seja pela autodeclaração daqueles que se apropriam daquele espaço, seja pela presença de marcadores culturais e simbólicos, como os apresentados neste capítulo. Os territórios negros diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de

identificação territorial pelos quais essas pessoas apreendem aqueles espaços, caracterizando-se pela resistência à colonialidade, seja essa resistência engajada ou não. Sendo assim, é possível falar de territórios negros mesmo quando falamos de espaços onde a população é majoritariamente negra, como no Brasil, pois não se trata de um processo de formar guetos em espaços brancos, mas do reconhecimento da multiplicidade do espaço e seu potencial político e social.

Elemento fundamental para entender os territórios negros, a identidade negra não deve ser vista como uma dissociação da identidade nacional. A identidade negra, como as demais identidades raciais, é resultado de uma construção racial utilizada pela colonialidade para estabelecer hierarquias de poder (QUIJANO, 2014). O Movimento Negro brasileiro ressignifica e fortalece a ideia de identidade negra como estratégia no combate à narrativa da mestiçagem homogeneizadora, fruto da política de embranquecimento racial no Brasil, que valoriza uma identidade brasileira onde o papel da população negra, bem como seus aspectos fenotípicos e culturais, é tratado como mera contribuição, acessório e folclore, e não como aspecto estruturante da sociedade.

O antropólogo Kabengele Munanga compreende identidade como

(...) uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178)

Portanto, a identidade inclui, mas vai além de marcadores culturais, abarcando outras referências civilizatórias a partir de marcadores sociais, políticos e históricos de cada sociedade. Apesar das particularidades de cada identidade, é necessário compreender que elas são construídas pela alteridade. A identidade negra é, portanto, uma “construção social, histórica, cultural e plural” (GOMES, 2005, p. 43), resultado da colonialidade.

Para compreender essas referências civilizatórias que constroem a identidade negra brasileira, é necessário compreender a identidade diaspórica que

(...) emerge a partir das conjunturas históricas, sociais, e culturais, quando os discursos construídos sobre o “pertencimento nacional” negam reivindicações de cidadania em diversos contextos raciais, culturais, religiosos, linguísticos, entre outras formas de coletividade. (HINTZEN, 2007, p. 53)

Percy Hintzen fala ainda da identidade diaspórica como contraposição à identidade nacional, mas aqui a compreendo como forma de resistência e valorização de aspectos invisibilizados ou secundarizados da identidade nacional. A existência da identidade negra também supõe que outras, além da identidade nacional, existem numa sociedade multicultural.

Essa identidade compartilhada que ultrapassa as fronteiras das nações apoia-se nas experiências similares destes indivíduos que

(...) aborda as transformações culturais, resistências e lutas das populações de origem africana contra a escravização, a exploração, o racismo e outras formas de opressão. Nessa história, os territórios da diáspora africana estão conectados. (CARDOSO; MAMIGONIAN, 2013, p. 12)

Sendo assim, existem elementos coletivos do ser negro em diáspora, aspectos compartilhados por essa identidade por populações distintas, o que justifica o grande número de estudos comparativos entre negros no Brasil e nos Estados Unidos nos anos 1980 e 1990.

A identidade negra diaspórica não se trata da manutenção de aspectos originais africanos, que não necessariamente dialogam com as realidades vividas por estas negras e estes negros em seus territórios atuais, mas de resistir a uma colonialidade branca que eugeniza e normatiza, quando não biologicamente, culturalmente.

Da mesma maneira que existe uma coletividade na identidade diaspórica, existe uma similaridade nas desigualdades enfrentadas pela população negra em todo o mundo, como aponta Maria Nilza Silva:

A situação de pobreza e de racismo vivenciada pela população negra não é isolada, mas faz parte de um processo de desigualdade mundial, no qual as nações ricas exploram as nações pobres, através de dívidas externas, do protecionismo etc., e, ainda, através da difusão das ideias racistas que grassam no mundo inteiro, entre brancos e negros, e especialmente através das disputas entre grupos étnicos, num mesmo país. (SILVA, 2006, p. 56)

Compreendo, assim, a identidade negra como uma construção relativa que é pessoal, mas também coletiva, a partir de uma cultura comum percebida através de uma forma de organização social, onde os sujeitos são classificados por si próprios, mas também por e a partir de outros. No Brasil, é crescente a valorização da identidade negra entre aqueles que fazem parte deste grupo racial, numa

tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil. (MUNANGA, 1994, p. 187)

Essa valorização da identidade negra é visível no aumento da publicização das discussões sobre relações raciais (especialmente sobre o racismo) em diversos fóruns, como programas de TV, estádios de futebol e salas de aula, no empoderamento estético, protagonizado especialmente pelas mulheres negras, que impactou também o mercado, que passa a enxergar essa população como consumidora em potencial. Em muito, como aponta Gladys Mitchell (2009), esse reconhecimento da negritude e, conseqüentemente, de uma identidade coletiva racial negra, é protagonizado pelo número crescente de jovens negros, especialmente os que agora adentram as universidades em maior número, a partir das ações afirmativas. A adoção das ações afirmativas é também uma autoafirmação de pertencimento racial e a chegada à universidade possibilita formas de organização política de pares, como os coletivos. Mas, apesar dessa aparente homogeneização da população negra a partir da identidade, entendo que não existe uma universalidade da negritude, considerando que este é apenas um dos muitos aspectos identitários de um ser humano. Porém, se faz necessária uma

diferenciação coletiva, considerando o legado da colonialidade e a negação da diversidade ainda presente nos dias atuais.

Da mesma forma, a negritude não é vivenciada da mesma forma por mulheres e homens, pessoas de diferentes gerações, orientações sexuais, classes, escolaridades, entre outras diferenciações sociais, pois, apesar de não haver hierarquia de opressões, existe uma hierarquização dentre as categorias pelas quais a sociedade se compõe. O próprio processo de categorização é construído pelos sistemas sociais como forma de exercer o poder a partir das identidades. E todas essas diversas identidades são conectadas e indissociáveis e alteram a experiência que cada ser humano tem do espaço. Sendo assim, apresento aqui uma visão interseccional como ferramenta para a compreensão da realidade, entendendo que existem múltiplos eixos que estruturam as relações de poder, como as diferenças apontadas acima.

2.2 CONSTRUÇÃO ESPACIAL

A formação dos territórios negros urbanos não pode ser pensada de maneira dissociada de outros processos de urbanização, como a segregação racial, que é a representação espacial do racismo. Como o racismo tem formas diversas de se expressar na sociedade, é com a mesma multiplicidade que a segregação racial se apresenta. Um exemplo é o caso estadunidense, que tem uma manifestação do racismo considerada mais “explícita”. Consequentemente, a segregação racial lá é mais perceptível, com a formação de guetos que se mantiveram mesmo após o fim da legitimidade política da organização racial promovida pelo Estado a partir das leis segregacionistas existentes anteriormente à década de 1960. Raquel Rolnik diz que o gueto estadunidense “sintetiza a imagem de discriminação racial aberta e da dominação branca” (ROLNIK, 2007, p. 75).

No Brasil, os guetos não existem com tanta abundância, o que fez muitas das interpretações da segregação urbana responsabilizarem as diferenças de classe pela desigualdade na distribuição espacial da população. O sociólogo estadunidense Edward Telles (1993; 2003) mensurou a segregação racial em 35 regiões metropolitanas brasileiras, incluindo Florianópolis. A partir dos dados do Censo Demográfico de 1980, separou a população em faixas, de acordo com seu estrato social. Assim, era possível vislumbrar se o fator raça teria papel na segregação urbana. Telles percebeu graus de segregação menores do que em sua terra natal, porém, presentes, e que se agravavam nas faixas de renda

mais alta, verificando que a raça de fato se coloca como um elemento que promove desigualdades no Brasil.

Partindo deste fato, não pretendi questionar nesta pesquisa se a segregação racial está presente no município de Florianópolis. Considerando isso, ao ler as afirmações de Milton Santos (1979), de que as cidades vão se tornando mais exclusivas e mais rígidas, tanto em suas formas quanto em suas funções e suas localizações, e de Antonia dos Santos Garcia (2012), que aponta que a cidade é pensada a partir da lógica machista e racista, desde a sua gênese, posso afirmar que raça e gênero são alguns dos elementos que marcam a exclusão nas cidades. Portanto, falar em segregação urbana é, necessariamente, falar em segregação racial, entre outras formas de restrição à ocupação do espaço. Este passo é fundamental para que a literatura acadêmica rompa com o papel de normatizadora de desigualdades raciais (e de gênero e tantas outras), como observamos no discurso hegemônico vindo dos trabalhos acerca da urbanização e discussões decorrentes, que tendem a considerar apenas as disputas de classe como fator para distribuição da população nas cidades, desconsiderando as identidades raciais, de gênero, e outras, que afetam este processo.

João H. Costa Vargas aponta que, no período anterior à década de 1980, o distanciamento entre grupos sociais distintos refletia-se na distância espacial destes na cidade de São Paulo, mas o mesmo não era necessariamente observado no Rio de Janeiro. Esse também é o caso de Florianópolis, onde, a princípio, a população pobre não estava obrigatoriamente concentrada nas periferias, como veremos a seguir. O autor considera que após a década de 1980 há uma “convergência” na expressão dos padrões espaciais a partir das diferenças de classe (VARGAS, 2015), o que pode ser explicado pelo que Milton Santos aponta ser, a partir dos anos 1970, um novo patamar no processo de urbanização, “tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo” (SANTOS, 2005, p. 77).

Manuel Castells e Jordi Borja (1997) definem a segregação como consequência das opressões que minorias étnicas sofrem, mas também como resultado de uma reação defensiva e das especificidades culturais desses grupos, visto que, dessa forma, podem se proteger daquelas opressões usando a coletividade e a afirmação racial como estratégias de resistência. É importante lembrar que, tradicionalmente, na literatura acerca da segregação racial, fala-se constantemente em minorias étnicas. Porém, quando falamos da população negra no Brasil, observamos uma segregação da maioria numérica promovida por um grupo étnico menor,

mas com maior poder político e econômico, parecido com o que foi observado na África do Sul, durante o período do *apartheid*.

A formação de territórios negros é possibilitada por diversos mecanismos econômicos, institucionais e culturais resultantes da expansão urbana, como a especulação imobiliária e o déficit habitacional, que se retroalimentam. O déficit habitacional se refere à necessidade de novas moradias para suprir a insuficiência em dada localidade, considerando tanto a inexistência de moradias em número suficiente (como nos casos de coabitação familiar forçada ou densidade excessiva de moradores), quanto a existência de moradias inadequadas (como nos casos de domicílios carentes de serviços de infraestrutura) e, ainda, casos de ônus excessivo com aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009).

No ano de 2007, em Santa Catarina, o déficit habitacional urbano chegou a 125.297 unidades, onde 77% das famílias atingidas possuem renda média mensal de até três salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009). Analisando a distribuição racial dessas famílias, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, percebemos que a maioria é constituída por pessoas brancas. Mas, analisando a concentração dentro dos grupos étnicos, notamos que 61% das pessoas negras que moram no estado recebiam, à época do censo, até três salários mínimos. Isso significa que mais da metade da população negra que vive em Santa Catarina recebe a mesma renda média mensal que a maioria dos habitantes atingidos pelo déficit habitacional urbano.

Já em Florianópolis, segundo dados da Secretaria de Habitação do município, o déficit habitacional chega a 7.842 unidades, enquanto os domicílios vagos ultrapassam 15 mil unidades (FLORIANÓPOLIS, 2012a; 2012b). Não há um estudo racial ou econômico acerca das famílias afetadas, o que não permite refletir sobre os impactos diretos à população negra do município. De qualquer forma, o déficit habitacional aprofunda a segregação, visto que a população é afastada para as periferias, áreas onde o acesso aos serviços e bens é dificultado, valorizando ainda mais os centros. Nesse sentido, Milton Santos aponta que:

A cidade em si como relação social e como materialidade torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial. (SANTOS, 2005, p. 10)

Além disso, os mecanismos de poder presentes nas relações raciais regulam as trajetórias espaciais da população negra, que se refletem na distribuição espacial. A segregação urbana é vista por Boaventura de Souza Santos como uma forma de fascismo do *apartheid* social em que “trata-se da segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” (SANTOS, 2007a, p. 80). Essa estigmatização territorial que degrada as “zonas selvagens”, “afeta a subjetividade e os laços sociais de seus moradores, bem como as políticas do Estado que os modelam” (WACQUANT, 2014, p. 154).

Lima *et al.* afirmam que

A consolidação do território negro operou sobre forte resistência estética e social em relação aos segmentos não-negros da população civil. No processo de repartição de terras, os negros foram totalmente excluídos, passando a viver nas periferias das cidades. O afastamento das populações de baixa renda das áreas urbanas atingiu de modo significativo as populações negras. Historicamente, essa exclusão é consequência da desvalorização que a sociedade escravista praticou contra os negros. (LIMA *et al.*, 2008, p. 52-53)

Considerando isto, o próprio processo de construção espacial dos territórios é causa e consequência da resistência da população negra frente às assimetrias de poder presentes nas relações raciais na sociedade brasileira. Frank Eckhardt afirma que, de modo geral:

A favela era o único caminho para a população negra participar politicamente da formação da cidade e da sociedade. Ao contrário dos Estados Unidos, onde os afroamericanos puderam se estabelecer primeiramente de forma política por meio do movimento dos direitos civis, a favela era, até a chegada do PT ao governo federal, a única instância de participação política. (ECKHARDT, 2014, p. 101)

Dessa forma, deve-se refletir acerca dos projetos de cidades que são desenvolvidos e implantados no país, considerando os interesses e necessidades envolvidos nas políticas urbanas. A ausência da discussão

racial na construção dessas políticas acaba por contribuir para a reprodução da segregação racial. O descaso do Estado, juntamente com a estigmatização territorial, não apenas deixa de mitigar a pobreza, mas a produz, por naturalizar a ausência de acesso aos bens públicos e direitos essenciais de todas as cidadãs e os cidadãos. Por isso é essencial que os planejadores pensem esses locais segregados considerando as pessoas que os compõem, em toda a sua profundidade, e não somente o substrato que elas ocupam.

Projetos que trazem em si ideologias alheias à realidade das comunidades em que serão aplicados resultam em uma melhora da estética do espaço físico, tendo como padrão as normas urbanísticas da elite, sem estar associados a uma valorização de aspectos políticos e culturais, e tendem a reforçar a estigmatização e a alienação espacial, fragilizando os laços das redes sociais. Loïc Wacquant ilustra essa situação ao falar dos guetos negros estadunidenses que, até os anos 1960, eram “lugares” onde a população negra sentia uma forte identificação positiva, construída através das redes sociais e do controle coletivo de seus territórios. Hoje, segundo Wacquant, estes “lugares” são “espaços”, pois estão desprovidos da capacidade de “mobilizar e implantar [recursos] para se protegerem da dominação branca e achar apoio coletivo para suas estratégias de mobilidade” (WACQUANT, 2007, p. 70, tradução nossa).

Dessa forma, é essencial compreender como territórios raciais se constituem para contemplar as especificidades desses espaços nas políticas públicas e projetos de cidade, garantindo um olhar heterogêneo e equalitário para os habitantes do município. Além disso, a lógica de ocupação de determinado espaço por uma população racializada também pode nos dizer muito sobre as assimetrias de poder entre grupos raciais distintos e de que forma as desigualdades são reproduzidas através dos períodos históricos. Sendo assim, a seguir proponho pensar a lógica de ocupação de Florianópolis pela população negra, compreendendo o projeto de cidade posto em pauta.

3 NEGROS EM FLORIANÓPOLIS

A partir das ondas teóricas que se referem aos mecanismos de reprodução da desigualdade socioeconômica racial no Brasil, apresentarei a revisão bibliográfica que trata da população negra em Florianópolis e, posteriormente, da lógica de ocupação do município pelos mesmos.

Rafael Guerreiro Osório (2008) analisou as três ondas teóricas que tratam dos mecanismos de reprodução da desigualdade socioeconômica entre os grupos raciais no Brasil, observando o papel da academia no debate referente ao racismo. A concepção de onda teórica foca nas principais ideias que distinguem cada uma, compreendendo que períodos e autores não podem ser limitados de forma rígida, já que existe diálogo entre intelectuais acerca do tema. Essa noção de onda, bem como a explicação de Osório sobre cada uma delas, será importante para entender como a produção acerca da presença da população negra em Florianópolis foi investigada em diferentes tempos, com ênfase nos aspectos sociais e históricos.

Na primeira onda, a tese principal defendida pelos autores é de que haveria preconceito de classe sem preconceito racial. Tem como representantes intérpretes como Silvio Romero (1949) e Gilberto Freyre (1994 [1933]), que dão grande valor à miscigenação branqueadora, acreditando que com o tempo os pardos ascenderiam socialmente. A presença destes em posições sociais de destaque, ainda que pequena, era tida como evidência, tanto da permeabilidade, quanto da ausência de preconceito. Nesta onda, é muito forte a ideia de que o preconceito de classe teria mais efeito na sociedade do que o de raça. Esse pressuposto, apesar da aparente superação da ideia do branqueamento racial da sociedade brasileira, ainda tem força em diversas linhas de pensamento. Como na Geografia Crítica, corrente acadêmica hegemônica na Geografia a partir dos anos 1970, onde, segundo Alex Ratts, as questões raciais

“tem pouca ressonância nos debates geográficos (...) em face do primado de certas leituras do marxismo em que a classe social é considerada a principal variável, senão única, da desigualdade socioespacial” (RATTS, 2010, p. 128).

Aníbal Quijano aponta que a ideia de classe social é, em sua gênese, resultado do pensamento eurocêntrico dos séculos XVIII e XIX, onde a Europa ocidental era percebida como o centro do mundo capitalista. Sendo calcada na experiência europeia, as demais dimensões da existência social, onde as relações de poder são formadas, não são consideradas ou são consideradas apenas como derivadas das “relações de produção” e determinadas por elas (QUIJANO, 2014). Apoiar a tese de que somente a classe é suficiente, ou principal categoria, para explicar as desigualdades sociais no Brasil é ser permissivo com o racismo, que afeta mais da metade da população nacional.

A segunda onda vem em reação à afirmação da inexistência, ou de efeitos leves, do preconceito racial no Brasil, ou seja, em contraposição aos pressupostos defendidos pela primeira onda.

É de representantes desta onda que surge um dos primeiros trabalhos acadêmicos que discute a presença da população negra em Florianópolis. Em 1960, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni publicaram o livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Nele, os autores analisaram as condições socioeconômicas da população negra em comparação com a população branca, buscando compreender quais eram os obstáculos à ascensão social das negras e dos negros na década de 1950. A pesquisa foi financiada pela UNESCO que, a partir da década de 1950, buscando compreender as relações raciais no Brasil, apoiou intentos semelhantes pelo país. Naquela época, o Brasil era visto como uma sociedade onde as raças viviam em harmonia, um exemplo para o resto do mundo que ainda se recuperava dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. As pesquisas foram realizadas em diversas cidades do país, como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis, e os resultados mostraram que, na verdade, havia, sim, conflitos entre as raças no Brasil, discordando da teoria da democracia racial, mas, como característico na segunda onda, a classe foi considerada o principal fator dessas diferenças.

Posteriormente, no ano 2000, a primeira parte da obra de Fernando Henrique Cardoso foi relançada, com o título *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Nele, Cardoso reconsidera a ideia defendida anteriormente, de que após a transição para uma sociedade de classes, a população negra seria integrada efetivamente, possibilitando sua mobilidade social. Ele compreende que o racismo é mais do que uma herança do passado no presente, e sim que é algo que “muda de conteúdo significativo e de funções sociais” (CARDOSO,

2003, p. 318), adequando-se aos processos de exploração vigentes. Desta forma, sem uma postura antirracista, não existe a superação dos mecanismos de reprodução do racismo.

A noção de que o racismo se modifica de acordo com as dinâmicas da sociedade é fundamental para compreender como essa forma de opressão se reproduz através de diferentes modos de produção e formas de organização social.

E é da terceira onda teórica que vem a explicação considerada hegemônica nas ciências sociais, a partir da década de 1980, sobre a persistência da desigualdade racial no Brasil. Carlos Hasenbalg e Nelson V. Silva (1988), dois representantes desta onda, argumentam, na obra *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*, que as práticas racistas que reproduzem a desigualdade racial não são apenas resquícios do passado escravocrata, e sim “funcionalmente relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro e mulato” (HASENBALG; SILVA, 1988, p. 166.). Também é característico desta onda o uso de dados estatísticos para embasar as pesquisas, como Edward Telles fez em seu trabalho sobre a segregação racial no Brasil, onde analisou diversos municípios do país, inclusive Florianópolis.

Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX, pesquisa publicada por Cardoso (2008) meio século depois de *Negros em Florianópolis*, não discute propriamente os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais. Nela, o autor lança um olhar histórico sobre a vivência negra na cidade no século XIX, falando de mercado de trabalho, relações familiares, lugares ocupados, práticas e hábitos dessa população. O historiador aponta que africanos e afro-brasileiros ocupavam vários espaços na cidade desde então: cortiços e porões no centro da cidade, em “peças de fundo” dos terrenos de senhores em toda a cidade, inclusive recebendo “casas de vivenda” como herança.

Ainda na década de 1990, Ilka Boaventura Leite apontava que

o negro é invisibilizado, seja porque não intencionam revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade. [...] Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente. (LEITE, 1996, p. 38)

Esse mito da inexistência da população negra em Florianópolis – e no restante do estado – é reforçado também pela ideia de que aqui não houve uso de mão de obra escrava de origem africana ou afrobrasileira. Dessa maneira, os poucos negros e negras que aqui vivem vieram por vontade própria e em pequenos grupos. Porém, é sabido que a produção agrícola local e as armadilhas baleeiras em todo o litoral catarinense utilizavam largamente da mão de obra escrava desde o fim do século XVIII (CARDOSO; MAMIGONIAN, 2013). A invisibilização da população negra, tanto na história do estado como no momento atual, serve para alimentar o discurso racista de que a prosperidade de Santa Catarina deve ser creditada apenas aos imigrantes europeus e seus descendentes, ignorando o papel fundamental dos povos originários e africanos e seus descendentes no desenvolvimento do estado.

3.1 LÓGICA DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO PELA POPULAÇÃO NEGRA

A presença da população negra em Florianópolis não é algo recente e tampouco é recente sua invisibilidade. Porém são múltiplos os esforços, especialmente nos anos 2000 (LEITE, 1996; MAMIGONIAN; VIDAL, 2013; PENNA, 2005; REBELATTO, 2006; SILVA, 2015), para reescrever a história embranquecida do município.

A partir das estratégias cotidianas da população negra para viver em um município onde sua ocupação se deu inicialmente pela escravidão e, posteriormente, pela resistência a sua remoção, apresentarei como se deu a distribuição dessas pessoas, sem a pretensão de fazer um mergulho histórico profundo.

Um indício da existência do regime escravista na ilha são os quilombos que, somado às senzalas, são as formas mais antigas de territórios negros no Brasil. Ambas se constituíam como territórios onde a resistência se fazia presente, considerando que os trabalhadores negros e negras possuíam diversas estratégias de combate à escravidão além da fuga, largamente registrada em anúncios de jornais da época, como a desobediência, revoltas, suicídios e abortos.

Nas senzalas, o território era delimitado a partir do poder dos senhores, e, nos quilombos, a partir dos trabalhadores e demais habitantes. Os quilombos significavam uma “tentativa de constituição de formações sociais negras, com território livre no interior do espaço branco colonial” (BANDEIRA, 1988, p. 117), portanto, territórios de resistência. Existem registros de aquilombamentos no Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, Rio Tavares e no Rio Vermelho. Nos dias atuais,

os quilombos resistem como territórios com uma organização social própria, onde marcadores culturais negros persistem. O quilombo Vidal Martins, no Rio Vermelho, foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em outubro de 2013, e é formado por 26 famílias, sendo a primeira comunidade quilombola regularizada em Florianópolis.

O regime escravocrata teve papel fundamental na distribuição geográfica da população negra no Brasil. Não é à toa que até hoje os negros e negras concentram-se nas regiões que utilizaram com maior amplitude a mão de obra escravizada: o Nordeste e o Sudeste, onde os engenhos de cana e fazendas de café, respectivamente, desenvolveram-se graças aos trabalhadores negros africanos e brasileiros escravizados.

Porém, diferentemente do que o senso comum pode acreditar, desde a primeira fase da ocupação europeia do litoral catarinense, no século XVII, houve o emprego da mão de obra escravizada, tanto indígena quanto negra. Reflexo do projeto de expansão da Coroa Portuguesa, a ocupação da atual Florianópolis, bem como do restante do Sul do país, possibilitou também uma diferenciação da atividade econômica do Brasil, ainda que a economia local não tivesse como objetivo principal, até meados do século XVIII, a exportação para o mercado internacional, como as demais áreas que se desenvolveram a partir dessa ampliação do domínio português. Entre 1746 e 1796, foram fundadas cinco armações baleeiras no litoral catarinense, estas sendo unidades escravistas de porte comparável a engenhos de cana e fazendas de café. Esta informação, somada aos dados da Intendência de Polícia da Corte do Rio de Janeiro, de que entre 1811 e 1830 chegaram a cerca de 1700 os trabalhadores escravizados em Santa Catarina, apontam que a realidade econômica rural do estado diverge do que classificaram os historiadores Walter Piazza e Oswaldo Cabral, que consideravam os minifúndios catarinenses com baixo trabalho escravo (CARDOSO; MAMIGONIAN, 2013).

No século XVIII, houve uma mudança na estrutura socioeconômica da então Nossa Senhora do Desterro, que também afetou o uso da mão de obra escravizada. Recebendo novas funções políticas e militares, o desenvolvimento urbano gerou uma ampliação do mercado interno, conseqüentemente, uma intensificação da produção rural. Cardoso (1960) classifica Desterro como uma povoação militar nessa época, dotada de componentes urbanos em uma estrutura rural. Porém, essa interpretação é contestada por diversos pesquisadores, como Célia Maria e Silva (1992), José Messias Bastos (2000) e Nazareno José de Campos (1991), que mostram como Desterro exercia papel maior do que simplesmente militar, estando integrada ao mercado

de abastecimento interno, enviando diversos produtos agrícolas, como farinha e café, para outras áreas do país, inclusive à Coroa, instalada no Rio de Janeiro. Dessa forma, havia um enriquecimento da sociedade local e tanto os agricultores, inclusive os menos abastados, quanto a elite que se consolidava no núcleo urbano da ilha, se beneficiavam do uso da mão de obra escravizada. Ademais, com o desenvolvimento da pesca, agricultura e comércio, bem como, com o acréscimo populacional, devido às novas funções agora exercidas no povoado, houve um substancial aumento no número de trabalhadores negros escravizados.

É no centro de Desterro que se constitui o primeiro bairro da elite local, com sobrados construídos nas proximidades da igreja Matriz, entre as ruas do Espírito Santo, da Pedreira (atual Rua Victor Meirelles) e Augusta (atual Calçada da João Pinto). Nos arredores, instalaram-se cortiços e outras moradias populares (CARDOSO, 2008).

Com o fim da pesca da baleia, na primeira metade do século XIX, houve a transferência do uso da mão de obra escravizada, que passou a atuar em múltiplos setores econômicos, como outras modalidades de pesca, profissões mecânicas, agrícolas e, especialmente, comércio e serviços domésticos no núcleo urbano da Ilha. Com o crescimento do comércio e das atividades administrativas, Desterro foi oficialmente elevada à categoria de cidade, em 1823. Um pouco antes, no ano de 1810, a população negra atingiu a maior proporção populacional em Desterro, totalizando 35,5% dos moradores. Analisando os dados do recenseamento na segunda metade do século XIX, em 1872, é perceptível que essa transferência observada ao fim da pesca da baleia se manteve, visto que 65% das mulheres escravizadas trabalhavam em serviços domésticos. Já os homens, em sua maioria (45%), trabalhavam como lavradores, mas os serviços domésticos eram a segunda ocupação mais frequente, onde 10% dos trabalhadores se encontravam (CARDOSO, 2008).

Apesar desse acréscimo de trabalhadores escravizados na parte urbana da ilha, houve, por parte das elites, uma necessidade de construir uma imagem de país moderno e pronto para o desenvolvimento, fazendo com que a escravidão, vista como vergonhosa e pouco produtiva pelas potências capitalistas, ganhasse críticos além dos trabalhadores escravizados. No entanto, diferentemente de outras localidades, as ideias abolicionistas tinham pouca adesão na elite da ilha, chegando “tardamente e sem os tons de radicalidade e combatividade que adquiriu em outros contextos urbanos” (LIMA, 2013, p. 216).

Somente na década de 1880 é que se têm notícias das primeiras organizações abolicionistas na Ilha de Santa Catarina, como o Clube

Abolicionista, fundado em 1884. Porém, já na época havia críticas sobre as reais motivações desse grupo, considerando que diversos membros dele tinham trabalhadores sob regime de escravidão. No ano de 1885, o poeta e abolicionista Cruz e Sousa assumiu a redação do jornal *O Moleque*, periódico semanal de Desterro. Nele, Cruz e Sousa criticava aqueles que aderiam ao abolicionismo por ser a “moda” do momento e não uma convicção política. Na edição de 27 de agosto de 1885 (Figura 1), na seção Pirapotes, ele disse:

[...] os clubs abolicionistas por aqui são assim um tanto comêtas: Aparecem... e sômem-se como apareceram e a respeito de fazer alguma cousa de novo, relativo á abolição: agora mana, quem disse... (O MOLEQUE, 1885)

O que se percebia era que a aristocracia da cidade, bem como a nacional, notava que os tempos de escravidão estavam chegando ao fim e procuravam passar uma imagem que condizia com o que se era visto na Europa. A escravidão, portanto, não era compatível com o projeto de cidade almejado pelas elites locais.

Apesar disso, as leis abolicionistas não tiveram grande impacto na dinâmica escravocrata da então Desterro. As leis que proibiam o tráfico não produziram efeitos diretos, considerando que a ilha sempre fora abastecida pelo tráfico interno e nem mesmo a “valorização” dos escravos e certa “exportação” para o Rio de Janeiro e São Paulo, resultante da Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850, alterou significativamente o número de trabalhadores e trabalhadoras escravizados, mostrando a dependência da elite local com relação à mão de obra escrava. Segundo Costa (2008), a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, não apresentou impactos maiores do que uma ampliação do debate abolicionista no cenário nacional, graças às fraudes cometidas pelos proprietários de trabalhadores escravizados. Lima (2013), por sua vez, afirma que a lei teve grande impacto, demonstrado pelo crescimento de alforrias registradas neste período. As/os trabalhadoras/es escravizadas/os também foram a justiça, através das ações de liberdade, contestando seus direitos à liberdade ou melhores tratamentos. Já em 1885, 25% da população local se encontrava sob regime de escravidão, e a Lei dos Sexagenários, aprovada no mesmo ano, libertou apenas 579 homens e mulheres escravizadas na província de Santa Catarina, 6,9% dos escravos existentes na província à época (LIMA, 2013).

Com o fim da escravidão institucionalizada, em 1888, a parcela branca e detentora de poder da sociedade controlou a participação da população negra no novo sistema: essa era associada à escravidão, um sistema de trabalho agora menosprezado, perpetuando assim a ideia de inferiorização do negro. Assim, estigmatizavam-se os trabalhadores negros como incapazes, apesar de terem sido, até então, a principal força de trabalho que possibilitou o crescimento econômico do país. As desigualdades enraizadas por esses preconceitos perduram até hoje, com modificações para se adequarem às necessidades do sistema vigente.

Figura 1 - Jornal O Moleque

O MOLÉQUE

24

Emilio Zola
(NOTAS DE UM AMIGO)
Tradução de A. C.
II
Infancia em Aix
(Continuação)

Ainda estamos no collegio.
Foi nos bancos do collegio de Aix, que Emilio escreveu suas primeiras obras. Eis a nomenclatura completa, exactamente recolhida: 1.º Um grande romance historico da idade media, um episodio das cruzadas, creio, com detalhes apañados em Michaud;—2.º algumas narrações e discursos franceses, em verso; 3.º *Enfancé le pion*! comedia em tres actos, em verso. No verso e na prosa, no romance, no theatro, note-se era completo. O romance relativo ás cruzadas, muito mais antigo que o resto, de certo que foi feito no tempo da oitava. Elle conservou o manuscrito segundo o habito que tem de guardar tudo; notas, planos, artigos, antigas cartas de interesses, de amigos, simples bilhetes; e affirmo que não despedira senão com pesar as notas da lavadeira.
Este manuscrito mostrou-me elle um dia: é de uma escripta corrente, sem emendas, porem absolutamente difficil de ler-se. Não pude decifrar uma unica palavra, o autor e nada mais. Os versos, muito menos infantis, legiveis ao menos, não apparecem senão mais tarde, na quarta classe, sobretudo na terceira e na segunda, no momento em que elle começou a ler os poetas.
Mais moço que elle sete annos, eu não conheci-o neste tempo.
Mas, quantas vezes em Paris, depois dos dez annos, não o ouvi repetir esse assumto da sua predilecção: sua mocidade!
Tambem, minhas provas—ou antes: minhas lembranças abundam.
Já expliquei o que foi sua livre infancia. Mestrei já amadado, querido por duas excellentes mulheres, boas até a fraqueza, educado com a liberdade do Norte, tomado ao serio, e tendo voz deliberativa como um homem, enfim o infinito gosto para a leitura, as amizades, todo o seu prazer. Avançando em idade, naturalmente, esta liberdade prococe não fez senão crescer. Eis como elle lucrava de della.
No collegio, achava dous grandes amigos. Lendo pouco, sem titubear, sempre limido, naturalmente muito docil, já reflectindo com um grande fundo de serio no character o—noivo!—não sympathizava com a turba de rapazes barulhentos que compõe o interior das pequenas classes dos collegios meridionaes. Demais esta cartá brutal notavam a pronuncia deste camarada, nascido em Paris. Tratavam-no de—parisiense,—de *francesito*! Mesmo na primeira infancia, elle tinha tido quasi um defeito da lingua, menos um balbucio caracterisado, que pugnizava em pronuncia certas consoantes, e c e o 3 principalmente, que elle pronunciava t: *tautillon* por *sauelison*.

(Continúa)

Poemas
XIII
MOCIDADE

Ah! esta mocidade!—Quem é moço sente vibrar a fêbre enlouquecida, das illusões, da crenga mais florida na muscular artéria de Colosso...

Das incertezas nunca mède o póço!... Azas abertas—na amplitude da vida, páramo a dentro—de cabeça erguida, vê do fucturo o mais alegre esboço...

Chega a velhice, a néve das edades e quem foi moço, volve, com saudades, do azul passado, o fulgido compendio.

Ai! esta mocidade palpitante, lembra um insecto de ouro, rutilante, em derrador das chammaes de um incendio!

Cruz e Souza.

Piparotes

Continuam enfermós S. Ex. e sua Ex. esposa.

O Moléque sente as contrariedades de saúde do illustre chefe do governo da Provincia e da sua carissima consorte.

Andem com isso Esculapios.

Bons diagnosticos e... melhores medicamentos.

Desappareceu a «Lucta» por algum tempo, isto é, suspendeu-se a publicação da «Lucta» o que quer dizer que d'aqui por diante lerémos «Lucta» pelo ar.

Autas assim.

Morrem ou desapparecem umas cousas, para apparecerem outras:

Mais um Club e um Club republicano, que já tem a sua directoria.

Pois sim, que Deus o ajude e... á nós não desampare...

Outro Club e desta vez é abolicionista.

—Centro Abolicionista.—

Ahi está a occasião de dizer-se aquella tolice de Pelletan:

Le monde marche.

Os clubs abolicionistas por aqui são assim um tanto comêtas:

Apparecem e... somem-se como appareceram e a respeito de fazer alguma cousa de novo, relativo á abolição:—agora mana, quem disse...

Patranhas, homem, patranhas e tem-se Acervo, Biblioteca Pública de Santa Catarina

dito tudo.

Deus o erie para bem.

E... tome lá uma figa para livrar de feitiços.

Pois não é?!

Ah! é verdade tambem já tem a sua directoria delle, o club.

Espectaculo, a 24, do Grupo dos Pyrilampos—desempenho... [chapa] optimo.

Ora é boa, pois eu em lugar de fazer a noticia, não copiei a nota do reporter...

Emfim, já agora fica aqui porque—a cavallo dado não se olha o dente.

E a nota, deram-ma...

Mas... vá lá sempre um elogiosinho.

Os Pyrilampos...brilharam como... Pyrilampos.

Gratos pelo convite.

Recebemos uma collecção dos livros escolares do digno e reputado pedagogo brasileiro, o Exm. Sr. Barão de Macabubas.

São esses livros umas auroras de luz para a infancia e um triumpho ganho nas batalhas da intelligencia, pelo Fredebel nacional.

Obrigado ao illustre Dr. Abilio Cazar Borges, pelo fucturo das creanças e ao digno Director da Instrucção Publica que nos remetteu esses exemplares, elementos de instrucção.

Grazzie a tutti.

Fallou-se n'uma perseguiçãozinha ás nossas amaveis pessoas.

Pois não, quando queiram.

O Moléque está sempre ás ordens dos suosos que o queiram agredir.

E só empurar o triunfo e entrar na casa muito conhecida, ainda á rna da Constituição.

Porque afinal de contas os valientes cá da terrinha, se hão-de convencer de que não se morre de caretas n'um lugar tão careleiro como este.

Bem entendem.

Reforcem o batalhão dos seus corajosos e marche cada qual a um de fundo contra o Moléque que elle, uma vez que sois os ca...pitães, só terá para dar-vos, como palma da victoria da vossa prosapia e das vossas distinctas orelhas de *indivíduos* da Feira de Sorocaba, um profundo o reverente

Trac.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina

As condições de vida da população negra após a abolição não obtiveram uma melhoria real a ponto de afetar o crescimento vegetativo

do grupo, permanecendo altas as taxas de mortalidade e o número de abortos. Com isso, não se obteve grandes mudanças demográficas na composição da população local negra.

Ao fim do século XIX, as elites de Desterro se deslocaram para a Beira-Mar Norte, região ocupada por seus descendentes e pares sociais até os dias atuais. O território anteriormente ocupado por eles, especialmente a rua da Pedreira, tornou-se um “grande território de escravos, libertos e outros desterrados” (CARDOSO, 2008, p. 67). Porém, o maior bairro popular de Desterro estava do outro lado do rio da Bulha, que corta o centro da cidade e foi canalizado durante a urbanização da década de 1920 (Figura 2), coberto do trecho entre as avenidas Mauro Ramos e Hercílio Luz até sua foz, em 2008. Cardoso (2008) ilustra o cenário observado ainda no século XIX, na localidade, conhecida como Bairro da Tronqueira:

Lugar de curtumes, olarias, reino das lavadeiras, soldados e marinheiros. Ali era possível alugar quatinhos por módicos preços, em torno de 10\$000. As muitas tabernas existentes terminavam por compor o quadro de um típico bairro popular. Ou, na visão dos higienistas e das forças de segurança, configuravam um lugar onde os vícios e os crimes predominavam. (CARDOSO, 2008, pg. 69)

Como aponta o autor, a doutrina higienista, que no século XIX provocou fortes mudanças nas cidades no mundo todo, também atingiu Florianópolis. Apesar da alegação de que reformas eram necessárias para garantir a saúde e o bem-estar da população, já na época ficou explícito que as ações iam além, impondo um controle populacional, em que os pobres, em sua maioria negros, foram removidos do Centro, num esforço de “limpar” a imagem das cidades. Muitos territórios negros surgiram como consequência ou como resistência a esse processo (Figura 3).

Figura 2 – Canalização do Rio da Bulha nos anos 1920



Fonte: Adolfo Nicolich - Acervo Velho Bruxo

Figura 3 - Avenida Hercílio Luz nos anos 2010, com parte do Maciço do Morro da Cruz visível ao canto direito



Fonte: Rosane Lima – Jornal Notícias do Dia

O Mercado Público, por exemplo, desde sempre foi um espaço de vivência negra, apesar dos diversos esforços eugenistas para remover este grupo de suas dependências. O primeiro Mercado Público de Desterro foi inaugurado em 1851, na atual Praça XV de Novembro, no Centro da cidade, e funcionou até sua demolição, em 1899, quando o atual Mercado foi inaugurado. A história dos mercados está fortemente associada tanto à resistência deste grupo racial – escravos e libertos atuavam no espaço e em suas cercanias em busca da garantia de sua libertação efetiva – como à resistência da elite local em dividir espaços de poder com essa população. Como está expresso no Regulamento do Mercado, de 1845, que proibia aglomerações e manifestações culturais negras em suas dependências, bem como o aumento do preço dos aluguéis das casinhas que compõem o mercado, impossibilitando negras e negros de comercializarem ali (POPINIGIS, 2013).

As mudanças eugenistas neste território não ficaram presas ao século XIX. O mercado se enquadrava nas características do que Ilka Boaventura Leite chama de territórios de ocupação interacional, os quais são apropriados pela população negra, que neles exerce sua sociabilidade. Desde 1988, era no Mercado Público que ocorria a tradicional Roda do Mercado, onde capoeiristas se encontravam aos sábados. É também no fim da década de 1980 que passam a acontecer as tradicionais rodas de samba e pagode. Por mais de duas décadas, as manifestações culturais negras resistiram às mudanças impostas por uma concepção urbanística que busca eugenizar os espaços populares de sociabilidade.

O mercado passou por diversas reformas estruturais. As mais recentes, em 2005, após um incêndio na ala Norte, e de novembro de 2013 a agosto de 2015, resultaram numa gentrificação embranquecedora. A gentrificação tem como ideia de valorização a requalificação de espaços públicos populares a partir da lógica consumista, a partir da eugênização de ambientes como o Mercado Público, onde, por exemplo, botecos são substituídos por estabelecimentos para pessoas com maior poder aquisitivo, removendo os aspectos culturais e simbólicos desses espaços para a obtenção de ganho monetário. A postura eugenista vista aqui associa “desenvolvimento” a embranquecimento que, quando não pode ser biológico, deve ser cultural.

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto e Jakson Silva da Silva apontam que esse processo de gentrificação embranquecedora ocorre em diversas cidades do país nas quais o espaço popular

não é valorizado, não é considerado como algo que pode ser melhorado, em termos de infraestrutura e de serviços, para permanecer enquanto espaço popular mesmo. A ideia que domina os projetos é a de substituir o uso popular desses espaços por usos capitalizados. (PEIXOTO; SILVA, 2016, pg. 568)

O processo de desterritorialização da população negra no Mercado Público terminou por retirar elementos característicos dele, transformando-o num espaço estéril, privando o acesso daqueles que o transformaram num marco cultural. A Roda do Mercado não acontece mais com regularidade e as rodas de samba agora têm outro público. Aqui, o novo mercado, arquitetado por aqueles que detêm o poder econômico, condiz com o projeto de cidade voltada para o capital turístico.

De volta ao século XIX, Cardoso diz que “se o mar parecia dominado pelos homens, as ruas pertenciam às mulheres, em grande parte de origem africana” (CARDOSO, 2008, p. 102), deixando explícito o papel das mulheres negras na ocupação desse território tão dinâmico. Quitandeiras, lavadeiras, criadas, elas exerciam múltiplos ofícios e eram “parte fundamental da paisagem” (idem, p. 104), chegando a dividir opiniões das elites locais quando sugerida a remoção das quitandeiras para a construção do primeiro Mercado Público. Foram essas mulheres as mais afetadas pelos processos de eugeniação de Desterro, tanto nas ruas, quanto nos mercados.

E também no processo, iniciado no fim dos anos 1880, de canalização de diversos córregos no centro da cidade, como o rio da Bulha, às margens das casas das lavadeiras, como apontado anteriormente. A canalização do rio, ocorrida nos anos 1920, bem como a associação da atividade das lavadeiras a algo insalubre para a população, fez com que essas trabalhadoras deixassem de ser figuras “onipresentes” da cidade para subirem as encostas do Morro do Antão, hoje conhecido como Morro da Cruz. Quanto a esse processo de expulsão das populações do centro, Elaine Veras da Veiga afirma que

Os problemas habitacionais decorrentes dessa pressão acentuaram o processo degenerativo de algumas ruas do centro urbano, tornando insustentável a permanência de cortiços, como os do beco Sujo, beco Irmão Joaquim, rua São Martinho e outros. O saneamento e urbanização

da avenida Hercílio Luz, nas imediações da qual muitos deles se instalaram, parece ter expulsado parte da população humilde, que ou passou a instalar favelas no sopé dos morros da cidade, ou conquistou um novo patamar na escala de habitações, organizando-se em vilas. (VEIGA, 2008, p. 110)

Com a saída da população pobre, a avenida Hercílio Luz tornou-se “uma das regiões residenciais prediletas da classe média e ali se multiplicaram habitações de fachadas ecléticas, dotadas de conforto e padrões higiênicos sadios” (VEIGA, 2008, p. 215). Essa posição apresentada por Veiga corrobora o que Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto e Jakson Silva da Silva definiram como gentrificação, onde a ideia de desenvolvimento é associada à remoção dos populares (que nesse caso, como apontado por Cardoso (2008), eram majoritariamente negros), ao invés de realizar as melhorias necessárias, garantindo a permanência dos habitantes que originalmente ocupavam a avenida.

Por ser a capital, a agora cidade de Florianópolis se beneficiou do desenvolvimento econômico do estado, mesmo que ela própria não estivesse crescendo tanto quanto outros polos industriais, como Joinville. No século XX, a cidade continuou com uma organização muito semelhante à observada no fim do século anterior: pequenas propriedades rurais mantinham a economia agrária local, produzindo especialmente mandioca, café, cana de açúcar, laranja e banana; o comércio teve as melhores condições de desenvolvimento dentre as demais atividades, mas ainda assim não demonstrou um crescimento acentuado; a indústria apresentou algumas iniciativas, mas nada que solidificasse a atividade no município. Também é notável, com a expansão urbana decorrente de seu papel como núcleo administrativo e econômico, um crescimento da estrutura ocupacional florianopolitana. Essa continuidade percebida na estrutura econômica e social do município também é observada com relação à população negra, que se mantém em uma posição muito semelhante àquela que desempenhava anteriormente, ocupando cargos de baixa remuneração e prestígio social, especialmente na prestação de serviços domésticos e na indústria de transformações. Além disso, com o desenvolvimento do núcleo urbano e a valorização imobiliária, a população negra é cada vez mais afastada do Centro (CARDOSO; IANNI, 1960).

É perceptível, pelo apresentado aqui, que desde quando os primeiros trabalhadores negros foram trazidos para a atual Florianópolis,

submetidos ao regime escravocrata, sua existência tem sido sistematicamente apagada do município. Os territórios ocupados pelas negras e negros sofreram (e continuam sofrendo) uma gentrificação embranquecedora, sejam eles territórios de ocupação interacional ou residencial, como o Mercado Público e a Avenida Hercílio Luz, respectivamente. Em consequência disso, territórios outros são constituídos e disputados no município. Considerando os fatores que os caracterizam, apresentados anteriormente, proponho, a seguir, identificá-los em Florianópolis, tendo os bairros da cidade como lócus.

3.2 TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO INTERACIONAL: A população negra no Centro de Florianópolis

Tendo em vista as limitações desta pesquisa, não é possível pontuar todos os territórios negros em Florianópolis. Assim, a partir de minhas leituras referentes à história da população negra no município, é impossível não tratar de alguns espaços que tiveram e ainda têm importante papel na lógica de ocupação do município por estes habitantes.

Como apresentado anteriormente, no século XIX a distribuição da população negra na ilha estava condicionada ao uso da mão de obra escravizada, fazendo com que a presença de negros e negras fosse notada tanto em Desterro como nas demais freguesias. Nessa época, era comum o aluguel de moradias a negros, fossem eles libertos ou escravizados, este último caso se tornando uma contravenção em 1863. Apesar disso, a prática era comum no já citado bairro da Tronqueira, e também da Pedreira e Figueira, onde cortiços e casa de cômodos eram as residências dessa população. Além disso, as ruas de Desterro, “mais do que qualquer outro lugar, deveriam configurar um grande território africano” (CARDOSO, 2008, p. 125).

Sendo assim, apresentarei aqui, tendo as ruas do Centro do município como o principal referencial espacial, territórios onde os marcadores culturais, políticos e simbólicos negros estão presentes através do hip-hop e da religião.

O hip-hop, expressão cultural urbana negra, permite perceber a cidade e as relações entre ela e seus protagonistas a partir dos elementos que o compõe, refletindo a vivência daqueles. Ele demarca o Largo da Alfândega e seu vizinho, o Terminal Urbano Cidade de Florianópolis, como territórios de ocupação interacional da população negra, no qual ocorrem a Batalha da Alfândega e a Batalha das Minas, respectivamente. Ambos os lugares semanalmente se transformam em

territórios do hip-hop, onde MCs duelam discutindo questões transversais às suas vivências. Angela Maria de Souza, ao investigar os rappers de Florianópolis, afirma que “perceber a produção e circulação destes grupos na cidade é refletir sobre a própria cidade a partir de diferentes coletividades que a povoam e dos usos que fazem dela” (SOUZA, 2016, p. 19).

Ao falar dos territórios temporais dos nordestinos no Rio de Janeiro, Marcelo Lopes de Souza (2011) aponta que estes se caracterizam pela apropriação do espaço

por um grupo que tenta, por algumas horas, reproduzindo um espaço de convívio em um meio estranho e não raro hostil e segregador (...), manter um pouco de sua identidade, o que muitas vezes é visto como uma “invasão” pelos demais moradores do bairro (...). (SOUZA, 2011, p. 91)

Nesses territórios de ocupação interacional demarcados pelas batalhas, algo similar pode ser observado, visto que, frequentemente, a presença da polícia militar e da guarda municipal tenta suprimir a batalha, que atualmente recebe mais de quinhentos jovens semanalmente.

A presença da polícia em uma disputa entre o poder público e as(os) jovens que ocupam aquele território mostra as forças contraditórias existentes no estado. A Lei Ordinária 7.870, de maio de 2009, define os espaços públicos “utilizados por grupos das expressões culturais de caráter popular de capoeira, de teatro de rua, musicais, de folclore, culturais, artísticos e outros da mesma natureza” (FLORIANÓPOLIS, 2009, grifo nosso) no Centro de Florianópolis e, dentre os espaços citados, estão o entorno do Mercado Público Municipal e o Largo da Alfândega. Em novembro de 2016, o texto foi alterado pela Lei 10.139, que agora menciona o “entorno do vão central do Mercado Público Municipal” (FLORIANÓPOLIS, 2016), onde ocorria a tradicional roda de capoeira do mercado. Além disso, no município estão instituídos por lei os dias municipais do Hip-Hop (Lei 8.008/2010), 12 de novembro, e da dança de rua (Lei 10.163/2016), 12 de setembro. Apesar da proteção legal, as(os) jovens que fazem a batalha ainda sentem que devem disputar este lugar que é seu por direito.

Lucas Edgar, vulgo Karma, afirmou em entrevista para o jornal Diário Catarinense que “ocupar isso aqui é se poder filosofar, é se poder

viver a vida também, se expressar, numa sociedade que suprime a gente, a gente explode pra dentro, tá ligado?” (RITMO..., 2017). Guilherme Filipe Andrade dos Santos, por sua vez, afirma que “a cidade está sendo debatida e disputada nas batalhas (...) demonstrando o poder do hip-hop na revolução” (ALÁFIA, 2017, s.p.).

Denílson Araújo de Oliveira (2012), ao discorrer acerca dos territórios demarcados pelos protagonistas do hip-hop no Rio de Janeiro, aponta que eles eram apoderados por aqueles provindos de bairros populares e que tensões passaram a existir depois que grupos sociais mais abastados se apropriaram dessa cultura, criando festas elitistas em bairros nobres. O mesmo movimento pode ser observado em Florianópolis, e Yara Tatiane Espíndola, vulgo Berra, relembra que o rap

tem que falar da quebrada, da violência policial e do Estado, das mortes silenciadas, das pessoas que não têm voz, do sistema carcerário... Tem que falar do que é a nossa crise cotidiana, que a gente só disfarça (...) o rap, ele tá aí pra falar de uma parada que é estrutural, que é o racismo, tá ligado? Que mata! (RITMO..., 2017)

A antropóloga Angela Maria de Souza (1998; 2016) estudou o movimento hip-hop no município e aponta a presença da Geografia no discurso e trajetórias das e dos MCs que aqui vivem. Primeiramente, pela importância do bairro, visto que esses sujeitos falam de e para seu lugar de origem, e do município como um todo. Nas palavras da autora:

se o bairro é uma referência, principalmente, a partir da formação das inúmeras coletividades, a cidade é reivindicada como um direito de todos e não só para os que possuem recurso financeiro para dela usufruir. (SOUZA, 2016, p. 183)

Nesse sentido, Karma afirma:

Querendo ou não, a gente vive uma guerra civil. Quem está dentro das comunidades sabe disso. A gente vive isso. Quer arrumar um trampo? É mais pretinho, mais escurinho... Aqui é cidade de burguês, não se tem acesso a trampo de qualidade. A criminalidade está batendo na nossa porta, mas

a cultura traz uma reforma de consciência para poder se viver a partir de outros princípios. (RITMO,... 2017)

Em segundo lugar, pelas territorialidades criadas pelo hip-hop, que são formas de resistência racial pela cultura, como aponta Isabel Garcia, vulgo Koi Za:

Florianópolis passa, às vezes, por processos de higienização extremamente violentos, né? (...) O rap, ele é resistência de cultura negra, ele é resistência de cultura negra periférica também. Então a gente não pode nunca esquecer isso. Ficar rimando groselha é fácil, mas o olhar para si mesmo e tentar matar o racista que a gente tem dentro da gente e perceber que a gente tem voz na sociedade. É como reconhecer mesmo que ninguém é culpado por ter nascido homem, branco, mas a gente é responsável por olhar para dentro de nós mesmos e refletir sobre qual é o posicionamento, quem a gente tá silenciando, como é que a gente tá lidando numa sociedade e como é que a gente tá respeitando as mulheres, para além das nossas mães, tias e avós. (RITMO..., 2017)

Apesar de as batalhas não serem espaços exclusivamente nem majoritariamente negros, é perceptível, pelos discursos dos participantes e pelo teor de diversas rimas observadas em mais de uma ocasião, a importância do reconhecimento do rap como cultura de resistência negra. Berra afirma “tenho muito orgulho de fazer rap, e só faço porque sou preta” (THOMÉ, s.p., 2017). Além disso, as batalhas de rap, as apresentações em espaços públicos e privados, desenham fronteiras que não necessariamente condizem com aquelas conferidas pelo poder público. Souza (2016) percebe no discurso dos rappers outros elementos fronteiriços na demarcação dos territórios, como “a ponte” (em alusão às pontes que ligam a ilha ao continente).

A religião também demarca territórios, seja pelas terras de santo, seja pela constituição de templos, considerando que

historicamente, a religião pode servir como forma de identidade e, também, de resistência e oposição (...), sendo a igreja uma forma de organização,

como qualquer outra, que procura se expandir, reunir, controlar e gerenciar. (FUINI, 2015, p. 164)

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, cuja construção se iniciou em 1787, pela Irmandade existente desde 1726, sendo concluída em 1830, até hoje demarca um território negro. Claudia Mortari Malavota explica que a Irmandade

[...] era composta, em sua grande maioria, por homens e mulheres africanos, crioulos e pardos de diferentes condições sociais: escravos, forros e livres, que estavam distribuídos pelos diversos cargos da instituição. Outros cargos, ocupados por pessoas ilustres, poderiam ser espaços concedidos como estratégia para angariar prestígio à instituição e fortalecê-la. A Irmandade do Rosário, lugar constituído por múltiplos e diferentes sujeitos ao longo do século XIX, possibilitou uma série de práticas de ajuda e solidariedade entre os irmãos. (MALAVOTA, 2013, p. 97)

A Irmandade era, portanto, não apenas um espaço religioso, mas também político, onde os negros ocupavam os lugares de poder e promoviam coletas de recursos para comprar cartas de alforria ou suprir outras necessidades da população negra da cidade. Além da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ativa até os dias atuais, existiram também na cidade, durante o século XIX, outras duas irmandades negras: a Irmandade da Nossa Senhora do Parto e a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.

Esses territórios negros, localizados no Centro de Florianópolis, não esgotam todos os existentes no bairro, mas se mostram importantes, pois congregam, além dos moradores do bairro, negros e negras que vivem em outras localidades, inclusive em municípios vizinhos. Além disso, estes mostram como os marcadores culturais, religiosos e socioeconômicos delimitam territórios e também como um mesmo território pode se ressignificar com o passar do tempo.

Apesar de minha vivência na cidade, o próximo passo para identificar territórios negros não estava explícito no andamento da pesquisa. A pergunta que motivou a construção do projeto da presente investigação (“onde estão os negros e negras de Florianópolis?”) deu uma boa pista para a etapa seguinte: analisar, a partir da concentração da

população negra nos bairros, a existência de marcadores que poderiam defini-los como territórios negros.

3.3 TERRITÓRIOS NEGROS: BAIRROS COMO LÓCUS

O município de Florianópolis organiza-se, segundo o IBGE, em 88 bairros. É relevante salientar que essa divisão territorial é resultado de um recorte para fins demográficos, mas, sendo esta nossa base de dados, utilizarei as informações disponibilizadas, fazendo ressalvas quando necessário.

Para conseguir compreender as presenças e ausências da população negra, analisei os dados do Censo Demográfico de 2010, procurando perceber de que formas as questões raciais estão presentes na distribuição socioespacial. A partir de uma análise do quesito raça/cor, chegamos a dois mapas.

Para construir os mapas que aparecem aqui, utilizei bases divididas por distrito, pois, apesar da divisão do IBGE por bairros, esta é a divisão administrativa empregada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, de onde vêm os dados cartográficos. A divisão mais recente, de 1997, separa o município em 12 distritos: Sede (também conhecido como Distrito Florianópolis), Barra da Lagoa, Cachoeira de Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa, Pântano do Sul, Ratonas, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho.

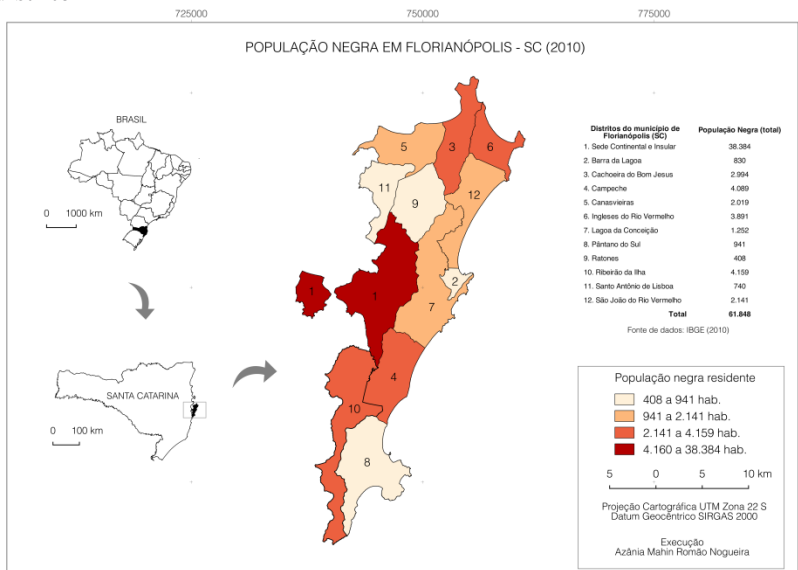
No mapa 1, podemos perceber que a população negra está mais presente no Distrito Sede, o com o maior contingente populacional do município, que abriga os bairros centrais (Centro, Agrônômica, Trindade, José Mendes, Carvoeira⁹, Itacorubi, Santa Mônica, Monte Verde, Pantanal, João Paulo, Saco Grande, Saco dos Limões, Córrego Grande e Costeira do Pirajubaé) e todo a área continental de Florianópolis (Coqueiros, Itaguaçu, Abraão, Estreito, Capoeiras, Coloninha, Monte Cristo, Jardim Atlântico, Canto e Balneário).

É na parte insular do Distrito Sede que se localiza o Maciço do Morro da Cruz, onde a prefeitura estima que vivem 22.566 habitantes em 16 comunidades: Mariquinha, Rua Ângelo Laporta, Monte Serrat, Rua José Boiteux, Tico Tico, Rua Laudelina da Cruz, Morro do 25, Vila

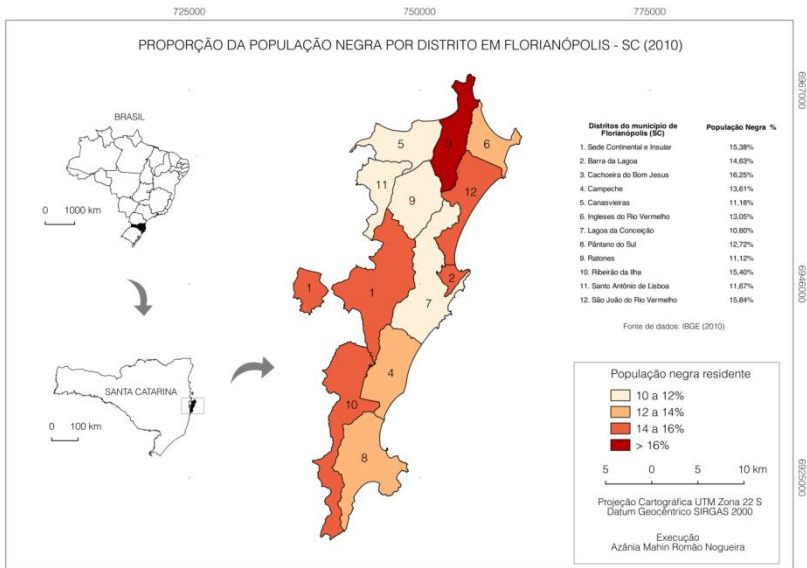
9 O bairro Carvoeira foi criado oficialmente pela lei complementar nº 456, em 18 de janeiro de 2013, portanto, após o Censo de 2010, base de dados desta pesquisa. A população que no próximo Censo será contabilizada como deste bairro, aqui mora no Saco dos Limões, no Pantanal ou na Trindade.

Santa Vitória, Morro do Horácio, Vila Santa Clara, Morro da Penitenciária, Serrinha, Morro da Queimada e Jagatá, Alto da Caieira, Morro do Céu e Mocotó. O Maciço, com mais de 657 mil km², pelos dados oficiais acaba dividido em vários bairros, já que os limites definidos pela cartografia oficial não levam em consideração a composição e extensão deste território que origina-se da expulsão dos pobres, em sua maioria negros, da região central da cidade (FLORIANÓPOLIS, 2018).

Mapa 1- Florianópolis: distribuição espacial da população negra por distrito



Mapa 2 – Florianópolis: Proporção da população negra em cada distrito



Considerando a concentração da população negra nos distritos (mapa 2), percebe-se que existe uma sobrerrepresentação desta nos Distritos Sede, Barra da Lagoa, São João do Rio Vermelho e, especialmente, Cachoeira do Bom Jesus.

Com estes mapas ficou perceptível a limitação de utilizar a divisão distrital para pensar na população negra em Florianópolis. Primeiramente, no Mapa 1, apesar de podermos visualizar uma concentração espacial, ela nos engana ao agrupar bairros muito distintos em um único distrito. No Quadro 1 trago o número absoluto e proporcional da população negra no Distrito Sede, por bairro:

Quadro 1: População absoluta e proporcional negra no Distrito Sede, por bairro

Bairro	População absoluta negra	Proporção da população autodeclarada negra
Monte Cristo	5.610	44%
José Mendes	903	27%
Saco Grande	1.641	22%
Jardim Atlântico	2.500	21%
Agronômica	3.281	21%
Saco dos Limões	2.754	19%
Coloninha	898	19%
Monte Verde	1.130	18%
Costeira do Pirajubaé	1.579	17%
Capoeiras	2.823	15%
Trindade	2.386	13%
Coqueiros	1.787	13%
Pantanal	662	12%
Centro	5.321	12%
Abraão	659	11%
Itacorubi	1.357	9%
Balneário	548	9%
Estreito	669	8%
Canto	538	8%
João Paulo	327	7%
Córrego Grande	789	7%
Santa Mônica	70	4%
Itaguaçu	82	4%

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaborado pela autora.

Bairros em situações muito diferentes, como Itaguaçu e Santa Mônica, ambos com 4% de população negra entre seus moradores, e o Monte Cristo, com uma proporção onze vezes maior, são colocados na mesma categoria. Não é apenas na concentração de população negra que estes três bairros se diferenciam. Enquanto o Monte Cristo, bairro com maior proporção de população negra dentre eles, tem a menor média salarial do município (R\$ 921,97), Itaguaçu e Santa Mônica tem, respectivamente a sétima (R\$ 3.961,99) e quinta (R\$ 3.828,25) maiores médias salariais de Florianópolis. Não é uma hipótese insensata supor que essa diferença salarial também se reflita em outros âmbitos da vida destes habitantes.

Uma homogeneização causada pelo uso errôneo da escala também é observado no Mapa 2. Além do mesmo problema observado no mapa anterior de camuflar diferenças significativas entre bairros, nele se há a ilusão de que no município a proporção de negros nunca é inferior a 10,60%, mas, como podemos observar no Apêndice A, apesar da presença negra em todos os bairros, ela varia de 1% a 44%.

Com isso, chegamos a duas conclusões: a primeira é que o bairro é realmente a melhor escala para discutir a distribuição da população negra em Florianópolis. A segunda, é que sendo assim, a escala utilizada pela prefeitura em seu Plano Diretor e políticas públicas, não é adequada pensando na diversidade racial do município.

Para proceder à análise, considerando que a divisão distrital não seria suficiente, construí dois quadros com os cinco bairros com maior contingente e com maior proporção de população negra .

No primeiro (Quadro 2), observamos a presença de negras e negros nos bairros em número absoluto, constatando, portanto, em quais bairros estão concentrados os maiores contingentes populacionais negros.

Quadro 2: Contingente populacional autodeclarado preto/pardo em Florianópolis, por bairro

Bairros	Contingente populacional autodeclarado preto/pardo	Proporção da população autodeclarada preta/parda
Monte Cristo	5.610	44%
Centro	5.321	12%
Agronômica	3.281	21%
Capoeiras	2.823	15%
Saco dos Limões	2.754	19%

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaborado pela autora.

No segundo (Quadro 3), estão os cinco bairros com maior proporção de população autodeclarada preta/parda:

Quadro 3: Proporção da população autodeclarada preta/parda em Florianópolis, por bairro

Bairro	Contingente populacional autodeclarado preto/pardo	Proporção da população autodeclarada preta/parda
Monte Cristo	5.610	44%
Vargem de Fora	496	33%
José Mendes	903	27%
Base Aérea	137	26%
Vargem do Bom Jesus	725	23%

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Elaborado pela autora.

Podemos perceber que o bairro Monte Cristo pode ser considerado o bairro mais negro de Florianópolis, por possuir o maior contingente e a maior proporção da população autodeclarada como pertencente a este grupo racial. A proporção não é majoritária, mas, como Manuel Castells e Jordi Borja alertam, tal qual a pesquisadora anteriormente citada Vera Lúcia Benedito, a

diferenciação espacial deve ser entendida em termos estatísticos e simbólicos, ou seja, como a concentração desproporcional de certos grupos étnicos em determinadas áreas, ao invés de residência exclusiva de cada grupo em cada bairro. (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 4, tradução nossa).

Portanto, a sobre-representação e a concentração de negros e negras no bairro Monte Cristo são um indicativo inicial para a pesquisa.

Apesar disso, o bairro não é, por si, a síntese do lugar da população negra no município de Florianópolis, considerando que esses habitantes estão presentes em diversos bairros, como aponta o Apêndice A. Porém, é inegável tê-lo como um dos principais lugares desse grupo racial, considerando a concentração e proporção de habitantes que se declaram negras e negros. Dito isso, analisaremos o lugar mais profundamente, buscando marcadores culturais e simbólicos que o caracterizem como um território negro.

3.3.1 Bairro como território: o Monte Cristo

A partir das estatísticas do Censo Demográfico de 2010, dados empíricos recolhidos em campo e análise bibliográfica, apontarei os marcadores socioeconômicos, políticos e culturais do bairro Monte Cristo, a fim de verificar se o mesmo se constitui (ou contém) um território negro.

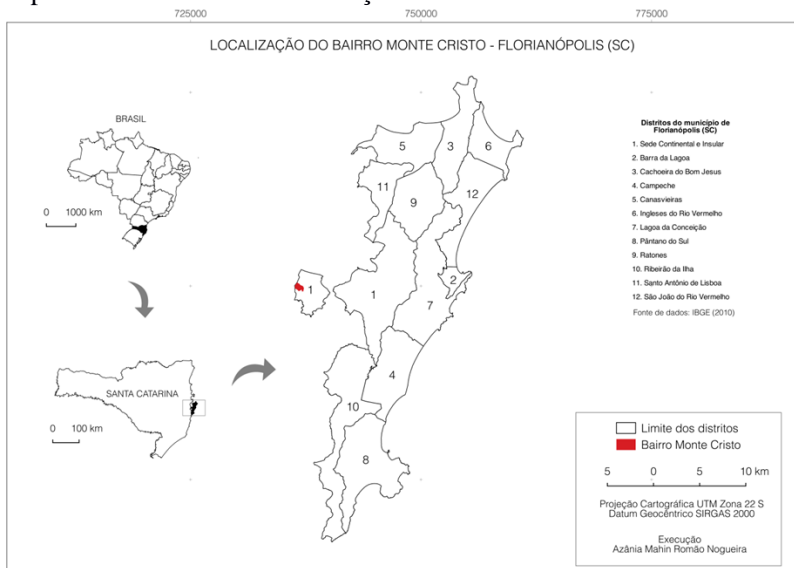
A área que hoje é chamada de Monte Cristo, localizado na parte continental de Florianópolis, próximo à divisa com o município de São José (Mapa 3), foi por muito tempo posse do governo do estado de Santa Catarina, sendo ocupada a partir da década de 1970. Às margens da BR-282, também conhecida como Via Expressa, entre os bairros Coloninha e Jardim Atlântico, vivem, segundo o Censo de 2010, 12.707 pessoas.

Marcelo Lopes de Souza (2013) aponta três critérios para identificar “características distintivas” dos bairros: o conteúdo composicional, que se refere à composição de classe e morfologia espacial; o conteúdo interacional, que se refere às relações entre os moradores; e o conteúdo simbólico, que

diz respeito à imagem de um dado subespaço intraurbano como um espaço percebido e vivido, como um bairro, e não meramente como algum recorte ao qual se chega (uma instância de planejamento estatal, por exemplo) com base em algum critério “objetivo” definido em gabinete. (SOUZA, 2013, p. 153)

O Monte Cristo divide-se em nove comunidades: Monte Cristo, Chico Mendes, Nova Esperança, Novo Horizonte, Nossa Senhora da Glória, Promorar, Santa Terezinha I, Santa Terezinha II e Panorama. Apesar de falar desse espaço de maneira homogênea nos dados que analisarei a seguir, é importante destacar que essas comunidades têm origens distintas, o que reflete em demandas e estratégias específicas vindas de cada uma. O que parece é que essa divisão do Monte Cristo como bairro é justamente apenas um recorte espacial para fins administrativos. Ainda assim, ter o bairro como lócus é importante, visto que, apesar de internamente algumas parcelas da população local não se perceberem como uma unidade territorial, diversas ações, como a aplicação de políticas públicas, abrangem todo o bairro.

Mapa 3 - Monte Cristo: Localização



É importante pontuar que não é meu intuito realizar uma reconstrução histórica do bairro, considerando que existem trabalhos – indicados no decorrer deste capítulo – que o fazem, e bem. Por outro lado, aponto aspectos que contribuem para o objetivo proposto aqui: perceber se o bairro é um território negro. Considerando a cultura, a economia e a política como dimensões socioespaciais, também constituídas pelas relações de poder, como os aspectos que demarcam o território, são estes os marcadores que buscarei no bairro Monte Cristo.

a) Marcadores socioeconômicos

Para observar marcadores socioeconômicos que poderão indicar se o Monte Cristo um território negro, comparei entre os indicadores do bairro e do município de Florianópolis em geral, e também com realce racial em ambas as escalas. O objetivo é perceber como o bairro é visto pelo poder público e de que maneira se dá a interação entre estado e o bairro. Além disso, com estes marcadores, poderemos ter uma noção da condição de vida dos moradores do Monte Cristo e que de maneira este, como um território negro, é atendido por políticas públicas.

Com exceção do Conjunto Habitacional Promorar, que foi constituído com o objetivo de abrigar servidores públicos no período de

expansão de Florianópolis, durante o “milagre econômico brasileiro” da década de 1970, todas as demais comunidades que compõem o bairro Monte Cristo são consideradas pela prefeitura como Áreas Especiais de Interesse Social. Em 2005, foram transformadas em Zonas Especiais de Interesse Social. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social define as Áreas Especiais de Interesse Social como

locais de intervenção urbanística sobrepostas às zonas urbanas, com a finalidade de flexibilizar o regime urbanístico para viabilizar e incentivar ocupações de interesse social [famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos]. (FLORIANÓPOLIS, 2012b, p. 121)

Já Zonas Especiais de Interesse Social são

parcelas urbanas destinadas à moradia da população de baixa renda, sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, nas quais predominam as seguintes condições: (i) famílias com renda inferior a 3 SM; (ii) uso residencial; (iii) existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais; (iv) existência de moradias com adensamento habitacional excessivo caracterizado por coabitação não voluntária; (v) predominância de ocupações irregulares caracterizadas por loteamentos clandestinos e áreas de invasões; (vi) precariedade nas redes de infraestrutura urbana e comunitária. (FLORIANÓPOLIS, 2012a, p. 104)

A renda é um dos elementos para classificação das Zonas Especiais de Interesse Social. A diferença nos rendimentos mensais entre pessoas de raças distintas é também um dos reflexos da desigualdade racial na sociedade brasileira, onde brancos se apropriam da maior parte da riqueza produzida. Isso é perceptível em Florianópolis, onde 95% da população que recebe mais de cinco salários mínimos mensais (o salário mínimo em 2010 era de 510 reais) se autodeclara branca. No município, a maior parte da população (55%) recebe até cinco salários mínimos, sendo que a maior faixa (33,94%) se encontra entre os que recebem mais de um a três salários mínimos, como podemos observar no Quadro 4, fato que se mantém entre as

populações branca e negra. Mas, ao observar a segunda, podemos notar que, além de haver uma proporção maior de sua população dentre os que recebem entre um e três salários mínimos, a classe de rendimento mensal de até um salário mínimo é a segunda com maior proporção de pessoas.

Quadro 4: Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em cada cor ou raça, segundo as classes de rendimento nominal mensal em Florianópolis

Cor ou raça	Até 1 SM	Mais de 1 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Sem rendimento	Total
Total*	10,69%	33,94%	10,62%	10,87%	5,11%	1,95%	26,81%	99,99%
Branca	9,70%	32,76%	11,27%	11,90%	5,70%	2,19%	26,44%	99,96%
Negra	16,59%	40,89%	6,67%	4,74%	1,51%	0,44%	29,13%	99,97%

* Inclui brancos, pretos, pardos, amarelos, indígenas e sem declaração
Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010) - Elaborado pela autora.

Já no Monte Cristo, 93% da população se declarou como sem rendimentos ou pertence às classes de rendimento de até 3 salários mínimos. 33% dos moradores do bairro recebem entre um e dois salários mínimos, a classe com maior proporção de pessoas. No bairro, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, é de 921,27 reais mensais, sendo 1.445,20 reais abaixo da média do município. Esta é a menor média salarial do município. Considerando a especificidade racial, a média salarial cai para 905,61 reais para pretos e 777,32 reais para pardos moradores deste bairro, abaixo da média municipal, que é de 1.221,80 reais para pretos e 1.382,12 reais para pardos.

A concentração de riqueza observada tanto em Florianópolis como no Monte Cristo agrava-se com a racialização dos dados. Mostra a especificidade do racismo no aspecto monetário e que, nas crises econômicas constantes do sistema capitalista, “são justamente aqueles que sempre estiveram na base da pirâmide social, os negros, que ficam mais vulneráveis ao empobrecimento e às situações de miserabilidade” (SILVA, 2006, p. 111). Peggy A. Lovell (1992) apresentou um estudo onde indicou que políticas educacionais voltadas para negros não irão, por si mesmas, eliminar as diferenças salariais entre negros e brancos no Brasil. Seriam necessárias outras medidas, como garantir salários equivalentes para empregos equivalentes e acesso a cargos mais bem remunerados para reduzir este distanciamento. Enquanto essa assimetria

se mantém, os baixos salários recebidos pela população negra afetam diretamente suas condições vida, como o acesso à moradia digna, como aponta Engels:

Uma sociedade não pode existir sem problemas de habitação quando uma grande massa de trabalhadores dispõe apenas do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução (ENGELS, 1979, p. 24).

Dessa forma, os moradores se tornam vítimas do sistema imobiliário, que está livre para especular, resultando na hierarquia habitacional.

Nesse sentido, o direito à moradia mostra-se parte indissociável da constituição do Monte Cristo. A auto-organização do bairro é um aspecto importante para compreender o seu surgimento. Seus primeiros habitantes eram antigos moradores do centro da cidade, da região que no século XIX era majoritariamente negra, alocados ali em consequência da ausência de uma política habitacional efetiva na cidade, na década de 1960; e migrantes do interior do estado que foram expulsos do campo na década de 1980. No bairro, as primeiras residências foram construídas pelos próprios moradores, coletivamente, nos chamados mutirões, quando as famílias que moravam na região central foram removidas para possibilitar a construção dos edifícios dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Santa Catarina. Este período, que se iniciou nos anos 1960, trouxe mudanças significativas para a capital do estado, com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, asfaltamento da BR-101 e a construção dos edifícios citados acima (RIBES, 2005).

Portanto, a remoção daquela população fazia parte de um projeto de “modernização” da capital. Raquel Rolnik aponta que a remoção da população pobre é resultante de dois fatores essenciais:

Além, evidentemente, das pressões imobiliárias pela remoção de uma ocupação pouco rentável na terra lucrativa, pesa consideravelmente o fato de se tratar de um território singular, espaço sobre o qual não se tem controle. (ROLNIK, 2007, p. 86)

Essa ausência de controle é percebida pela ótica higienista. Com a remoção, temos uma nova distribuição racial no município, tirando,

mais uma vez, a população pobre e negra do Centro. Nesse sentido, Peixoto e Silva, ao falarem do antes e do depois de espaços higienizados, questionam: “A nova cara é elitista, é privatista, consumista, aspira ao branqueamento dos lugares mais valorizados. Não será tudo isso uma forma de racismo?” (PEIXOTO; SILVA, 2016, p. 569).

As famílias foram então transferidas para o Monte Cristo, no início da década de 1970, vivendo em 120 casas de madeira. Não havia muito mais ali do que as casas. A preocupação com a remoção daqueles moradores era com a área ocupada no Centro e não com as condições de vida dos habitantes. Até 1975, o bairro não dispunha de saneamento básico ou eletricidade, quando a prefeitura instalou uma mangueira de água para atender 70 famílias. Em 1976, o então governador Antônio Carlos Konder Reis (ARENA), prometeu que construiria as casas que já haviam sido pactuadas na época da remoção, cinco anos antes.

Mas, em 1983, as famílias se encontravam na mesma situação e então fizeram manifestações na sede do governo estadual, reivindicando seus direitos. O contexto de exceção do período militar dificulta a compreensão da racialização do movimento popular pela moradia em Florianópolis nesse momento histórico, considerando a limitação de fontes secundárias que poderiam auxiliar nesta questão, como jornais e outros registros. Esperidião Amin (PDS), primeiro governador eleito diretamente desde 1965, justificou que as moradias não haviam sido construídas por falta de recursos financeiros. Essa dificuldade não havia sido encontrada para a construção das edificações na área em que os agora moradores do Monte Cristo haviam sido desalojados, visto que já em 1975 foram inaugurados os prédios da Assembleia Legislativa, do Palácio da Justiça, do Tribunal de Contas. O governador encaminhou uma carta à Presidência da República, em busca de recursos para possibilitar a construção das moradias, que só foram iniciadas no final do ano seguinte, com a demarcação dos loteamentos.

Cinco anos depois, Esperidião Amin (PDS) foi eleito prefeito de Florianópolis, colocando em prática uma política higienista que executou ações judiciais de despejo em áreas ocupadas, incluindo o Pasto do Gado, no Monte Cristo. O prefeito desresponsabilizava a prefeitura pelos problemas habitacionais, alegando que os mesmos competiam ao Estado, demonstrando que não havia interesse por parte de sua gestão de lidar com a situação (BINOTTO, 1994)

Em 1989, ocorreu uma nova ocupação na área que corresponde à comunidade Novo Horizonte. O grupo de aproximadamente 98 famílias era articulado politicamente e teve apoio de movimentos sociais, como o

MST. A prefeitura também foi ocupada e o MST e outras organizações da luta pelo direito à moradia exigiam a regulamentação da ocupação no Monte Cristo. Em 1991, a comunidade Chico Mendes se organizou politicamente, com a criação da associação de moradores, assumindo o nome em homenagem ao seringueiro militante morto três anos antes, em Xapuri (AC). As duas comunidades têm forte ligação com o campo, considerando que muitos dos seus moradores vieram do interior do estado, fruto do êxodo rural. Em 1991, se dá início a construção do Conjunto Residencial Nova Esperança, que é fruto de uma reivindicação após ocupação de um terreno da prefeitura no bairro Coloninha. As 49 famílias conseguiram a remoção para o Monte Cristo, onde passaram a morar em menos de dois anos após a ocupação, com a inauguração do conjunto residencial. E foi em 1994 a comunidade Nossa Senhora da Glória constituiu sua associação de moradores, apesar de ser composta por moradores que habitam o bairro desde sua origem, com a remoção dos habitantes do centro da cidade.

Nos anos 1990, em todo o Brasil são registrados projetos de habitação popular. Em 1998, começa a implantação do Programa Habitar Brasil no bairro, na gestão da então prefeita Ângela Amin, com a construção da Unidade Multifamiliar com 32 apartamentos que serviram de abrigo provisório para famílias durante a realização do segundo programa, como veremos adiante. É na década de 1990 que uma obra do governo estadual efetiva o trecho da rodovia BR-282, às margens do bairro, ligando as pontes de Florianópolis com a BR-101, em São José. Ainda em 1998, foi realizado o primeiro cadastro socioeconômico da Região Chico Mendes, constituída pelas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte. O cadastro utilizou indicadores para desenhar o perfil das famílias, considerando a sua composição, acesso a serviços públicos, renda, entre outros, mas não se preocupou com o pertencimento racial dos habitantes. O pertencimento de gênero, por sua vez, foi ponderado como fator de múltipla opressão:

Os dados apresentados consubstanciam a superioridade numérica das mulheres e reforçam as precariedades no nível de renda, educação e profissionalização. Somam-se a estas dificuldades, outras decorrentes da situação da mulher, tais como a responsabilização pelos cuidados com os filhos, o alto índice de alcoolismo, o comprometimento da saúde física e mental, a

gravidez indesejada, a violência generalizada, a dupla jornada de trabalho, o analfabetismo e a discriminação racial. Estes fatores delineiam a face cruel da realidade feminina que carece de atenção especial. (FLORIANÓPOLIS, 2001, p. 62)

Portanto, é possível interpretar que, apesar do avanço na compreensão de que as opressões são interseccionais, raça ainda não era vista pela prefeitura de Florianópolis como fator estruturante de desigualdades no município.

Em 2000, três décadas após o início do processo de ocupação do Monte Cristo, foi implantado o Projeto Bom Abrigo, do Programa Habitar Brasil, em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte. O projeto deveria contemplar 5.217 habitantes, de 1.383 famílias. O prazo inicial era de dois anos e oito meses, mas, em 2007, cinco anos após o indicativo de término do programa, e após três reprogramações do projeto, foram entregues 198 novas unidades habitacionais, das 425 moradias previstas, seguindo um modelo básico de 42,38m² e um diferenciado, destinado a famílias grandes, com idosos ou deficientes físicos, de 63,56m². Nenhum dos modelos previu a construção de garagens. Milton Santos aponta que

a normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. (SANTOS, 1987, p. 46)

As casas do Bom Abrigo, por exemplo, não possuem garagem ou área de serviço, presumindo que a população de Chico Mendes não pode ou não deve ter automóveis ou máquinas de lavar roupa. A autoconstrução mais uma vez toma seu espaço, quando os moradores criam esses cômodos por conta própria, quando possível.

Raquel Rolnik aponta que a urbanização deveria ser vista como alternativa à remoção, a partir da “melhoria das condições de saneamento, acesso, infraestrutura e equipamentos em geral” (ROLNIK, 2007, p. 86). A questão é que os projetos habitacionais implantados em comunidades carentes se concentram apenas em aspectos físicos, sem considerar as dinâmicas e necessidades sociais dos moradores.

Luiz Carlos Rifrano Leite, ao analisar a funcionalidade das habitações do Programa Habitar Brasil BID, concluiu que as mesmas são precárias e que “o descaso na fase de projeto redundava em outras perdas em todo o resto do sistema de produção de habitações e seus reflexos no morador” (LEITE, 2003, p. 118). O confinamento não se reduz apenas ao tamanho das moradias, mas também ao restabelecimento do controle, no sentido de impor uma ordenação espacial, percebida na padronização das residências e em sua distribuição. A “desordem” do crescimento natural dos bairros, com casas distintas, de acordo com as necessidades de cada família, é substituída por uma imposição de como o bairro deve parecer. O fato de o programa ser possibilitado por uma parceria público-privada é uma das preocupações levantadas por Marliange Silva, para quem esta permite que “os interesses privados dos capitalistas adentrem no próprio processo de planejamento e decisão acerca da cidade” (SILVA, 2008, p. 24).

Com um índice de conclusão de 65% do total previsto, o Programa Habitar Brasil BID foi a terceira iniciativa, sem êxito, para suprir as carências habitacionais do Monte Cristo. O programa também entregou apenas uma das duas creches previstas e um dos três centros comunitários previstos, enquanto o centro de saúde ficou apenas no papel.

A partir da década de 1980, especialmente após a criação do Fundo Municipal de Habitação e Integração Social, graças a pressão das comunidades de Florianópolis que lutavam pelo direito à moradia, deu-se início à implantação de diversos programas habitacionais no bairro, que Ricardo Abussafy Souza interpreta como a

necessidade de elaborar novas estratégias para manter o controle local. Neste momento, uma mudança nas relações vai sendo provocada e a questão não é mais a disputa pelo território, mas o modo como governá-lo. (SOUZA, 2006, p. 71)

O fortalecimento político das associações de moradores na época pode ter sido um dos elementos que fez com que o Estado pensasse em novas formas de controle do bairro. No momento em que foi construído o Conjunto Habitacional Panorama, um dos maiores conjuntos habitacionais de Santa Catarina, com 41 blocos e 800 apartamentos, apresentou-se como uma solução vertical ao problema habitacional. A intenção era ter entre os moradores pessoas de diferentes trajetórias de

vida e classes sociais, o que geraria uma diversificação no acúmulo cultural de todos. Porém, moradores com diferentes posições sociais também teriam demandas distintas, o que faria com que a mobilização política fosse mais difícil.

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, durante o primeiro ano de mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), marca uma nova fase das políticas públicas de habitação, compreendendo que essas devem estar associadas a políticas de desenvolvimento urbano. Somente com o Estatuto da Cidade, ferramenta criada pelo ministério que obriga os municípios brasileiros a discutirem suas políticas habitacionais e urbanas, Florianópolis passou a desenvolver um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), cuja versão final foi publicada em 2012. Um dos principais objetivos da Política Habitacional municipal presente no plano apontava como prioridade “atender diretamente, com recursos públicos, demandas com renda familiar de até 5 SM (salários mínimos), tendo como prioridade famílias com renda de até 3 SM” (FLORIANÓPOLIS, 2012, p. 57).

Apesar do maior número de pessoas nessa faixa econômica no município serem brancas, é importante pontuar que 64% da população negra de Florianópolis encontram-se nessas classes de rendimento (IBGE, 2010), e mostra-se essencial que as políticas públicas de habitação levem em consideração também o fator racial. Assim, a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, deveria estar dentre os agentes envolvidos para a implantação do PMHIS e os planejadores da cidade deveriam atentar para o mundo real, suas características e as daqueles que o habitam, ao desenharem os possíveis contornos do município.

É preocupante que os projetos e programas da prefeitura, no tocante à habitação popular, isentem-se da compreensão da realidade social das pessoas que serão afetadas por esses projetos e programas, especialmente considerando o papel da raça na intensificação das desigualdades sociais.

O trabalho que está referenciado no site da Secretaria Municipal de Infraestrutura como fonte do histórico da habitação no município, realizado por Rogério Miranda, indica como objetivo geral “caracterizar o crescimento das favelas de Florianópolis, contribuindo assim para o gerenciamento de projetos e programas de habitação popular na cidade (...)” (MIRANDA, 2010, p. 15). O autor aponta que as favelas são um “problema” (MIRANDA, 2010, p. 13) e que os investimentos

financeiros em habitação seriam uma resposta a ele. Porém, o mesmo autor cita também os principais elementos que contribuem para a formação das favelas, fatores que são inerentes ao sistema capitalista, como a expulsão da população rural, o déficit habitacional e a concentração de renda, que não podem ser resolvidos apenas com uso de recursos financeiros para a construção de moradias populares.

Miranda destaca ainda que

A espontaneidade do processo de ocupação, impondo um desenho caótico e fora dos padrões urbanísticos mínimos aceitáveis, a precariedade da infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica e drenagem) e a rusticidade e densidade das habitações são típicos e visíveis em praticamente todos os espaços de pobreza da capital. Todas estas questões, que caracterizam favelas no Brasil inteiro, também estão presentes nos espaços de pobreza de Florianópolis. (MIRANDA, 2010, p. 39)

Não há dúvidas de que a precariedade de infraestrutura, resultante de um processo de ocupação que não é planejado e nem recebe suporte governamental, é também um problema decorrente das desigualdades sociais – e precisa ser solucionado. Já a leitura, adotada pela Prefeitura Municipal, de que a forma de organização das comunidades que não estão dentro de um padrão esperado é “caótica” e “fora dos padrões urbanísticos mínimos aceitáveis” reforça a ideia de que o poder público se move pela necessidade de reestabelecer o controle sobre o território, impondo sua ordenação espacial, que nem sempre considera as relações das populações locais no e com o espaço.

Outro fator relevante é que a caracterização da população, tanto no PMHIS, quanto no trabalho de Miranda, não leva em consideração sua raça. Nesse sentido, Marcelo Paixão (2006) alerta que

O debate sobre desigualdade social e políticas, bem como sobre a intensidade da pobreza e miséria no Brasil, tem sido tradicionalmente realizado sob uma perspectiva que não leva em consideração as assimetrias raciais contidas no interior de nossa sociedade. Tal prática, ao não favorecer uma análise mais aprofundada sobre os determinantes das desigualdades, contribui para

perpetuar o quadro de extremas injustiças sociais, étnicas e raciais, para reduzir a eficácia das políticas públicas na área social, e para não comprometer a opinião pública com medidas de superação das severas privações sociais vivenciadas por amplos setores da nossa população. (PAIXÃO, 2006, p.11-12)

Como exposto anteriormente, a desracialização do debate sobre a sociedade brasileira, em todas as suas dimensões, impede uma real percepção dela e de suas condições. Sem isso, a eficiência das ferramentas utilizadas para a superação de desigualdades é limitada e imprecisa. Assim, as assimetrias raciais permanecem inclusive quando se trata da aplicação de políticas públicas e dos direitos sociais. Considerando isso, analisarei de que maneiras os moradores do bairro Monte Cristo estão sendo assistidos quanto aos seus direitos constitucionais, tendo que vista a afirmação de Edenilse Pellegrini da Rosa que, ao pesquisar as relações de gênero e moradia na comunidade Chico Mendes, apontou que “a moradia é um bem que favorece o acesso a outros bens, como saúde, educação, transporte, cultura e lazer. Deve estar integrada à cidade e os serviços públicos” (ROSA, 2007, p. 78).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a maior parte (64%) das unidades domésticas em Florianópolis são nucleares (casais, com ou sem filhos, ou pai ou mãe e seus filhos). O mesmo é observado no Monte Cristo, e isto se mantém quando fazemos o realce racial tanto no município quanto no bairro. Porém, a segunda unidade familiar com maior proporção no município é a unipessoal (18%), enquanto no Monte Cristo o domicílio com família estendida é mais frequente (22%). Esse índice sobe para 25% quando analisamos as famílias negras no bairro. Enquanto uma residência é considerada unipessoal quando constituída por uma única pessoa, a estendida é classificada como tal quando constituída pela pessoa responsável com pelo menos um parente fora dos padrões considerados nucleares. Esse índice é consequência do poder aquisitivo dessas famílias e das possibilidades de organização e emancipação de seus membros, além de reflexo cultural das famílias negras. Há ainda a estratégia narrada por Maria Nilza da Silva, ao dizer que

existem casos em que a solidariedade da família negra sustenta um dos membros para que este possa estudar e ter maiores possibilidades de

ultrapassar as barreiras da pobreza e das consequências do racismo (SILVA, 2006, p. 142).

De acordo com o Censo de 2010, dos 3.626 domicílios particulares permanentes do Monte Cristo, apenas um não é abastecido pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), recebendo água de poço existente na propriedade. Apenas quatro residências não têm energia elétrica. Todas as demais são atendidas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

A COMCAP, empresa responsável pela coleta de lixo, passa pelo bairro às segundas e sextas-feiras. Além disso, foi instalado no bairro o primeiro dos quatro Ecopontos para entrega voluntária de resíduos sólidos. No início do ano de 2016, os moradores demonstraram insatisfação com o ponto de coleta, que havia se transformado em um lixão a céu aberto graças à baixa fiscalização da companhia no local. A instalação de um local de entrega de resíduo sólido sem o devido cuidado, a ponto de ele se transformar em um espaço que põe em risco a segurança e saúde dos habitantes, é um exemplo de racismo ambiental.

Na década de 1990, nos Estados Unidos, foi montada uma comissão pela Agência de Proteção Ambiental para investigar a denúncia de que três quartos dos aterros de resíduos tóxicos da região sudeste do país estavam localizados em bairros negros. A investigação começou após denúncias de moradores de um condado da Carolina do Norte que acusou a agência de racismo ambiental. Essa vertente do racismo se caracteriza por responsabilizar ou prejudicar ambientalmente de forma desproporcional certos grupos étnico-raciais (HERCULANO, 2006). No Brasil, a discussão acadêmica acerca do racismo ambiental ganha propulsão no início dos anos 2000, na Universidade Federal Fluminense, onde eventos foram organizados para discutir como diversas populações, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros, ciganos, negros urbanos, caiçaras, povos de terreiros, eram afetados por injustiças ambientais.

Outra forma de racismo ambiental que atinge a população do Monte Cristo é o fato de que sua ocupação do solo urbano é considerada ilegal e traz preocupações para o governo local, mas outras localidades, que também infringem leis ambientais e de uso de solo, como as encostas do Morro da Lagoa e beira de praia em Jurerê Internacional, não recebem o mesmo tratamento de remoção e adequação higienista.

A existência de saneamento básico, iluminação pública e calçamento nas ruas só foi possível graças à intensa luta política por parte das associações de moradores do Monte Cristo. Apenas na década

de 1990, vinte anos após a ocupação inicial do bairro, com o Projeto Pró-Sanear, implantado pela Frente Popular na gestão municipal, é que começaram as obras de saneamento no bairro. Após elas, iniciou-se o longo processo de pavimentação das ruas.

Em relação à infraestrutura pública, o bairro é atendido pelo Centro de Saúde Monte Cristo. Em 2007, o centro passou por uma reforma de ampliação, mas ainda não supre toda a demanda do bairro.

A Escola de Educação Básica America Dutra Machado, da rede estadual, construída na década de 1980, atende 467 estudantes no Ensino Fundamental o que representa apenas 18% das 2.528 crianças em idade condizente com esta etapa de ensino (6 a 15 anos) moradoras do bairro (BRASIL, 2010). Portanto, a maioria das crianças do bairro precisa estudar em outros locais. Muitos deles dirigem-se a escolas situadas nos bairros vizinhos, como Jardim Atlântico e Capoeiras. Além disso, existem três creches no Monte Cristo (Creche Chico Mendes, Creche Joel Rogério de Freitas e Creche Mateus de Barros) e uma instituição educativa conveniada com a Prefeitura Municipal (Lar Fabiano de Cristo). A ausência de unidades escolares que ofereçam ensino médio e EJA obriga os jovens e adultos a saírem do bairro para estudar.

Ao analisar os dados referentes à alfabetização, percebi que o índice de crianças em idade condizente com os anos finais do ensino fundamental (10 a 15 anos) não alfabetizadas de Florianópolis (12%) não sobe muito quando consideramos apenas as crianças negras (13%). Porém, sofre um considerável acréscimo quando observamos apenas as crianças do Monte Cristo, chegando aos 16%. Quando examinando as crianças negras do bairro, esse índice se eleva ainda mais, indo para 21%.

A partir do fim da década de 1970, a escola se constitui como “principal instituição para o exercício da diversidade como direito” (PASSOS, 2014, p. 174) para o movimento negro brasileiro. Além disso, o direito historicamente negado à educação e a atualização das estratégias de expulsão das crianças negras das escolas, como suspensões e repetências excessivas, reforçam a educação antirracista como bandeira de luta.

Os dados do bairro com o maior contingente populacional negro do município mostram a disparidade entre as crianças negras que ali vivem e a média municipal. Porém, a apresentação desses indicadores aqui não tem como objetivo contribuir com a estigmatização do bairro como uma comunidade carente, apontando apenas as suas ausências, mas, sim, denunciar a violência estrutural e sistêmica que existe para

garantir a manutenção das desigualdades sociais, através da “opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade” (MINAYO, 1993, p. 08), não aceitando uma interpretação determinista desse território.

Isso é perceptível na análise dos dados apresentados aqui, pois, apesar dos ótimos índices do município de Florianópolis de maneira geral, essas melhorias de vida não alcançam o bairro, que se transforma no lugar do não direito. Silva afirma que

o lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse. (SILVA, 2006, p. 70)

Essa hierarquia racial que inferioriza a população negra demonstra que não é somente a classe que demarca as possibilidades que cada grupo pode alcançar. E isto mesmo em espaços onde a raça é o principal fator destoante, como no Monte Cristo, onde estatisticamente os brancos possuem vantagens sobre os negros, ainda que não as mesmas que seus pares ricos.

Como expõe Hasenbalg (1982, p. 98), “esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidade sociais a que brancos e negros estão expostos no presente”. Portanto, a desigualdade que observamos aqui não é apenas um reflexo histórico das relações raciais, mas resultado das estratégias contemporâneas do racismo que afeta múltiplos aspectos da vida cotidiana das pessoas negras, como podemos observar a partir dos dados apresentados.

b) Marcadores políticos

As relações de poder, que são também relações políticas, estão presentes nos processos expostos até aqui, visto que o território é, como aponta Raffestin, “espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p. 60). A participação política da população negra ocorreu de diversas formas, durante a história brasileira. José do Patrocínio, abolicionista, eleito vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1886, mostra o envolvimento da população negra na política partidária antes mesmo da abolição da escravatura.

A Guarda Negra e a já citada Frente Negra Brasileira são outros exemplos da organização política negra no Brasil¹⁰, nos séculos XIX e XX, respectivamente. Flávio dos Santos Gomes (2005), ao pesquisar os negros e a política no pós-abolição, apontou que

os “homens de cor”, como eram denominados na época, falavam deles e para eles. Discutiam tanto bailes, bons costumes, música, como postos de trabalho, serviço de saúde e escolas. Participavam de tudo. Provavelmente não queriam apenas acesso a direitos de uma dada cidadania. E em sindicatos, clubes próprios e partidos políticos agendaram a questão racial. Talvez não quisessem só debater ou participar, mas definir a pauta. (GOMES, 2005, p. 80)

Como apontado por Ney dos Santos Oliveira (1996), os padrões de distribuição espacial da população têm influência significativa nas interações sociais que formam a base de qualquer mobilização política. Neste sentido, nesta seção proponho perceber a atuação na política partidária e a posição de poder ocupada pela população negra no Monte Cristo, na figura de líderes religiosos, políticos, moradores antigos ou de maior prestígio social, comerciantes, professoras, benzedeadas e parteiras, e perceber de que forma essas pessoas estão “definindo a pauta” do debate político no bairro.

Começo essa investigação a partir do resultado da eleição para vereador mais recente, realizada em 2016. A Escola de Educação Básica América Dutra Machado, localizada no bairro, abriga dez seções eleitorais, onde votam 3.584 eleitores. Destes, 2.964 eleitores votaram em 197 candidatas e candidatos a vereador nas últimas eleições (SANTA CATARINA, 2016).

Do universo, 238 eleitores votaram em branco e 130 votaram nulo. Somadas as 436 abstenções, temos 804 habitantes que não votaram em candidatos nas eleições passadas. Mônica Castro (1993 apud Mitchell, 2009) constatou que a abstinência ou invalidação de votos é um hábito eleitoral percebido entre negros de camadas mais pobres.

10 Existem outros exemplos, como o Dr. Jacarandá, que foi o primeiro candidato autodeclarado negro a concorrer às eleições presidenciais no Brasil, em 1906 e 1922, e as dezenas de homens e mulheres que organizaram revoltas de cunho racial, como a Revolta dos Malês e a Revolta dos Búzios.

A partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e considerando apenas os votos válidos, é perceptível que os cinco candidatos mais votados receberam quase um terço deles. Destes cinco, dois se declaram como pretos e uma como parda, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral: o candidato com maior número de votos foi Marcos Kido (PP), com 223 votos. Atualmente suplente na Câmara de Vereadores, Marcos Kido, conhecido jogador de futebol amador da cidade, é morador do bairro Monte Cristo. Em outubro de 2015, ele e sua companheira, Elizângela Ferreira, foram notícia no site de um jornal local popular. A manchete dizia “O casal é um dos mais considerados das comunidades da Grande Florianópolis” (HORA DE SANTA CATARINA, 2015) e destacava o trabalho comunitário de Kido e da “primeira-dama” como coordenadora da ala das assistidas da escola de samba Unidos da Coloninha. Elizângela também coordenou a Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017, fim da gestão do prefeito César Souza Júnior (PSD) e transição para a gestão de Gean Loureiro (PMDB).

A terceira candidata mais votada, a primeira dentre as mulheres, foi Fátima Laureano (PEN), com 167 votos. Apesar do bom desempenho no bairro, onde mora e atua como agente de saúde, Fátima não se elegeu.

O quarto candidato mais votado foi Badeko (PHS), com 144 votos. Também morador do Monte Cristo, Badeko foi investigado e absolvido por quebra do decoro parlamentar em 2016, depois da Operação Ave de Rapina, deflagrada pela Polícia Federal em novembro de 2014, que apurou crimes contra a administração pública de Florianópolis. Também é suplente na Câmara de Vereadores.

Os outros dois candidatos que completam o quinteto são homens brancos, Bruno Souza (PSB) e Vadinho (PRP), com 171 e 118 votos, respectivamente, como demonstra o Quadro 5:

Quadro 5: Cinco candidatos mais votados no bairro Monte Cristo nas eleições municipais para vereador, em 2016

Candidato	Raça/cor	Votos	Partido
Marcos Kido	Preto	223	PP
Bruno Souza	Branco	171	PSB
Fátima Laureano	Parda	167	PEN
Badeko	Preto	144	PHS
Vadinho	Branco	118	PRP

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (2016) - Elaborado pela autora.

Além destes, também mencionamos outros candidatos. Neicilagem (PP), o nono candidato mais votado no Monte Cristo, com 98 votos, funcionário da COMCAP e ex-morador do bairro, que tem uma forte ligação com a reciclagem de lixo. Glória do Panorama (PSDB), décima primeira candidata mais votada, segunda entre as mulheres, com 77 votos. Glória, como o nome de urna indica, é moradora do Conjunto Panorama. Marquito (PSOL) foi o décimo quarto candidato mais votado, com 39 votos. O vereador tem um histórico de trabalhos no bairro envolvendo a revolução dos baldinhos.

Apesar das pesquisas acadêmicas que indicam que no Brasil não existe um voto racial entre os negros (MITCHELL, 2009), é perceptível que, no Monte Cristo, outras pessoas que se candidataram e que também são do bairro ou têm forte ligação com ele, não tiveram uma votação tão expressiva quanto os candidatos negros, o que pode apontar que o fator racial pode ter importância no voto. Ademais, como afirma Gladys Mitchell (2009), com a mudança radical na política racial do país, a partir da superação teórica do mito da democracia racial para o reconhecimento oficial da existência de desigualdades raciais, e com a mobilização de ativistas negros(as), ocorre um aumento nas discussões acerca das identidades raciais. Em razão disso, espera-se que cada vez mais negros que se identificam como tal apoiem mais os políticos que também se identificam como negros do que aqueles que não se identificam.

Porém, é necessário lembrar que os dados aqui apresentados refletem a totalidade de eleitores(as) das zonas eleitorais localizadas no bairro, e não somente eleitores(as) negros(as), nem a totalidade de pessoas aptas a votar que vivem no Monte Cristo. Ainda é importante notar que apesar de serem candidatas(as) negros(as) e este elemento aparentar ter impacto no resultado das eleições no bairro, nenhum dos três candidatos sinalizados é militante do movimento negro ou discute abertamente questões raciais em suas campanhas. Além disso, os três são de partidos de direita que, tradicionalmente, não discutem raça em suas campanhas políticas ou programas de governos.

As relações de poder instituídas pelo poder paralelo também demarcam, bem como a violência tem seu papel na delimitação de territórios. Sandra Crochemore Ribes, ao investigar os saberes informais e formais do sujeito jovem da comunidade Chico Mendes, afirma que “há uma delimitação territorial a determinar espaços transitáveis entre as comunidades e que as pessoas envolvidas ‘no crime’, em geral portadoras de armas, ficam no controle das entradas e saídas” (RIBES, 2005, p. 27-28). Ana Patrícia da Rosa ainda diz que o Monte Cristo é

controlado por facções criminosas rivais, que impuseram limites territoriais entre as ruas. Essa violência seria inclusive um dos motivos para que muitos estudantes saírem do bairro para frequentar as escolas, pois assim não infringiriam os limites estabelecidos pelo tráfico. Isto pode explicar porque a escola, que já atendeu 1.300 alunos por ano letivo, hoje recebe 35% desta clientela (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2018). Os muros altos cercando a escola e a presença de vigias nos portões não reduziram a tensão no local e, em 2015, a Polícia Militar atuou na instituição, justificando a medida como necessária para garantir a segurança dos estudantes.

Donizeti José de Lima, pesquisador e morador da comunidade, afirma: “É importante frisar que a existência de uma sociabilidade do retraimento não significa que a comunidade Chico Mendes é território fechado, onde é preciso pagar pedágio pra circular: isso é um mito” (LIMA, 2014, p. 62). Ainda assim, Lima não diminui o poder da violência na demarcação de territórios, afirmando que jovens de determinadas comunidades não podem frequentar outras. Apesar disso, ao observar uma festa organizada por alguns jovens da Chico Mendes, o pesquisador afirma que “a festa é um tempo de trégua. Percebo a presença de vários jovens que normalmente não estariam neste local” (LIMA, 2014, p. 57). Dessa forma é possível compreender a complexidade das relações instituídas pelo poder paralelo.

Nesse sentido, Ana Patrícia da Rosa (2005) afirma que entre o ano de 2002 e 2005, houve 197 homicídios no bairro, estando 87% das vítimas na faixa de idade entre 12 a 17 anos. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, de agosto de 2009 a julho de 2010 o índice de óbitos na faixa etária de 25 a 29 anos no bairro Monte Cristo foi três vezes maior do que a média municipal. As causas não são especificadas na consulta. Portanto, a associação do alto número de óbitos nesta faixa demográfica à violência é apenas uma possibilidade.

Pesquisas indicam que a segregação racial tem grande papel na violência em bairros negros, como citado por Borja e Castells:

Em seu estudo sobre a relação entre segregação dos negros e homicídio dos negros em 125 cidades, Peterson e Krivo apontam que a segregação espacial entre brancos e negros era o fator estatisticamente mais explicativo da taxa de homicídio de todas as variáveis analisadas, muito mais importante que a pobreza, a educação ou a

idade. (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 4, tradução nossa)

É forte a associação do bairro Monte Cristo com o estigma de um território dominado pela violência. Em uma consulta no Google realizada no dia 14 de janeiro de 2018, tendo como descritor “Monte Cristo”, apresentou na primeira página de resultados nove links, sendo seis deles notícias referentes ao tráfico de entorpecentes e à violência decorrente deste. É considerável o papel da mídia na construção dessa identidade estigmatizada do bairro, ao associar a violência como inerente ou exclusiva à comunidade, e não um reflexo estrutural da segregação e de outras relações assimétricas de poder.

A função da polícia no bairro também fica implícita nessa busca na internet e, como o antropólogo João H. Costa Vargas enfatizou, ao estudar segregação racial no Rio de Janeiro, o abuso policial em territórios negros “faz parte de um padrão histórico ainda em curso” (VARGAS, 2005, p. 86). Em 2015, a violência policial na capital já chamava a atenção de defensores públicos do estado (MARUIM, 2015) e, em fevereiro de 2016, os moradores da comunidade Chico Mendes fizeram uma manifestação, acompanhada pelos militares, contra os abusos cometidos pelos policiais em atuações na localidade. Quanto a isto, Abdias do Nascimento, ao redigir uma carta aberta para o chefe de polícia do Rio de Janeiro, em 1949, afirma que a polícia “considera o homem de cor um delinquente nato, e está criando o delito de ser negro” (NASCIMENTO, 1949 apud PAIM, 2004). E esse estigma não apenas naturaliza, como promove a violência, tornando permissivas as ações, físicas ou não, de brutalidade. Isso pode ser notado em notícias de jornal, onde operações da polícia são executadas em bairros subalternizados, sem questionamentos.

Nos últimos três anos, o bairro foi ocupado três vezes pela Polícia Militar. Na primeira ocupação deste período, em agosto de 2015, o tenente-coronel Marcos Barreto Valença afirmou que “a territorialidade do Monte Cristo agora está com o BOPE por tempo indeterminado, até que possa ser repassada para o policiamento ordinário novamente” (BISPO, 2015, s.p.). Segundo o tenente-coronel, a territorialidade do bairro jamais é protagonizada por aqueles que ali habitam, mas pela polícia, em seus diversos níveis de estruturação. Além disso, Valença ainda alude a uma “reorganização social” do bairro, que seria causada pela operação.

As outras duas ocupações ocorreram em 2017, uma em fevereiro e outra em abril, com o objetivo de conter o avanço da disputa entre as

facções rivais no bairro. Além dessas ocupações, diversas operações e incursões no bairro são realizadas com frequência, sempre numa “guerra à violência” que, por si só, é causadora do que busca extinguir.

Hannah Arendt aponta que “o poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente” (ARENDR, 1985, p. 30). Dito isso, a presença ostensiva da violência policial no bairro pode ser reflexo da ausência de controle do Estado sobre aquele espaço, visto como destoante do padrão de organização imposto, e também da disputa pelo controle do bairro pelo poder paralelo. Segundo Loïc Wacquant, a “expansão e glorificação do braço penal do Estado” (WACQUANT, 2014, p. 147), pela prisão e pela polícia, são formas de gestão da marginalidade. Para o autor, existe uma tolerância por parte do Estado frente à discriminação judicial, “causada tanto pela classe e pela cor quanto pela brutalidade policial sem freios” (WACQUANT, 2014, p. 150).

Apesar disso, no levantamento bibliográfico realizado para compreender as relações de poder existentes no bairro, foram encontrados diversos depoimentos de moradores sobre os sentimentos positivos em relação ao Monte Cristo. Inclusive referentes ao estigma do lugar e à necessidade desses habitantes de romperem com as narrativas midiáticas que retratam o lugar como uma terra de ninguém. Maria Nilza da Silva aponta que

nas periferias pobres da cidade, nas ocupações irregulares e nas favelas, os negros têm que provar que são seres humanos e trabalhadores e que pobreza não é sinônimo de criminalidade. A luta é uma constante. Além da luta pela sobrevivência em condições desumanas, sem estrutura, sem a efetiva preocupação dos poderes públicos e das classes dominantes, o negro tem que mostrar humanidade, diante de todas as manifestações de discriminação racial e racismo que afligem seu dia-a-dia. (SILVA, 2006, p. 107)

O estigma do bairro se reflete nas relações dos moradores com pessoas de fora, pois “dizer que mora no Bairro Monte Cristo, ou pior, na Comunidade Chico Mendes, já é sinal pra não ser bem aceito ou mesmo para não ser aceito” (LIMA, 2014, p. 72). Essa não aceitação repercute em diversas dimensões da vida, especialmente no trabalho.

Donizeti José de Lima, ao estudar a juventude da comunidade Chico Mendes, diz que

(...) mesmo na precariedade existe um sentimento de dignidade muito forte por parte desses jovens. Eles não se apresentam como derrotados, mas colocam-se numa situação social marcada pela injustiça e pelo preconceito. Eles afirmam a sua vocação humana, denunciam que a mesma lhes é negada (FREIRE, 1994), ao mesmo tempo em que proclamam que são vencedores, são fortes (SPÓSITO, 2000). Eles não apontam grandes gestos, mas seus gestos comuns reafirmam a importância do cotidiano. Eles valorizam a consciência de sua condição de sujeitos de direitos, mesmo que esses direitos estejam lascados. (LIMA, 2003, p. 61)

O Projeto Nossa Casa, da ONG Casa Chico Mendes, fundada na década de 1980, oferece o Curso de Formação de Liderança Juvenis, durante os finais de semana, com o objetivo de capacitar jovens a partir de temas e metodologias discutidas e escolhidas pelo próprio grupo participante, com o auxílio de um professor facilitador. É importante notar que a forma de atuação política dos jovens no contexto atual nem sempre está ligada às formas clássicas de representação, como a política partidária vista acima. Além de instituir formas associativas entre os jovens, essas práticas sociais, como a formação de grupos de rap, constroem saberes e mecanismos de resistência, expressando-se politicamente (LIMA, 2003).

c) Marcadores culturais

A cultura tem um papel essencial no processo de apropriação do território e da constituição identitária dos indivíduos. Pensando nessa ligação,

(...) entende-se que não é o local de nascimento que funda a identidade das pessoas, mas sim a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem e sua capacidade de produzir/estimular uma certa identidade. Desse modo, é importante estabelecer ações no sentido de tornar presente a relevância do que se chama na literatura de apego ao lugar, e incluir as características da identidade de lugar à identidade

global do sujeito. (HORTAL; SILVEIRA; KUHNNEN, 2005, p. 8)

Portanto, os marcadores culturais têm papel fundamental na identificação dos territórios negros. Para tal, parti de três eixos culturais: música, dança e religião, buscando expressões negras presentes no bairro.

No processo, enquanto investigava sobre a implantação do Programa Habitar Brasil BID, li sobre a execução de eventos socioculturais de resgate das origens dos moradores que estava prevista durante a execução do programa. Apenas um evento foi realizado, em 2006, uma Roda de Chimarrão, alusiva aos moradores que vieram do Oeste do estado para o bairro e que compõem parte da população local (SILVA, 2008). A identidade do território, segundo a interpretação do poder público, não considera a presença expressiva da população negra.

Doreen Massey alerta para a problemática de se adotar a ideia de “identidades singulares” (MASSEY, 2000, p. 182). No momento em que a autora faz esta reflexão, está se referindo ao lugar e não ao território, como é o caso aqui, porém, este pensamento foi fundamental para mim, por me permitir compreender que os fragmentos socioespaciais que observamos possuem identidades próprias (no sentido de serem diferentes de um território/lugar em relação a outro), mas que estas não são únicas, compartilhadas por todos os habitantes.

Além disso, a particularidade de cada lugar vai além da sua história, construindo-se a partir das relações sociais que “se encontram e se entrelaçam num lócus particular” (MASSEY, 2000, p. 184). Portanto, quando aponto a existências de territórios negros, não pretendo dizer que estes são exclusivamente negros, ou criar (ou reforçar) uma dicotomia entre territórios negros e não negros, considerando a abrangência da população negra no município de Florianópolis. Mas sim visibilizar a existência de territórios de resistência dessa população frente aos processos de colonialidade ainda presentes na sociedade.

Essa percepção não é algo que me acompanhou desde o princípio da pesquisa. Inicialmente, havia uma presunção de “revelar a real identidade” do Monte Cristo, não como um território de migrantes do interior do estado, mas como um território negro. Foi a partir das discussões do grupo de estudos Espacialidades Marginais e Debates Epistemológicos, embasadas especialmente em Doreen Massey, que percebemos que estava justamente reproduzindo um discurso uniformizador, que retira do espaço suas múltiplas identidades e possibilidades, em minha tentativa de romper com ele.

Interessante observar que existe uma identidade singular construída para o Monte Cristo, especialmente na comunidade Chico Mendes, em que o bairro é visto como uma localidade com fortes vínculos com o campo, constituída por imigrantes do Oeste e Planalto catarinenses. Essa identidade singular é reforçada pelo poder público, mas também pela academia, como pude perceber na leitura de diversas pesquisas realizadas no bairro (LEITE, 2003; SOUZA, 2006; RIBES, 2005; ROSA, 2007) que intensificam essa percepção e também não abordam a questão racial em seus estudos.

Essa identidade também vai ao encontro da construção de Florianópolis como a “ilha da magia”, ainda que, na época (década de 1990), como aponta Maria Inês Sugai (2002), um terço da população morasse na parte continental do município. Essa construção não é isenta, como a autora pontua, e “cumpr[e] papel importante na estruturação urbana, na distribuição desigual dos investimentos públicos entre ilha e continente e no processo de segregação espacial” (SUGAI, 2009, p. 165). O Monte Cristo, e outros bairros que assim como ele não ficam na parte insular do município, foram pospostos na distribuição dos investimentos públicos. Sugai (2002) aponta ainda que a ocupação pelas populações pobres (e pretas, adiciono) da área continental se propagou, pois não havia uma expectativa de que a classe alta se expandiria para o continente, visto que o Centro e as praias do Norte da ilha constituíam-se nas áreas de residência e lazer das elites locais e turistas. Assim, essas regiões eram privilegiadas com as ações espaciais vindas do Estado, estruturando uma dualidade entre a “ilha da magia” e o continente. A investigação de Maria Inês Sugai (2002) mostra que os sete hospitais públicos existentes na área conurbada de Florianópolis, na década de 1970, localizavam-se na parte insular do município, um exemplo da concentração de investimentos públicos que se propaga aos dias atuais.

Essa diferença não passa despercebida pela população. Arma-Zen, grupo de hip-hop do Monte Cristo e um dos percussores do ritmo em Florianópolis, rima e uma de suas músicas que a “ilha da magia é da ponte pra lá”. Nesse sentido, Sugai (2002) afirma também que a distribuição espacial dos investimentos em infraestrutura no município não ocorreu de forma equilibrada ou determinada pelas demandas da população, e está relacionada à distribuição das classes sociais, orientada pela autosegregação da classe dominante.

O “manezinho da ilha”, gentílico popular, mostra quem é o nativo de Florianópolis e qual espaço ele ocupa. Enquanto isso, o Monte Cristo, por exemplo, é percebido como espaço daqueles que vieram de fora. Além do papel do poder público, a academia contribuiu para a

consolidação da identidade do Monte Cristo, como podemos observar nas dissertações e teses citadas aqui. Nesse sentido, Joseli Silva lembra que

O saber produzido sobre uma dada realidade reúne as motivações das pessoas envolvidas, que se expressam a partir delas, gerando, portanto, uma versão sempre parcial. Os efeitos produzidos desse encontro de motivações expressas, por sua vez, realimentam a própria realidade estudada, num fluxo contínuo. (SILVA, 2009, p. 102)

Os saberes não são exclusivos ao meio acadêmico. A população expressa, a partir dos seus modos de vida, sua cultura, aquilo que valoriza e preserva de geração a geração. Por isso, a cultura tem papel fundamental na construção da identidade, tanto dos habitantes, quanto do bairro, por congregar práticas comuns, ainda que não universais.

Por isso, retomo agora aos elementos culturais negros presentes no bairro, que ajudaram a caracterizá-lo como um território negro, considerando que o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder, como exposto por Cosgrove (1998).

Foi no Monte Cristo, no fim da década de 1980, que surgiu o primeiro grupo de hip-hop de Florianópolis, se espalhando, inicialmente, pela porção continental do município e municípios vizinhos, vindo a atravessar a ponte mais tarde. Rimando sobre as suas realidades em suas próprias formas de expressão

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se nas incompletudes que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para sua própria existência, ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito. (MELLUCCI, 2001, p. 102)

Os(as) rappers (ou MCs) são em sua maioria jovens e, como aponta Angela Maria de Souza (2016), escrevem suas músicas sobre as suas realidades. A autora afirma que a legitimação do(a) rapper decorre justamente de falar, morar e vivenciar o cotidiano dos espaços que ocupam e isso “(...) torna-os especialistas desses locais, uma espécie de ‘intelectual orgânico’ (GRAMSCI, 1988, apud MALISKA, 1995) das

periferias e favelas” (SOUZA, 2016, p. 121). Observando algumas letras de grupos do Monte Cristo, Souza identificou temas recorrentes nas músicas, assuntos sobre os quais estes(as) intelectuais se especializaram em discorrer: orgulho da “quebrada” ou do “beco”, violência policial, poder paralelo, religiosidade, laços de fraternidade entre os(as) rappers e pertencimento racial. A música está relacionada diretamente ao cotidiano, trazendo elementos identitários, reproduzindo experiências individuais, mas, também, valores e processos presentes na memória coletiva. Portanto, não há dissociação entre a música e outras práticas culturais, suas identidades e territórios.

Donizeti José de Lima, ao estudar a construção de saberes e a resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil na comunidade Chico Mendes, aponta que

A capacidade de organização e gestão de espaços sociais, a leitura da realidade manifesta através de letras de músicas, poesias, a criatividade artística, a invenção de estilos de vida, a criação de uma linguagem própria parecem ser alguns dos importantes saberes construídos pela juventude. Por outro lado, a capacidade de sonhar e sorrir mesmo num contexto social hostil, o cultivo da solidariedade, a teimosia em driblar as injustiças institucionalizadas, como a violência policial e o desemprego, demonstra a grande capacidade de resistência juvenil. (LIMA, 2003, p. 9)

O bairro também se constitui como importante espaço de sociabilidade para esses jovens, considerando, como também exposto por Lima, que

as casas noturnas financeiramente mais acessíveis e mais próximas do bairro fecharam suas portas, e mesmo antes disso já havia restrições quanto ao tipo ou marcas de roupas, cor e corte de cabelos e uso de acessórios, como correntes e anéis. (LIMA, 2014)

Chavosos, maloqueiros, quebradinhas, as formas com que esses e essas jovens se identificam estão fortemente associadas à cultura que produzem e consomem, à maneira como se expressam, à fala e ao vestuário. Como apontado por André Luiz, “o hip-hop é uma forma de

fortalecimento da nossa identidade” (ALAFÁIA, 2017). Então, da mesma maneira que essa identidade os isola, pois seu acesso a determinados lugares não é possível, também faz com que criem espaços próprios para socializarem.

E não é apenas o hip-hop que fortalece a identidade negra no bairro. É nesse espaço de sociabilidade que surge, em 1992, o bloco de carnaval Filhos da Lua¹¹. Além disso, o Monte Cristo, apesar de não ser sede de nenhuma das escolas de samba de Florianópolis, tem forte ligação com a Unidos da Coloninha, escola da porção continental do município.

Nas primeiras décadas do século XX, o samba, bem como outras representações da resistência da cultura negra brasileira, como a capoeira e o catumbi antes dele, e o funk, nos dias atuais, era perseguido penalmente. As escolas de samba, nascidas nos morros do Rio de Janeiro, se espalharam pelo país e, como aponta Cristiana Tramonte,

o negro, como assinala Pereira, “entra na moda até surgirem as primeiras reações, na década de 40” [PEREIRA, 1970, p. 11]. O samba se integra e ganha status competitivo com qualquer outro gênero, mas o sambista negro não. Os poucos que se integraram na época e conseguiram alguma projeção foi estritamente pelo fato de estarem favorecidos pelo estereótipo que alia ritmo e musicalidade à cor negra, até como uma tentativa de delimitar-lhe o campo de projeção. (TRAMONTE, 1995, p. 31)

O que foi observado pela pesquisadora sobre o samba, nos anos 1940, pode ser observado de maneira semelhante sobre o rap, nos anos 2010, com uma valorização da cultura de forma dissociada de quem a produz. Isso também é notado nas escolas de samba que, apesar de representarem “uma forma de institucionalização da cultura negra e penetração na opinião pública brasileira criando as condições para a disputa da hegemonia cultural em nossa sociedade (...)” (TRAMONTE, 1995, p. 32), são observadas como símbolos da cultura nacional de forma desracializada.

Cristiana Tramonte (1995) afirma que o incentivo financeiro do Estado para as escolas de samba funciona também como controle social.

11 Um bloco de mesmo nome foi criado em 1938, na Prainha, mas, segundo antigos componentes do grupo mais recente, não existe ligação entre os dois.

Isso porque, ao perceber a importância do carnaval na formação da opinião pública, com a dependência criada por essa relação, a autonomia das escolas passa a ser limitada. Apesar disso, como aponta a autora, a oficialização dos festejos reconhece publicamente as escolas de samba como instituições da cultura negra na sociedade civil brasileira.

É perceptível que, nos dias atuais, os movimentos de conscientização política e racial nas quadras das escolas acontecem mais como exceção do que regra. Mesmo com sambas-enredos que valoram elementos ou personalidades afro-brasileiras, a discussão direta sobre as relações raciais, ou o trabalho das agremiações na luta antirracista, está aquém do possível, considerando o poder de alcance das escolas nas comunidades. Isso não quer dizer que tensões não existam. Em 1988, 1994, 1998 e 2013, o desfile das escolas deixou de acontecer por falta de verbas públicas. Em Blumenau, também no estado de Santa Catarina, no ano de 1977, após o cancelamento do repasse da prefeitura para as escolas, os sambistas denunciaram que “a Prefeitura só patrocina e libera verba para promoções de origem germânica e está querendo acabar com o carnaval” (O ESTADO, 1977 apud TRAMONTE, 1995, p. 139).

O carnaval, bem como outras festas populares, traz à tona uma nova territorialidade, onde “o povo se apropria, durante alguns dias, sobre esses que o dominam habitualmente” (LOMBARD, 1983 apud D’ABADIA; D’ABADIA, 2014, p. 227). Os blocos e as escolas de samba levam as comunidades das periferias para o Centro. Lá, eles são os reis e rainhas da festa, ditando o ritmo que mobiliza a cidade.

A religião também, a partir da sua prática, modifica a paisagem e desenha territórios. Além de sua importância na afirmação identitária dos indivíduos, territorializa de forma material, com seus templos, procissões e oferendas. Zeny Rosendahl aponta que o território

é um importante instrumento de exercício da fé e da identidade religiosa. Apresenta, além de um caráter político, nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnico-religiosos. Território e identidade religiosa estão fortemente ligados. (ROSENDAHL, 2012, p. 87)

Isso se dá, também, pela forte ligação entre a religiosidade e as práticas cotidianas, especialmente nas periferias, onde ela “contribui para que haja envolvimento das pessoas com o bairro e para que as

relações sociais se estendam para além do círculo familiar” (SILVA, 2006, p. 188), tornando-se, portanto, importante prática de sociabilidade.

Em Florianópolis, a religião com maior praticantes, segundo o Censo Demográfico de 2010, é a Católica (64%), seguida da Evangélica (12%), especialmente as pentecostais, do grupo de pessoas sem religião (12%) e dos que se declaram espíritas (7%). As demais identificações representam menos de 1% da população cada uma. Dentre as 23 opções de religiões na pesquisa, a Umbanda é a afro-brasileira mais praticada, ocupando a sétima posição (0,6%), enquanto o Candomblé está na décima sétima posição (0,05%).

É interessante perceber que, dentre as citadas acima, há uma diminuição na proporção daqueles que se declaram praticantes do catolicismo (de 75% para 64% dos habitantes), em comparação com o Censo Demográfico do ano 2000 e, por sua vez, há um aumento de evangélicos (de 9,7% para 12%) e espíritas (de 4,7% para 7,3%). De forma menos significativa, há uma redução de praticantes do Candomblé (de 0,06% para 0,05%) e aumento de umbandistas (de 0,5% para 0,6%).

Quanto à população negra no município, a maioria se declara católica (57% da população autodeclarada negra), seguidos pelos evangélicos (18,4%), os sem religião (16,7%), os espíritas (5,36%). Os umbandistas são 1,57% da população negra e os praticantes do Candomblé perfazem 0,14% desta população. Frank Eckhard (2014) é um dos pesquisadores que apontam a existência da dupla identificação religiosa, onde umbandistas e candomblecistas se declaram católicos ou espíritas, considerando os estigmas associados às religiões de matriz africana e, no primeiro caso, o sincretismo religioso.

É importante apontar que, enquanto 13% dos católicos são autodeclarados negros, este grupo constitui 38% dos candomblecistas, 37,8% dos umbandistas, 20,6% dos evangélicos e 10,67% dos espíritas. Sendo assim, apesar de a religião católica ter a maior parte da população negra florianopolitana dentre seus fiéis, ela tem uma presença mais significativa no Candomblé, Umbanda e na Igreja Evangélica.

Dessa forma, vamos investigar as dinâmicas e práticas dos fiéis dessas quatro religiões, tentando compreender as posições de poder na estrutura da religião professadas pela população negra, bem como, o papel da religião nas relações raciais e na constituição da identidade negra no bairro.

As relações de poder religioso se dão internamente, considerando as configurações hierárquicas de cada religião, e externamente,

considerando a relação desigual entre as religiões na sociedade. Nesse sentido, é importante notar que as religiões de matriz africana carregam um estigma na sociedade brasileira intimamente relacionado ao racismo praticado contra as populações afrodescendentes. Leonardo de Oliveira Carneiro afirma que

há uma guerra declarada contra as religiões afro-brasileiras. Há uma clara e violenta estratégia religiosa em curso, levantada por correntes cristãs evangélicas que enxergam o profano, ou pior, o demoníaco, naquilo que não reflete a sua concepção sagrada. (CARNEIRO, 2011, p. 3)

Esse aspecto levantado por Carneiro é apenas uma etapa do processo que se inicia no período colonial, onde a destituição cultural negra fez parte do processo de subjugação deste povo, atrelada à colonialidade do ser. Como resultado dessa violência, existe uma permanente desterritorialização dos terreiros no Brasil, por motivações diversas, como as proibições policiais nas épocas de estado de exceção, ou, mais recentemente, as proibições paramilitares, instituídas por traficantes evangélicos em favelas, como o autor pontua. Muniz Sodré afirma que as religiões de matriz africana possibilitaram que a população negra no período escravagista refizesse “em terra brasileira uma realidade fragmentada. O terreiro implicava a autofundação de um grupo em diáspora” (SODRÉ, 1988, p. 70). Considerando também as dinâmicas de poder existentes nos dias atuais, os terreiros continuam sendo espaços de resistência cultural e política.

As práticas religiosas também constituem territorialidades. No caso das religiões afro-brasileiras, as distinções binárias entre sagrado e profano, clássicas na Geografia da religião brasileira, não são tão claramente definidas. Nesse sentido, Muniz Sodré afirma que nas culturas africanas não há “nenhuma distinção radical entre o profano e o sagrado” (SODRÉ, 1998, p. 51), e utiliza Juana Elbein para distinguir dois tipos de espaço sagrado: o urbano e o virgem. Porém, percebo que a cosmologia afrodescendente reproduzida nos terreiros permite que um mesmo espaço possua múltiplas conotações. Algumas concomitantes, outras que se revezam, considerando que “o axé é capaz de gerar espaço” (SODRÉ, 1998, p. 96).

Muniz Sodré afirma que

o terreiro (de candomblé) afigura-se como a forma social negro-brasileira por excelência, porque, além da diversidade existencial e cultural que engendra, é um lugar originário de força ou potência social para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais. Através do terreiro e de sua originalidade diante do espaço europeu, obtêm-se traços fortes da subjetividade histórica das classes subalternas no Brasil. (SODRÉ, 1988, p. 19)

O terreiro não é o único espaço gerado pelo axé. As oferendas em encruzilhadas, praias, cachoeiras, também ressignificam espaços que as religiões ocidentais consideram profanos. As procissões, demonstrações públicas de fé realizadas por diversas religiões, vão além do sentido sagrado, são também manifestações de orgulho e de poder.

Ao caminhar pelo Monte Cristo, encontrei uma das quatro casas de religiões de matriz africana que celebram as festas para seus orixás e demais entidades durante o ano todo. Também passei pela Capela Nossa Senhora Aparecida e São Geraldo, onde os fiéis católicos se congregam. Os padroeiros da capela são celebrados em outubro com uma festa. Celebram também a festa de Natal com ceia e distribuição de brinquedos para crianças da comunidade. As igrejas evangélicas estão em maior número, de diversos tamanhos. Além disso, os fiéis evangélicos se encontram em grupos de oração e estudo da Bíblia em suas casas. As três maiores igrejas evangélicas do bairro que encontrei são a Igreja do Nazareno, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Entre batuques, sermões e cantos de louvor, os territórios vão sendo delineados com as demonstrações de poder de cada religião¹².

Considerando o papel da cultura na construção não apenas da identidade negra, mas também dos territórios negros, como observado aqui, parece importante perceber de que forma a cultura negra está presente na Política Cultural de Florianópolis. O Plano Municipal de

12 O mapeamento das casas de religiões de matriz africana foi realizado pelo projeto “Territórios do Axé: mapeamento das religiões de matriz africana de Florianópolis e municípios vizinhos”, desenvolvido pelo NUER/UFSC, coordenado pela professora Ilka Boaventura Leite (2017). Foram os próprios moradores que confirmaram que a Capela Nossa Senhora Aparecida e São Geraldo é o único templo católico no bairro. Infelizmente não existe um levantamento sobre as igrejas neopentecostais no município. Ao conversar com dois moradores evangélicos, eles não conseguiam estimar um número de igrejas no bairro.

Cultura, construído em 2013 e aprovado pela Câmara Municipal em 2015, tem como uma das metas o reconhecimento de Florianópolis como “território multicultural” em 2023.

O Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, órgão deliberativo consultivo e normativo de assessoria direta ao Poder Executivo do município, é constituído por sete fóruns setoriais permanentes, um deles sendo o Fórum Setorial Permanente de Cultura Negra.

É interessante notar que, dentre as datas comemorativas presentes no Calendário Oficial de Florianópolis, muitas fazem menção a elementos culturais negros. Além do Dia Municipal da Capoeira, do Hip-Hop e da Dança de Rua, citados anteriormente, o município instituiu o Dia Municipal do Choro (Lei 8.007/2009), do Samba (Lei 6.934/2006); instituiu também a Semana das Religiões de Matrizes Africanas (Lei 7.558/2008) e a Semana Municipal da Cultura Negra (Lei 7.304/2007); e ainda instituiu o Troféu Melhores do Carnaval de Florianópolis, cuja entrega ocorre no dia 22 de março, véspera do aniversário do município. O documento que apresenta a Política Cultural de Florianópolis, organizado por Fábio Garcia (2017), afirma que

somente será válida a comemoração do ‘Dia da Rendeira’ ou do ‘Dia do Pescador Artesanal’, se ações de pesquisa, de proteção e valorização forem desenvolvidas, de modo que esses conhecimentos sejam mantidos e repassados às próximas gerações. (GARCIA, 2017, p. 42-43)

Sendo assim, as datas comemorativas não são apenas alegorias, mas marcos de relevância de determinadas expressões culturais e indicadoras de apreciação e cuidado.

Porém, é contraditório o aparente interesse na preservação cultural negra pela prefeitura. A lei 7.977, aprovada em 2009, criou a Casa da Cultura Afro, equipamento cultural que nunca saiu do papel.

3.3.2 Bairro como território: racismo institucional e “coincidências” demográficas

Em nossas análises demográficas, percebemos algumas “coincidências” em relação a decisões políticas que afetam diretamente bairros com população negra expressiva. Nesse sentido, é importante

destacar alguns aspectos sobre o Centro, segundo bairro com maior número absoluto de moradores negros e negras.

Fato interessante sobre o Centro é que ele é o único bairro de Florianópolis onde o número de habitantes que se declaram pretos é superior àqueles que se declaram pardos. Também é no Centro que fica parte considerável do Maciço do Morro da Cruz, citado anteriormente.

Mas a “coincidência” demográfica que me chamou atenção foi o fechamento sistemático de três escolas estaduais neste bairro, entre 2008 e 2010. A Escola de Educação Básica Antonieta de Barros, fechado em 2008, atendia 252 estudantes das comunidades do Maciço do Morro da Cruz. A escola encontra-se fechada há dez anos, com exceção de seu pátio, onde funciona um estacionamento informal.

A Escola de Educação Básica Silveira de Souza atendia 224 estudantes e foi fechada em 2009. A partir de 2013, recebe alunos do único núcleo de EJA matutino do município. Em 2014, a escola de música da prefeitura também passou a funcionar lá.

E a Escola de Educação Básica Celso Ramos atendia 300 estudantes, também do Maciço do Morro da Cruz, quando foi fechado, em 2010. A intenção do governo do estado era doar a área para a Assembleia Legislativa, que gostaria de ampliar seu estacionamento. As associações comunitárias do entorno pressionaram o estado a doar a escola para a Prefeitura de Florianópolis, que construiu uma creche (GONÇALVES, 2015).

Em uma investigação preliminar, observei que esse fechamento também é notado em outros bairros com uma sobre-representação de pessoas negras. A Coloninha, onde 19% da população se declaram negra, é conhecido bairro por abrigar elementos importantes da cultura negra de Florianópolis, como a escola de samba homônima. Neste bairro localizava-se a Escola de Educação Básica Otília Cruz, que foi fechada em 2007. A partir de então, a comunidade ocupou o espaço e passou a oferecer oficinas de dança, futebol, corte e costura, computação e música, além de manter uma biblioteca. Em 2011, o espaço foi municipalizado e, em setembro de 2014, se tornou uma creche.

Já a Escola de Educação Básica Daysi Werner Salles, fechada em 2014, fica no bairro Capoeiras, onde 15% da população se declaram negra. No fim de 2017, o governo do Estado transferiu a área à Universidade do Estado de Santa Catarina, que apresentou uma proposta de reconstrução da escola, já aprovada em audiência pública. A nova escola, que oferecerá ensino fundamental e contará com um ginásio poliesportivo que será compartilhado entre o curso de educação física da

universidade, deve começar a ser construída no primeiro semestre de 2019 e ser entregue no início de 2020.

A justificativa da Secretaria do Estado de Educação é que o número de matrículas nas escolas está abaixo do esperado e que o fechamento leva em conta este fator combinado a otimização de recursos públicos. Infelizmente, durante minha pesquisa, busquei diretamente na Secretaria de Educação, informações sobre as escolas fechadas ou municipalizadas antes destas decisões e não obtive acesso aos dados, nem mesmo os(as) servidores(as) sabiam informar qual departamento eu deveria dirigir minha solicitação.

O fechamento de escolas por parte da Secretaria de Educação de Santa Catarina que atendem uma população expressivamente negra pode ser considerado uma forma de racismo institucional. Jurema Werneck, do Instituto da Mulher Negra Geledés, conceitua o racismo institucional como um “mecanismo estrutural” pelo qual o racismo

garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. (WERNECK, 2013, pg. 17)

Observando a história da educação da população negra no Brasil, considerando a exclusão e também a resistência, percebemos porque o direito à educação sempre foi bandeira dos movimentos negros no combate ao racismo no país. A exclusão, que vai desde a proibição legal instituída no século XIX e permanece nos dias atuais com as práticas escolares que dificultam ou interrompem as trajetórias das crianças e adolescentes negros/as é encontrada com resistências durante o mesmo período, como o pedido de uma comissão de trabalhadores libertos pelo apoio do então jornalista Rui Barbosa na denúncia do não cumprimento da criação do fundo de emancipação de 1871, especialmente no tocante à instrução de seus filhos e, atualmente, a lei de cotas no Ensino Superior.

A Lei Federal 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e tornou obrigatório o ensino da História

e Cultura Afro-Brasileira Africana nos currículos escolares, é uma das conquistas dos movimentos negros no âmbito educacional. O objetivo não é apenas a adição de conteúdos nos currículos escolares, mas, uma reestruturação do ensino escolar, da produção acadêmica e das perspectivas teóricas das ciências como um todo. Faz-se necessário repensar as práticas sociais e pedagógicas, considerando as condições de aprendizagem ofertadas pelas instituições escolares (PASSOS; NOGUEIRA, 2018, no prelo).

Tendo isso em vista, ao ler a matéria intitulada “Queremos estudar”, assinada por Haroldo Costa na seção Tribuna Estudantil do jornal Quilombo, informativo do Teatro Experimental do Negro¹³, encontro um sentimento presente em 1948 que permanece 70 anos depois: “[...] Nos dias de hoje a pressão contra a educação do negro afrouxou consideravelmente, mas convenhamos que ainda está muito longe do ideal” (COSTA, 2003 [1948] apud ROMÃO, 2005, p. 127). Mesmo com novas demandas, a luta pelo direito à educação para a população negra no país, ainda que garantido pela Constituição, continua atual e necessária.

13 O Teatro Experimental do Negro foi fundado em 1944, no Rio de Janeiro, por Abdias do Nascimento. Para mais, consultar Romão (2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, procurei contribuir com a discussão conceitual acerca dos territórios negros e compreender de que forma as relações raciais se projetam no espaço, a partir do objetivo central, definir e identificar territórios negros em Florianópolis. Com o crescimento da auto identificação da população negra na sociedade brasileira e a necessidade de pensarmos um projeto de país que compreenda sua formação socioespacial, discutindo mais profundamente o papel da raça nas dinâmicas sociais do Brasil, acredito que o debate aqui exposto sobre o silêncio presente na Geografia se faz pertinente.

Nesse sentido, o debate conceitual que trouxe aqui tem como objetivo trazer a raça para o centro da análise, compreendendo que esta é categoria estruturante da sociedade brasileira. Este entendimento é fundamental quando pensamos no desenvolvimento de políticas públicas que atenderão essa população.

Pensando no aspecto espacial dos territórios negros, para identifica-los, utilizei, concomitantemente, a análise de dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, e os marcadores territoriais extraídos da revisão bibliográfica. Além disso, ficou evidente que não é possível pensar em territórios negros de maneira dissociada de outros processos territoriais, visto que estes são territórios de resistência frente medidas racistas, muitas vezes incorporadas no projeto de cidade governamental, que buscam remover ou apagar a presença negra no município durante vários períodos históricos.

Os marcadores aqui apresentados, juntamente aos dados estatísticos e empíricos, permitem concluir que, dentre muitas outras identidades possíveis, o bairro Monte Cristo é também um bairro negro. Os indicadores revelam uma hierarquização racial existente no município e até mesmo dentro do bairro, mostrando que mesmo em um universo não segregado espacialmente, as desigualdades raciais persistem.

Com a ordenação populacional do município que apresento, é perceptível também o papel do fator racial na distribuição dos negros em Florianópolis, sendo isso um reflexo das relações raciais presentes no âmago da sociedade brasileira desde sua formação. Isso não significa um binarismo do município, visto que as relações raciais aqui não se resumem a dois grupos distintos, tampouco vivem em completo isolamento, e sim que, até hoje, as populações racializadas têm acesso a oportunidades de forma diferente que os brancos.

Além disso, o projeto de cidade posto em prática desde os anos 1960, promovido pelas elites locais, poder público e também pela academia, invisibiliza a população pobre e negra, higieniza seus territórios ocupacionais, gentrifica seus territórios interacionais e desracializa as políticas públicas que atingem essa população. Estes mecanismos de reprodução das desigualdades raciais no espaço se alteram durante o passar do tempo, se adequando as transformações históricas. São também estes mecanismos os motivos pelos quais se faz importante reconhecer e fortalecer os territórios negros, pois nestes espaços há um enfrentamento à reprodução dessas desigualdades, a partir da preservação, valorização e/ou criação de modos de organização social negros.

Reitero minha intenção de não segregar a cidade entre territórios negros e não-negros, primeiro, pela ausência da identidade singular dos territórios, e depois, como podemos observar no Apêndice A, não existe nenhum bairro em Florianópolis totalmente branco. Porém, é inegável que existe uma segregação racial e uma acumulação de privilégios pela população branca.

O Monte Cristo, apesar de não ser tratado pelas instituições oficiais como um bairro negro, visto que a categoria cor é ignorada nos estudos e políticas aplicados pelo Estado, ainda assim sofre com o racismo sistêmico visto que a não distribuição igualitária das conquistas sociais, onde a raça é o fator que determina a exclusão, como observamos nesta dissertação, deve ser combatida. O primeiro passo é assumir a existência do racismo sistêmico, que permeia as instituições brasileiras, pois elas são, dialeticamente, produto e reprodutoras das relações raciais de nossa sociedade. A produção do conhecimento geográfico, e científico de modo geral, também tem que estar atenta às mazelas da colonialidade, visto que a ausência da análise da sociedade considerando as múltiplas relações de poder presentes nela (relembrando que esta ausência existe pela recusa de fazê-lo) resulta em uma produção que não conhece de fato, apenas registra.

O segundo passo é o enfrentamento concomitante ao problema, através de políticas públicas e ações afirmativas, além de fiscalização e avaliação de seus resultados. Portanto, a produção acadêmica que analise dados e construa informações que embasem a ação do Estado é fundamental. Nesse sentido, esperamos que esta dissertação venha a contribuir com a luta antirracista, especialmente no município de Florianópolis, onde as políticas públicas ainda são desracializadas e não atendem as especificidades da população negra. Sendo a segregação racial um reflexo espacial das desigualdades raciais, esta pode ser

transformada pela nossa sociedade, a partir de mudanças de ordem estrutural. Para isso, é necessário reconhecer que são múltiplos os fatores que interferem na vivência das pessoas no espaço. Analisando a realidade do Monte Cristo como território negro, é perceptível que os negros naquele fragmento espacial, bem como em todo município, tem sua experiência influenciada pelas relações raciais. O mesmo pode ser dito do gênero, orientação sexual, geração, entre outros. Portanto, me parece essencial considerar o corpo nas categorias analíticas quando estamos falando de qualquer aspecto da sociedade. Isso porque é a partir do corpo que vivemos e alteramos o espaço e percebemos e somos percebidos pelo outro.

Apesar da preocupação com a segregação racial, o que me inquieta é a causa da mesma, que perpassa diretamente pelo racismo. Compreendemos que, apesar de terem origens distintas, o capitalismo é simultaneamente sustentado pelo e sustentador do racismo. Além disso, como aponta Anibal Quijano,

(...) é pertinente sair da teoria eurocêntrica das classes sociais e avançar para uma teoria histórica de classificação social. O conceito de classificação social, nessa proposta, refere-se aos processos de longo prazo nos quais os indivíduos disputam o controle dos meios básicos de existência social e de cujos resultados se configura um padrão de distribuição do poder centrado em relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma sociedade e numa história determinada. (QUIJANO, 2007, p. 311, tradução nossa)

Com isso, acredito deixar explícito que não é meu objetivo com esta pesquisa desqualificar a existência das desigualdades de classe e das ferramentas que o sistema capitalista utiliza para mantê-las. Porém, deve-se perceber que essas desigualdades não são as únicas existentes, e que o marxismo não é a única vertente acadêmica crítica anticapitalista, considerando que a perspectiva decolonial também apresenta outras possibilidades de pensamento e práticas que rompem com a manutenção das opressões.

Considerando que a classe dominante detém não apenas o poder econômico, mas também político, o Estado tem importante papel na segregação espacial, pois, através da existência ou ausência de políticas e investimentos públicos, institucionaliza a diferenciação do processo de

acumulação que reproduz as classes sociais. Este aspecto é importante de ser levantado, pois existe uma naturalização da associação da população negra a bairros carentes de serviços públicos que são garantidos a outras áreas do município.

A prevalência de políticas públicas baseadas apenas nas assimetrias de classe tem relação direta com a “desracialização” dos discursos acadêmico e político ao pensar a análise estrutural da sociedade.

Sendo as desigualdades estratégias para a dominação, é essencial, para a superação do capitalismo e de outras formas de exploração, que conheçamos por completo a constituição da sociedade brasileira e as formas de reprodução dos mecanismos que perpetuam essas desigualdades. A partir desse conhecimento, é possível corrigir as disparidades entre demanda e atendimento efetivo das necessidades das populações que são alvo de políticas públicas. Daí a importância do fortalecimento da identidade negra do Monte Cristo e também de Florianópolis.

Sendo assim, reforço que minha identidade como mulher negra, nascida e criada em Florianópolis, desenha em mim, e nesta pesquisa, um campo, um limite e uma abordagem. Esse pertencimento que me trouxe até esse tema, que faz com que eu perceba a relevância dessa pesquisa e que referencia minhas interpretações sobre o que está sendo exposto aqui. Um mergulho mais profundo permanece a ser feito em relação a cada marcador abordado aqui e o município como um todo também merece uma análise particular, visto que são muitos os territórios negros que ficaram de fora deste texto. Espero que minhas contribuições sobre os territórios negros na Geografia e sobre a população negra em Florianópolis inspirem outros, da mesma forma que fui inspirada pelos autores com que dialoguei nesta pesquisa, a preencherem lacunas e contribuírem com a luta antirracista.

Por fim, mas não menos importante, é importante registrar que esta dissertação foi elaborada durante um período crítico da política brasileira, de grande instabilidade após um golpe parlamentar que resultou num retrocesso em termos de direitos sociais, que impactaram e seguem impactando de maneira intensa a classe trabalhadora, em especial, negros, indígenas, mulheres e a população LGBT. No âmbito da discussão feita aqui e considerando a dívida histórica do Brasil para com as populações negra e indígena, os esforços de manutenção e fortalecimento da democracia só poderão ser efetivos com um compromisso real para a superação das desigualdades raciais.

Durante a finalização da escrita dessa dissertação, alguns dias antes da entrega da mesma à banca, uma nova ocupação foi iniciada no bairro Monte Cristo, a ocupação Lar Fabiano, onde 100 pessoas de 26 famílias desde o dia 28 de abril de 2018 demandam por moradia digna e regularização fundiária. Na mesma época, outra ocupação, Marielle Franco, nasceu na parte insular da capital.

Além disso, no dia 21 de julho, a comunidade Chico Mendes fez manifesto pela paz após morte de Kelvin, adolescente morador da comunidade, que foi baleado durante uma ação policial. A polícia afirma que o jovem foi atingido durante uma troca de tiros, mas a comunidade contesta essa versão, o que levou ao protesto no sábado seguinte ao falecimento do rapaz. Durante o ato, várias falas de líderes comunitários e integrantes de movimentos sociais apontaram a escalada da presença e violência da polícia nas comunidades negras e pobres, não apenas de Florianópolis, mas no Brasil todo. A intervenção militar no Rio de Janeiro foi mencionada diversas vezes e o desejo de paz e direito à vida estava presente nas faixas empunhadas pelos presentes.

As lutas pela moradia e pelo fim da brutalidade policial não são novidade nas pautas dos movimentos sociais negros e periféricos, mas estas ações que ocorreram no Monte Cristo também são reflexo do agravamento da crise econômica e uma escalada na violência policial observada no país após o golpe, cujas consequências continuamos, especialmente o povo preto, pobre e trabalhador, a sentir.

REFERÊNCIAS

ALAFÁIA. **Na gira da rima**. Notas do encontro realizado no dia 11 de outubro de 2017. Florianópolis. Mimeografado.

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. **Interritórios**, Caruaru, v. 1, n. 1, p.42-64, 2015.

ALMEIDA, Idalto José de. **Presença negra**: A história da caminhada de um povo em Londrina. Londrina: Secretaria de Cultura, 2004. 200 p.

ARAÚJO, Marta; MENESES, Maria Paula; MAESO, Sílvia Rodríguez. Racismo e cidadania. **Janus**: Meio século de independências africanas, Lisboa, v. 31, n. 14, p.116-117, jan. 2010. Anual. Disponível em: <<http://janusonline.pt/arquivo/2010/2010.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1985, 67 p.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Territórios negros**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Vale_ria/flg0563/1s2011/Territorios_Negros.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**: estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense; Brasília, DF: CNPq, 1988. 346p.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (Org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 127-40.

BENEDITO, Vera Lúcia. Cor e territórios na cartografia das desigualdades urbanas. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (Org.). **A cidade e o negro no Brasil**: Cidadania e território. São Paulo: Ed. Alameda, 2013. p. 95-127.

BINOTTO, Gelson Afonso; ZANELLI, José Carlos. **O estado e a política habitacional**: um estudo da região conurbada de Florianópolis no período 1964/1992. 1994. xii, 146f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-Economico Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PCAD0138-D.pdf>>.

BISPO, Fábio. PM ocupa Monte Cristo e Chico Mendes, em Florianópolis. **Notícias do Dia**. Florianópolis, 5 ago. 2015. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/pm-ocupa-monte-cristo-e-chico-mendes-em-florianopolis>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2018**. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2016**. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2015**. 2014.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. 207p.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Nacional, 1960. 286p. (Brasiliana, v.307).

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. 1. ed. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2008. 394 p. (Coleção África Brasil).

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos Cardoso; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 17-42.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado). USP. São Paulo, p. 339, 2005.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Territorialidades afro-brasileiras no Rio de Janeiro: Considerações sobre o candomblé e a umbanda. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p.01-08, 2011. Disponível em: <<https://geografia.ufjf.emnuvens.com.br/geografia/article/view/6/6>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CARVALHO, José Alberto Magno de; WOOD, Charles H.; ANDRADE, Flávia Cristina Drumond. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.29-42, jan/jun, 2003. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/article/view/302>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. La ciudad multicultural. **La factoría**, n. 2, 1997.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **As inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1890 - 1930)**. 2015. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege), V.10, n.13, jan-jun. 2014, p. 29-58.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 15-48.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo das paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008. 142 p.

CUNIN, Elisabeth. Identificação territorial, identificação étnica em Cartagena, Colômbia. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 123-143, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jan. 2017.

D'ABADIA, Elisa Bárbara Vieira; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. Tradução: Guy Di MÉO. A Geografia nas Festas. Capítulo 2: Festa e construção simbólica do território. **Revista Plurais**, Anápolis, v. 4, n. 1, p.213-238, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/2765>>. Acesso em: 16 maio 2017.

ECKARDT, Frank. “Chicago” no Brasil: a importância da redescoberta da cidade e da “raça”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 79-103, Jun/ 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p79-103>.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Global, 1979.

FARIA, Juliana Barreto et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008. 174 p.

FLORIANÓPOLIS. Lei Ordinária nº 10.139, de 17 de novembro de 2016. **Altera o artigo 2º da lei nº 7.870, de 2009**.

FLORIANÓPOLIS. Lei Ordinária nº 7.870, de 26 de maio de 2009. **Define Espaços Públicos Para Práticas Culturais de Caráter Popular no Bairro Centro, Município de Florianópolis**.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Florianópolis: Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, 2012a.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social: Produto 04 - Inventário de Áreas Físicas para Intervenção Habitacional**. Florianópolis: Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, 2012b.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto do Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Infraestrutura. 2018. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=projeto+macico+do+morro+da+cruz&menu=7&submenuid=303>>. Acesso em: 17 maio 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FUINI, Lucas Labigalini. Sobre poder e território na Geografia política de Claude Raffestin. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 17, n. 3, p.162-168, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/250>>. Acesso em: 17 maio 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. BRASIL Ministério das Cidades. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2009. 128 p.

GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GARCIA, Fábio (Org.). **Política Cultural de Florianópolis de Santa Catarina**: legislação, Plano Municipal de Cultura, gestão e equipamentos culturais. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes Publicações, 2017. 128 p.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política**: 1888-1937. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 92 p.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 27, n. 1, abr. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19971>>. Acesso em: 17 maio 2018

GONÇALVES, Michael. Cinco escolas estaduais foram fechadas na Grande Florianópolis nos últimos sete anos. **Hora de Santa Catarina**. Florianópolis. 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/08/cinco-escolas-estaduais-foram-fechadas-na-grande-florianopolis-nos-ultimos-sete-anos-4834975.html>>. Acesso em: 09 maio 2017.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008, n. 80, p. 115-147.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs.). **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. Lugares que fazem diferença: Encontros com Doreen Massey. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 5-10, 5 out. 2017. Disponível em:

<<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1191/733>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. Geusp: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 26, p.09-17, jan. 2009. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. Disponível em:

<<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geusp/Geusp26/09-18-HARVEY,David.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 67-102. (Coleção 2 Pontos, v. 3).

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. 200 p.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Disponível:

<http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacismo_ambiental_pdf.pdf>. Acesso em 02 fevereiro 2017.

HINTZEN, Percy. Diásporas, globalização e políticas de identidades In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HOOKS, Bell. **Yearning: race, gender, and cultural politics**. London: Turnaround, 1991. 236 p.

HORA DE SANTA CATARINA. **O casal é um dos mais considerados das comunidades da Grande Florianópolis**. 03 out 2015. Edsoul.

Disponível em:

<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/10/edso-ul-o-casal-e-um-dos-mais-considerados-das-comunidades-da-grande-florianopolis-4861553.html>>. Acesso em: 13 nov 2017.

HORTAL, Maisa Maróstica; SILVEIRA, Scheila Machado da; KUHNEN, Ariane. Meio ambiente e construção de significados na comunidade Chico Mendes, bairro Monte Cristo – Florianópolis, SC. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 2, n. 3, jan. 2005. ISSN 1807-0221. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5481>>.

Acesso em: 18 abril 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE.

Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2001. 50 p. (Policy Paper nº 01). Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/comissoes/cas/ds/IETSDesenv.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

KNOPP, Larry. On the Relationship Between Queer and Feminist Geographies. **The Professional Geographer**, [s.l.], v. 59, n. 1, p.47-55, fev. 2007.

LEITE, Ilka Boaventura (Coord.). **Territórios do Axé:** religiões de matriz africana em Florianópolis e municípios vizinhos. Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. 143 p

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 33-53.

LEITE, Luiz Carlos Rifrano. **Habitação de interesse social:** metodologia para análise da funcionalidade - Estudo de caso do Projeto Chico Mendes - Florianópolis/SC. Florianópolis, 2003. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

LIMA, Adiles *et al.* Bairro São Simão: da diáspora às múltiplas identidades dos moradores e moradoras. In: LIMA, Iolanda Manoel *et al.* **Caderno História das Populações Afro-Brasileiras em Criciúma**. Itajaí: Casa Aberta, 2008. Cap. 3. p. 43-64. (Coleção África Brasil).

LIMA, Donizeti José de. **Só sangue bom**: construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil. Florianópolis, 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

LIMA, Donizeti José de. **Vida loka também ama**: juventudes, mitos e estilos de vida. 2014. 151 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p.197-224.

LORDE, Audre. **There is no Hierarchy of Oppressions**. 2017 [1983]. Disponível em: <<https://lgbt.ucsd.edu/education/oppressions.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

LOVELL, Peggy A. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 22, p. 85-98, 1992.

MALACHIAS, Antonio Carlos. **Geografia e relações raciais**: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-19062007-153719. Acesso em: 2017-06-17.

MALAVOTA, Claudia Mortari. A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 85-108.

MANOEL, Iolanda R. Lima (Org.). **Caderno história das populações afro-brasileiras em Criciúma**. 1. ed. Itajai: Casa Aberta, 2008. 162 p. (Coleção África Brasil; 11).

MARUIM. **Para defensores públicos, violações são as marcas da atuação policial nas periferias de Florianópolis**. 2015. Disponível em: <<http://maruim.org/2015/10/12/para-defensores-publicos-violacoes-sao-as-marcas-da-atuacao-policial-nas-periferias-de-florianopolis/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

MELLUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades Complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S.. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S7-S18, 1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Mai 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.

MIRANDA, Rogério. **Caracterização do crescimento das favelas em Florianópolis como uma contribuição para o gerenciamento de projetos de habitação popular**. Florianópolis, 2010. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos. Faculdade de Tecnologia do SENAI, Florianópolis, 2010.

MITCHELL, Gladys. Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 273-305, Nov. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200001>.

MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. Programa de Educação (Org.). **Negros em Santa Catarina**. Florianópolis: Atilênde, 2006. 195 p. (Pensamento Negro em Educação).

O MOLEQUE. Desterro, 27 ago. 1885. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/omoleque/OMOL1885036.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. Territorialidades do hip-hop: desvelando tensões raciais na reprodução dos espaços urbanos. In: Renato Emerson dos Santos. (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis, RJ e Brasília, DF: DP et Alli e ABPN, 2012, v. 1, p. 244-275.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York. **Latin American Perspectives**, [s.l.], v. 23, n. 4, p.71-89, out. 1996. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x9602300406>.

OSORIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília; IPEA, 2008. P 65-96.

PAIM, Paulo. **Pronunciamento em que volta ao assassinato do dentista Flávio Santana e cobra do governo uma campanha educacional para o combate ao racismo**. 16 fev 2004. Disponível em: <<http://www.senadorpaim.com.br/discursos/discurso/1609>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, LPP/UERJ, 2006.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz. Censo e Demografia. A variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. **Raças: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 25-62.

PASSOS, Joana Célia dos. As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 8, n. 13, p. 172-188, jun. 2014.

ISSN 2179-2534. Disponível em:

<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2254>>. Acesso em: 18 maio 2016.

doi:<http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v8e132014172-188>.

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O lugar das relações raciais na Geografia brasileira. **Revista Terra Livre**, São Paulo, 2018. No prelo.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz; SILVA, Jakson Silva da. Segregação racial na orla de Belém: os portos públicos da Estrada Nova e o Ver-o-Peso. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 11, n. 3, p. 563-579, Dec. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222016000300563&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 abril 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000300002>.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Florianópolis, 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História

Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0234.pdf>>

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p.17-42.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio: A Geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-12.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2014. p. 93-126. (Serie Encuentros). Disponível em:

<<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfogueelcastrogomez.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RATTS, Alex. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ, N. 17-18, jan/dez, 2004, pp. 77-88. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7855/5683>>. Acesso em: 10 out. 2017

RATTS, Alex. **Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino**. Revista Terra Livre. Ano 26, v. 1, n. 34, p. 125-140. 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N34.pdf. Acesso em: 10 out. 2017

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: Dp Et Alii, 2012. p. 216-243. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

RATZEL, Friedrich. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 73-192

REBELATTO, Martha. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. Florianópolis, 2006. vii, 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0259.pdf>>

RIBES, Sandra Crochemore. **Histórias de vida: saberes informais e formais do sujeito jovem da comunidade Chico Mendes**. Florianópolis, 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

RITMO, poesia e resistência: as batalhas de rap em Florianópolis. Roteiro: Rafael Thomé. Florianópolis: Diário Catarinense, 2017. (8 min.), son., color. Série Nós 97. Disponível em: <<http://videos.clicrbs.com.br/sc/diariocatarinense/video/diario-catarinense/2017/09/ritmo-poesia-resistencia-batalhas-rap-florianopolis/190295/>>. Acesso em: 5 set. 2017.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007, p. 75-90.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 117-138. (Coleção Educação para Todos).

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

ROSA, Ana Patricia da. **O Trabalho Precoce sob a ótica das famílias inseridas no PETI/Florianópolis - Bairro Monte Cristo**. Florianópolis, 2005. 127 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287250.pdf>

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. Florianópolis, 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0280.pdf>>

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress In Human Geography**, [s.l.], v. 21, n. 3, p.305-320, jun. 1997. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/030913297673302122?journalCode=phgb>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 73-100.

SACK, Robert. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis, Insular, 2011.

SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge (Org.). **História urbana: Memória, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 368 p.

SANTA CATARINA. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.

Eleições Municipais 2016. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-municipais-2016/index.html>>. Acesso em: 21 jan. 18.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2016

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. 174 p.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas. In: LERNER Júlio. **O Preconceito**. São Paulo: Imesp, 1996/1997.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Vianan. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre especialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos Santos. (Org.) **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012, p. 36-67. Edição bilíngue. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Gerência de Educação. **Demonstrativo da Unidade Escolar: America Dutra Machado**. Florianópolis: Estado de Santa Catarina, 2018. 4 p.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Org.). **RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 380 p.

SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Todapalavra Editora, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. 'Não me chame de senhora, eu sou feminista!' Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey.

Geographia, Niterói, v. 19, n. 40, p.11-20, maio 2017. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1190/705>>. Acesso em: 13 out. 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio; CHIMIN JR., Alides. Sobre desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: _____; _____; _____. **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade: Segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 232 p.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana (Org.). **Território e segregação urbana: O “lugar” da população negra na cidade**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. 166 p.

SILVA, Marliange. **A experiência do Programa Habitar Brasil BID - Região Chico Mendes: uma análise da participação social**. Florianópolis, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGSS0066-D.pdf>

SILVEIRA, María Laura. Novos aconteceres, novas territorialidades. In: DIAS, L. C. e FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988. 165 p.

SOUZA, Angela Maria de. **A caminhada é longa e o chão tá liso! O Movimento Hip Hop em Florianópolis e Lisboa**. 1. ed. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2016. 206p.

SOUZA, Angela Maria de. **O movimento do rap em Florianópolis: a Ilha da Magia é só da ponte pra lá!** Dissertação de Mestrado, PPGAS. Florianópolis: UFSC, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES;

Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 319 p.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida de. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999. 254p. ISBN 8587237012.

SOUZA, Ricardo Abussafy de. **Subjetivações e tecnologias da cidadania: cartografias sobre uma rede social**. x, 134 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2006.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: ABRAMO, Pedro (Coord.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: Antac, 2009. 336 p. (Coleção HABITARE/FINEP). ISBN 9788589478359. p. 163-199.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio Espacial na Área Conurbada de Florianópolis**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002. v. 1 :2.

TELLES, Edward. **Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos N°. 24, pp. 5-22. 1993.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003. 347 p.

THOMÉ, Rafael. Grito de resistência. **Diário Catarinense**. Florianópolis, fev. 2017. Nós, Caderno 97. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nos_97_rapfloripa/index.html> . Acesso em: 22 jan. 2018.

TRAMONTE, Cristiana. **A pedagogia das escolas de samba de Florianópolis: a construção da hegemonia cultural através da organização do carnaval**. 1995. xi, 301 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de Mestrado em Educação, Florianópolis, 1995. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PEED0096-D.pdf>

VALENTINE, Gill. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p.10-21, fev. 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9272.2007.00587.x>>. Acesso em: 18 set. 2017.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 75-131, June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Abr 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012005000100003>.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008. 415 p.

WACQUANT, Loïc. Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality. **Thesis Eleven**, Los Angeles, v. 91, n. 1, p.66-77, nov. 2007.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2013.

**APÊNDICE A – População negra em Florianópolis por bairros,
nominal e proporcional, em 2010**

Bairro	População negra do bairro	Proporção negra do bairro
Monte Cristo	5.610	44%
Vargem de Fora	496	33%
José Mendes	903	27%
Base Aérea	137	26%
Vargem do Bom Jesus	725	23%
Saco Grande	1.641	22%
Barra do Sambaqui	258	22%
Agronômica	3.281	21%
Jardim Atlântico	2.500	21%
Tapera da Base	2.023	21%
Cachoeira do Bom Jesus Leste	497	20%
Pedregal	207	20%
Saco dos Limões	2.754	19%
Coloninha	898	19%
Monte Verde	1.130	18%
Rio Tavares Central	790	18%
Costeira do Pirajubaé	1.579	17%
Campeche Sul	750	17%
Vargem Grande	583	17%
Rio Vermelho	1.770	16%
Barra da Lagoa	773	16%
Alto Ribeirão Leste	399	16%
Capoeiras	2.823	15%
Moenda	127	15%
Autódromo	103	15%
Retiro	98	15%
Lagoinha do Norte	58	15%
Capivari	2.354	14%

Sambaqui	192	14%
Trindade	2.386	13%
Coqueiros	1.787	13%
Carianos	613	13%
Campeche Norte	409	13%
Armação	355	13%
Pântano do Sul	317	13%
Recanto dos Açores	50	13%
Rio das Pacas	11	13%
Centro	5.321	12%
Pantanal	662	12%
Campeche Leste	533	12%
Santinho	440	12%
Alto Ribeirão	234	12%
Canasvieiras	927	11%
Abraão	659	11%
Campeche Central	396	11%
Pedrita	260	11%
Porto da Lagoa	251	11%
Ribeirão da Ilha	156	11%
Praia Brava	108	11%
Morro das Pedras	83	11%
Dunas da Lagoa	40	11%
Inglese Centro	452	10%
Ponta das Canas	302	10%
Inglese Sul	246	10%
Cachoeira do Bom Jesus	159	10%
Daniela	76	10%
Vargem Pequena	55	10%
Canto do Lamim	35	10%
Itacorubi	1.357	9%
Balneário	548	9%

Lagoa	514	9%
Rio Tavares do Norte	212	9%
Caiacanga	86	9%
Estreito	669	8%
Canto	538	8%
Ressacada	234	8%
Santo Antônio	131	8%
Canto da Lagoa	65	8%
Córrego Grande	789	7%
João Paulo	327	7%
Jurere Leste	253	7%
Lagoa Pequena	115	7%
Açores	65	7%
Costeira do Ribeirão	29	7%
Forte	19	7%
Canto dos Araçás	19	7%
Ratones	72	6%
Ingleses Norte	57	6%
Bom Abrigo	70	5%
Praia Mole	10	5%
Itaguaçu	82	4%
Santa Mônica	70	4%
Jurere Oeste	70	4%
Tapera	16	4%
Caieira	12	4%
Cacupé	7	1%
Campus	0	Não se aplica
Morro do Peralta	0	Não se aplica

Fonte: Censo Demográfico 2010